

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EDSON DO NASCIMENTO BEZERRA

**UMA COMPREENSÃO HERMENÊUTICO-FILOSÓFICA DA NOÇÃO DE
ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA**

São Luís

2018

EDSON DO NASCIMENTO BEZERRA

**UMA COMPREENSÃO HERMENÊUTICO-FILOSÓFICA DA NOÇÃO DE
ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Federal do
Maranhão para obtenção do título de Mestre em
Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Almir Ferreira da Silva Júnior

Área de concentração: História, Epistemologia e
Fenômenos Psicológicos.

São Luís

2018

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA**

Bezerra, Edson do Nascimento

Uma compreensão hermenêutico-filosófica da noção de abordagem centrada na pessoa / Edson do Nascimento Bezerra. - 2018.

109 f.

Orientador(a): Almir Ferreira da Silva Júnior

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Abordagem centrada na pessoa. 2. Terapia centrada no cliente. 3. Hermenêutica filosófica. I. Silva Júnior, Almir Ferreira da. II. Título

EDSON DO NASCIMENTO BEZERRA

**UMA COMPREENSÃO HERMENÊUTICO-FILOSÓFICA DA NOÇÃO DE
ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Federal do
Maranhão para obtenção do título de Mestre em
Psicologia.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Almir Ferreira da Silva Júnior (Orientador)
Doutor em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazaré Pereira da Costa (Examinadora)
Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Paulo Coelho Castelo Branco (Examinador)
Doutor em Psicologia
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Emanuel Meireles Vieira (Examinador)
Doutor em Psicologia
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara (Suplente)
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À minha mãe D. Cristina, para quem o estudo sempre foi prioridade; ao meu pai, Genival (*in memoriam*), a quem devo ter me apresentado de forma viva sobre o que seja ética, sem o falatório intelectual de quem acha que sabe o que é; e ao meu irmão Emerson, pela amizade de vida, pela franqueza sempre cortante e necessária e pela incondicionalidade de sua presença;

Aos amigos constituídos no contexto da ACP (Bordin, Patrícia, Márcia, Bete, Naoko, Alyne, Tassinari, Cris, Bruno, Marcos, Emanuel, Paulo, Ana, Coppe, Patrícia, Raphael, Sônia, Estácio, Anita, Nanda, Andrezza, Isa, Bel, Gui, Mi, Nilton, Virgínia, Eva, dentre outras e outros), ao longo de 20 anos, em que a informalidade afetiva que marca nossas relações se expressam no tratamento carinhoso dispensado, nas trocas permanentes e na inspiração que me fizeram querer realizar essa pesquisa da melhor forma que pude;

Ao contexto de trabalho no CLA, nas pessoas de Darlene, Cibele, Raquel, Raoni, Caetano e Satelis, aqui tratados sem a formalidade dos postos e graduações que as acompanham na caserna, pela sensibilidade e amizade diante de minha necessidade/desejo em realizar esse projeto;

Aos amigos da Comissão do XX ENACP (Rachel, Zartu, Claudia Aline, Sarah, Losiley e Aurianni) e do Projeto de Extensão de Plantão Psicológico da UFMA (Claudia Aline, Mariana, Francis, Sarah, Adriana, Carla, Karol, David, Rebeca, Darice, Mayla, Marília e Tamires), que foram pacientes com minhas limitações, no decorrer desses últimos anos, quanto às responsabilidades assumidas nesses dois espaços muito significativos para mim;

Aos amados amigos do que chamamos Família São Luís, Emanuel, Adriana, Acioly e Renata, e ao querido Marcos, que sempre me alimentaram com seu afeto amigo no decorrer desse processo;

Ao meu amigo e orientador, Prof. Almir Ferreira, cuja escolha para esse “casamento” de um pouco mais de 2 anos não poderia ter sido mais acertada! Uma parceria afetiva, produtiva e respeitosa, quanto a ideias e possibilidades, que perdurará, com certeza, “gadamerianamente” falando, para além dessa dissertação;

À Prof^a Vera Giusti, mais do que uma revisora, uma refinada leitora que me cativou por sua implicação e real interesse em compartilhar impressões sobre este trabalho. Um grande privilégio!;

Aos meus colegas de turma, guerreiras e guerreiros, cada um ao seu modo, nessa jornada do mestrado, e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMA, na pessoa da Coordenadora, Profa. Carla Vaz;

Às psicólogas e psicólogos em processo de formação na Faculdade Pitágoras de São Luís, de algum modo identificadas e identificados com a ACP, que me dão o enorme prazer e privilégio em atuar como supervisor de estágio e facilitador de aprendizagem no GEACP Pitágoras; e

À minha amada, melhor amiga, companheira cotidiana de trocas, projetos, realizações, frustrações, vitórias e derrotas; inspiradora e mobilizadora em sua genuinidade, tocante em sua sensibilidade, e única em seu modo de ser; em suma, à mulher da minha vida, que nem em sonho conseguia imaginar mais inteira e viva, minha travessura Claudia Aline!

“A longo prazo, ao separar os galhos das raízes, a árvore não conseguirá sobreviver.”

Howard Kirschenbaum

RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender, do ponto de vista hermenêutico-filosófico gadameriano, a noção de abordagem centrada na pessoa. Parte-se da premissa que a abordagem centrada na pessoa não é apenas a ampliação das áreas de aplicação da terapia centrada no cliente, justificada pelos vetos estabelecidos por John Keith Wood, colaborador de Rogers e corresponsável pela elaboração da noção, ao definir o que a abordagem centrada na pessoa não é. Utiliza-se, nesta pesquisa bibliográfica, a hermenêutica filosófica desenvolvida por Hans-Georg Gadamer como referência metodológica tendo em vista sua crítica dirigida ao modelo metodológico científico moderno e sua noção de compreensão histórico-dialógica que reabilita a tradição e se realiza sob a fusão de horizontes. Para a efetivação da proposta, tematiza-se e elucida-se conceitualmente os termos terapia e abordagem, através da exploração do processo de passagem de uma fase identificada com a Terapia Centrada no Cliente para a fase da Abordagem Centrada na Pessoa. Para isso, revisam-se as principais classificações realizadas sobre o desenvolvimento do pensamento de Rogers, com ênfase àquelas que legitimam teoricamente a última fase do seu pensamento, identificada como Abordagem Centrada na Pessoa, período em que foi formulada a noção de abordagem centrada na pessoa por Carl Rogers e John Keith Wood. Apresenta-se uma problematização categorial dos termos envolvidos nesse processo de mudança da identidade do legado rogeriano, cliente e pessoa para subsidiar a análise hermenêutica da noção da abordagem vinculando-a à necessária atualização da noção de terapia centrada no cliente. Exploram-se as repercussões derivadas da análise, voltadas ao exercício de compreensão hermenêutica da abordagem centrada na pessoa como um percurso próprio realizado pelo autor da pesquisa. Verifica-se que a atualização da noção de terapia centrada no cliente para abordagem centrada na pessoa possui o caráter dialético e paradoxal de superação do projeto universalista de Rogers quanto à apreensão da experiência humana, acompanhado da proposta de conservação do seu legado, através do convite de abertura radical à experiência. Destaca-se também, com isso, que a produtividade da referida mudança de termos está para além da mera ampliação das áreas de aplicação do pensamento de Rogers. Por fim, sinalizam-se possíveis articulações para pesquisas futuras, vinculadas ao profícuo potencial de interlocução entre a abordagem centrada na pessoa e a hermenêutica filosófica gadameriana, e aos limites metodológico e epistemológico-historiográfico da presente pesquisa.

Palavras-chave: Abordagem centrada na pessoa. Terapia centrada no cliente. Hermenêutica filosófica.

ABSTRACT

This objective research understands, from the Gadamerian hermeneutic-philosophical point of view, a notion of person-centered approach. From the premise that the person-centered approach is not just an extension of the areas of application of client-centered therapy, justified by the additions established by John Keith Wood, Rogers' collaborator and co-responsible for the application of the notion, defining what person-centered approach it is not. In this bibliographical research, a philosophical hermeneutics developed by Hans-Georg Gadamer is used to make a critical approach considering its capacity to be directed to the modern biological model and its notion of historical-dialogical capacity that rehabilitates tradition and is carried out in a fusion of horizons. In order to make the proposal effective, the terms therapy and approach are conceptualized and elucidated by exploring the process of passing from a phase identified as Client-Centered Therapy to the Person-Centered Approach phase. To that end, we review the main classifications carried out on the development of Rogers's thinking, with emphasis on those that theoretically legitimize the last phase of his thinking, identified as Person-Centered Approach, when the notion of a person-centered approach was formulated by Carl Rogers and John Keith Wood. It presents a categorial problematization of the terms involved in this process of changing the identity of the rogerian legacy, client and person to subsidize the hermeneutical analysis of the notion of the approach, linking it to the necessary update of the notion of client-centered therapy. We explore the repercussions derived from the analysis, focused on the exercise of hermeneutic understanding of the person-centered approach as a course fulfilled by the researcher. It is verified that the update of the notion of client-centered therapy to a person-centered approach has the dialectical and paradoxical character of overcoming Rogers's universalist project regarding the apprehension of human experience, accompanied by the proposal of preserving his legacy through the radical opening invitation to experience. It is also emphasized, therefore, that the productivity of this change of terms is beyond the mere extension of the areas of application of Rogers' thinking. Finally, possible articulations for future research, linked to the potential of interlocution between the person-centered approach and the Gadamerian philosophical hermeneutics, and to the methodological and epistemological-historiographic limits of the present research are indicated.

Keywords: Person-centered approach. Client-centered therapy. Philosophical hermeneutics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PERCURSOS METODOLÓGICO, EPISTEMOLÓGICO, PESSOAL E BIBLIOGRÁFICO	13
3	DA TERAPIA (CENTRADA NO CLIENTE) À ABORDAGEM (CENTRADA NA PESSOA)	30
3.1	Dinâmica do pensamento de Rogers	30
3.2	Terapia centrada no cliente	35
3.3	Transição da terapia centrada no cliente para a abordagem centrada na pessoa	40
3.4	Abordagem centrada na pessoa	46
3.5	À guisa de conclusão do capítulo	51
4	NOÇÃO DE CLIENTE E PESSOA, DA TERAPIA PARA A ABORDAGEM	54
4.1	A noção de <i>cliente</i>	54
4.2	A noção de <i>pessoa</i>	59
4.3	Paradoxo inerente à teoria psicológica Rogeriana	68
5	COM ROGERS E PARA ALÉM DE ROGERS: a caminho de uma identidade atualizada	76
5.1	Compreendendo a <i>terapia centrada no cliente</i>	78
5.2	Compreendendo a <i>abordagem centrada na pessoa</i>	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	101
	GLOSSÁRIO	109

1 INTRODUÇÃO

O legado teórico e prático do psicólogo norte-americano Carl Ransom Rogers (1902-1987) associa-se, atualmente, à Abordagem Centrada na Pessoa (ACP)¹. Mas a sua proposta em Psicologia nem sempre esteve identificada assim. Recebeu outras denominações (aconselhamento não-diretivo, terapia centrada no cliente, abordagem centrada no cliente), e apenas, em 1975, assumiu essa designação para identificar um *workshop* – proposta de trabalho intensivo com grandes grupos, desenvolvida por Rogers –, realizado em Ashland (Estados Unidos da América - EUA), conforme John Keith Wood (1934-2004) descreve: “Pela primeira vez, um *workshop* seria chamado de ‘**abordagem centrada na pessoa**’, com o propósito de refletir um campo cada vez maior de aplicações” (WOOD, 2013, p. 49, grifo do autor).

Essa ampliação no campo de aplicações do trabalho de Rogers provém desde o início da década de 1960, quando ele deixa a carreira acadêmica, e abandona o seu principal foco de pesquisa e produção teórica, a psicoterapia individual. Rogers passa a propor a aplicação da sua teoria, a princípio voltada especificamente à relação psicoterápica, em outras áreas, por exemplo trabalhos com grupos (grupo de encontro), educação (o ensino centrado no aluno) e relações familiares, bem como a inclusão, em sua teoria, de elementos dos paradigmas holístico, sistêmico e fenomenológico, ainda que não tenha ancorado esses elementos em estratégias de intervenção (CASTELO BRANCO, 2010, 2015). De acordo com Wood (2013) – membro do *staff* de profissionais que trabalhava com Rogers na facilitação dos *workshops*² –, não cabia mais falar em abordagem centrada no cliente, uma denominação híbrida que, se por um lado já não mais se identificava com a terapia (centrada no cliente), por outro lado trazia um forte traço da prática clínica no termo *cliente*:

Desde Ashland, eu me encontrava bastante ocupado. Havíamos mudado o nome do nosso *workshop* de Abordagem Centrada no ‘Cliente’ para Abordagem Centrada na ‘Pessoa’ porque ‘cliente’ era um conceito muito restrito para a realidade dos *workshops* que se desenvolvia. Ninguém era cliente de ninguém. Juntos, éramos pessoas. Mas seria o termo ‘abordagem centrada na pessoa’ suficientemente preciso?

¹ No contexto aqui apresentado, usarei letras maiúsculas nas iniciais de *Abordagem Centrada na Pessoa*, também abreviado como *ACP*, sempre que me referir, de modo geral, à fase final da produção de Carl Rogers ou à identificação do seu legado teórico-prático principalmente na Psicologia; e usarei letras minúsculas nas iniciais de *abordagem centrada na pessoa* sempre que me referir à terminologia cunhada por Carl Rogers e John Wood em 1975, que será objeto de análise nesta pesquisa.

² “Nome genérico, sem tradução exata para o português, que está associado a todo tipo de atividades relativas a grupo (encontra alguma correspondência e é invariavelmente traduzida por ‘oficina’). É uma modalidade de grupo intensivo cujo objetivo está associado ao título do trabalho em questão (p.ex.: *Creativity workshop* ou ‘oficina de criatividade’). Na Abordagem Centrada na Pessoa, *Workshop* é sinônimo de *grupos de encontro*” (GOBBI et al., 2005, p. 154, grifos dos autores).

Seria a postura assumida por nós realmente centrada na pessoa? Definitivamente, não era uma postura centrada na ‘persona’. E agora, diferentemente da terapia centrada no cliente, não estava exclusivamente centrada no pessoal. Era centrada em uma subjetividade que atravessava os inter-relacionamentos entre pessoas e entre certas realidades transpessoais. Poderia ser chamada de ‘centrada na vida’. (WOOD, 2013, p. 63-64).

Permito-me, aqui, nesse trecho problematizar sobre a nomenclatura adotada, cuja mudança parece ultrapassar o sentido único da ampliação das áreas de aplicação do trabalho de Rogers. Havia uma disposição por valorizar a potencialização das pessoas em relações menos vinculadas aos modelos tradicionais e já estabelecidos, como o psicoterápico, por exemplo. Logo, existia uma abertura às possibilidades relacionais com um perfil menos individualista e mais relacional, cuja dimensão incluía aspectos pouco ortodoxos, como as experiências de natureza transpessoal – estados alterados e ampliados de consciência, considerada em uma concepção espiritual e mística (BOAINAIN, 1998). Não se tratava, pois, de pensar o ser humano em seu caráter particular (persona), mas privilegiar o comportamento humano no horizonte interpessoal ou mesmo transpessoal, daí contemplar uma pluralidade de campos que expressam relações intersubjetivas e a amplitude da vida.

A ênfase dada ao potencial da pessoa como fator de transformação é explorada por Rogers (1978) em *Sobre o Poder Pessoal (Carl Rogers On Personal Power, 1977)*, em que formaliza a identidade da sua proposta como uma *abordagem centrada na pessoa*. No entanto, a referida nomenclatura, ainda que tenha se adequado melhor ao que Rogers entendeu como um progresso na extensão a uma ampla variedade de campos, longe do seu ponto de origem (a psicoterapia), desperta nele vivo interesse em considerar o impacto e a influência que sua proposta pode provocar no relacionamento entre pessoas.

Melhor dizendo, entre uma pessoa e um grupo, ou entre grupos, ao ponto de Rogers (1978) definir a abordagem centrada na pessoa, na introdução da obra, como uma abordagem que não dá poder à pessoa pelo simples fato de nunca se propor a retirá-lo dela. Influenciado por essa forte impressão de sua origem, resolvi me voltar para a essência da definição de forma mais detalhada (e um tanto quanto paradoxal) apresentada por Wood et al. (2008), com a finalidade de romper com a mera transposição dos conceitos principais da teoria da *terapia centrada no cliente* para a *abordagem centrada na pessoa*, como se fosse apenas uma extensão da relação psicoterápica elaborada por Rogers para outros campos distintos das relações humanas. Segundo os autores,

A Abordagem Centrada na Pessoa não é uma teoria, uma terapia, uma psicologia, uma tradição. Não é uma linha, como por exemplo, a linha Behaviorista. Embora muitos tenham notado um posicionamento existencial em suas atitudes, e outros tenham se referido a uma perspectiva fenomenológica em suas intenções, não é uma filosofia. Acima de tudo, não é um movimento, como por exemplo o movimento

trabalhista. É meramente uma *abordagem*; nada mais, nada menos. É um ‘jeito de ser’ ... ao se deparar com certas situações. (WOOD et al., 2008, p. 14, grifo do autor).

A ACP, conforme este trecho, necessita ser definida no horizonte daquilo que a nega. Ou seja, mais do que afirmar o que ela é, o esforço maior do autor é sustentar que sua identidade se fortalece no registro de suas diferenças. Nesse sentido, verifico um empenho de diferenciação que contempla as configurações anteriores do trabalho de Rogers, principalmente com a *terapia centrada no cliente*, o que se mostra relevante para compreendermos a densidade dessa transposição de conceito e de prática.

Wood se esforça em diferenciar a ACP das escolas e linhas tradicionais da Psicologia. Não entende a ACP como um modelo a ser utilizado e replicado em condições de atendimento psicoterápico ou grupal. Evita, assim, o empobrecimento da proposta de Rogers impedindo restringi-la a algo próximo a um tecnicismo científico-terapêutico sustentado epistemologicamente. Da mesma forma, procura distanciar a ACP de um movimento a ser abraçado e seguido por adeptos, como um modo de *verdade estabelecida*, inquestionável e passível de transmissão geracional. Por outro lado, parece-me que o autor está preocupado em ressaltar o aspecto mais característico e potencialmente significativo da ACP: seu caráter aberto, inacabado, projetado e incompleto de atuação, fundamentalmente estabelecido na personalidade, porém sem cair no limite individualista da pessoa, sem se propor a servir como modelo, referência ou sustentação para qualquer coisa. Desse modo, Wood et al. (2008) definem a ACP como uma abordagem, um *jeito de ser*.

Mas afinal, é possível *conhecer* a ACP fora dos parâmetros estabelecidos pela cientificidade e filosofia, vetados por Wood nessa breve definição? De que modo uma abordagem pode ser legitimada, independente dos padrões convencionais de saber em Psicologia? Como possibilitar uma *compreensão da ACP* que respeite estritamente os *vetos* apresentados por Wood? Por conseguinte, há nessa proposta uma fundamentação teórico-conceitual que, por sua vez, instaura uma *práxis* diferenciada nessa transição de *cliente* à *pessoa*, se é que essa transição traz alguma novidade conceitual. Nesse sentido, a atitude hermenêutica gadameriana me permite desconfiar do que está dado e propagado pelo escopo woodiano e rogeriano, por meio do desvelamento de um novo horizonte enquanto possibilidade de resposta a tais indagações.

Em suma, e como objetivo geral dessa pesquisa, busquei compreender, do ponto de vista hermenêutico-filosófico gadameriano, a noção de *abordagem centrada na pessoa* como *atualização* da *terapia centrada no cliente*. *Atualização* aqui, em seu significado hermenêutico, refere-se ao fato de que o sentido de um texto sempre ultrapassa o sentido

doado pelo seu autor, estando sempre propenso à *atualização*, de forma que a compreensão traz consigo um caráter produtivo, criativo e original, ao invés de meramente reprodutivo. Desta forma, *compreender* sempre será, necessariamente, *atualizar*, uma vez que sempre logra um novo entendimento, de modo único e diferente (GADAMER, 2015).

Para isso, entendo que seja importante considerar estes *vetos woodianos*, uma vez que John Keith Wood foi um colaborador ativo de Rogers e diretamente presente no processo de configuração do termo *abordagem centrada na pessoa* (WOOD, 2013). Desta forma, conhecer a ACP implica tomar como ponto de partida o esclarecimento daquilo que ela não é, buscando assim sua identidade específica, a partir de sua ressignificação, distinta da *terapia centrada no cliente* anterior a ela.

Na tentativa de alcançar essa identidade da fase da ACP, desenvolvi uma pesquisa teórica de natureza hermenêutica voltada para esse processo de passagem, de uma *terapia centrada no cliente* para uma *abordagem centrada na pessoa*, referente à tematização e elucidação categorial dos termos em jogo nesse processo: de *terapia* para *abordagem*, e de *cliente* para *pessoa*. Entendo que esta pesquisa de natureza epistemológica possibilite, como uma trilha a ser aberta em um campo a ser explorado, compreender a atualização destas categorias pelo modo como elas são absorvidas por aqueles que se identificam com a *abordagem*³, e sua aplicação efetiva em suas práticas.

Como a pesquisa bibliográfica tem sido utilizada para estudos de caráter exploratório sobre temas pouco estudados academicamente (LIMA; MIOTO, 2007), entendo que ela foi adequada à proposta deste estudo, uma vez que a noção de *abordagem centrada na pessoa*, ao ser tratada apenas como uma ampliação da área de aplicação da *terapia centrada no cliente*, ainda não havia sido devidamente problematizada na literatura existente sobre as fases de desenvolvimento do trabalho de Carl Rogers, após a elaboração da referida noção, o que indica a relevância dessa pesquisa (CURY, 1987, 1993; HOLANDA, 1998; CASTELO BRANCO, 2010; MOREIRA, 2010, 2013).

³ Doravante, sempre que aparecer apenas *abordagem*, refiro-me de modo abreviado à noção de *abordagem centrada na pessoa*.

2 PERCURSOS METODOLÓGICO, EPISTEMOLÓGICO, PESSOAL E BIBLIOGRÁFICO

Considero que tais percursos trilhados viabilizaram a apreensão da temática proposta, de modo a respondê-la conforme o objetivo lançado na introdução. Assim, essa pesquisa possibilitou o acesso a um amplo alcance de informações sobre a noção de *abordagem centrada na pessoa*, bem como favoreceu a utilização desses dados dispersos em diferentes fontes bibliográficas para a elaboração de um quadro conceitual que envolva o objeto de estudo proposto. Como modo de delimitação necessária, apresento a seguir, baseado em Lima e Míoto (2007), os critérios estabelecidos previamente para a viabilização dos objetivos desse trabalho:

- a) **Parâmetro temático:** Noção original de *abordagem centrada na pessoa*, tal qual formulada por Carl Ransom Rogers e John Keith Wood;
- b) **Parâmetro linguístico:** Obras publicadas em português e inglês;
- c) **Fontes utilizadas:** Livros, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos científicos e trabalhos acadêmicos (dissertações e teses); e
- d) **Parâmetro cronológico:** Publicações de Rogers a partir de 1951, quando começa a publicar sobre a *terapia centrada no cliente* (ROGERS, 1992), e publicações sobre *abordagem centrada na pessoa*, lançadas a partir de 1975, quando a terminologia foi proposta para denominar um *workshop* promovido por Rogers e sua equipe de colaboradores (WOOD, 2013).

Considerando os *vetos woodianos* descritos acima, para desenvolver esse estudo, optei pela via da hermenêutica filosófica desenvolvida por Hans-Georg Gadamer (1900-2002) como referência de aproximação e apropriação do tema, de modo teórico e metodológico para pensar e buscar compreender a questão proposta. Esta escolha justifica-se pela crítica hermenêutico-filosófica dirigida ao modelo metodológico científico moderno, em função da qual a compreensão é tomada em seu modo de ser e privilegiada em um diálogo vivo com a tradição; daí despontar a hermenêutica como uma espécie de racionalidade que se propõe a compreender e investigar experiências e questões na perspectiva de suas atualizações históricas. Neste sentido, importante considerar que a proposta de Gadamer busca resgatar a validade de saberes, como o artístico, histórico e linguístico, por exemplo, estabelecidos de modo independente de um modelo sustentado metodologicamente nos cânones científicos convencionais (LAWN, 2011).

Por isso, verifico a possibilidade de sustentação de um saber que se constitui de modo singular, como a fase da ACP, fora dos roteiros procedimentais utilizados por Rogers no período da *terapia centrada no cliente*, ou por autores pós-rogerianos, sustentados em perspectivas de caráter fenomenológico e existencial (MOREIRA, 2007; FONSECA, 2007), porém sem que isso represente uma ruptura radical, mas sim uma atualização e desdobramento tendo em vista a ressignificação de *terapia* para *abordagem*, e de *cliente* para *pessoa*.

A utilização da perspectiva hermenêutica filosófica gadameriana também se justifica pela necessária consideração do conhecimento em seu contexto histórico-cultural, uma vez que esse saber sempre é atravessado pela contingência das coisas, inclusive tornando-o absolutamente falível, aberto e coloquial, coloquial aqui entendido como derivado de um colóquio, um diálogo entre ideias e contexto (LAWN, 2011).

Nessa perspectiva, compreendo que uma reflexão sobre a *abordagem centrada na pessoa* não pode fugir de uma contextualidade absolutamente distinta da que envolveu a constituição da *terapia centrada no cliente*, ainda que a *abordagem* derive, em grande medida, do modelo psicoterápico rogeriano. No entanto, conforme abordei anteriormente, a *abordagem* não é apenas uma ampliação das áreas de aplicação da *terapia centrada no cliente*, inclusive pela mudança histórico-cultural que envolveu Carl Rogers na reelaboração de suas ideias.

Em uma visada epistemológica e historiográfica, sem desconsiderar a importância das influências externalistas no processo de mudança investigado, ou seja, quanto à dinâmica das influências externas (fatores sociopsicológicos e, mais amplamente, aos movimentos da sociedade e da cultura) sobre o pensamento de Rogers, essa pesquisa hermenêutica possui caráter internalista, em que a compreensão do arranjo teórico sustenta-se na própria evolução do pensamento rogeriano (MASSIMI; CAMPOS; BROZEK, 2008).

Assim, é importante considerar que o estabelecimento de um método influenciado pela hermenêutica filosófica de Gadamer pressupõe a sua implicação ao problema ético da concreção de uma teoria. Dito de outra forma, todo conhecimento, hermeneuticamente pensando, requer um sentido de aplicação nas situações concretas da vida. Nesse sentido, “o problema do método está inteiramente determinado por seu objeto” (GADAMER, 2015, p. 413), uma vez que o conhecimento elaborado sobre esse objeto requer uma vinculação ao próprio momento do acontecer.

Ao conceber a primazia do objeto de estudo, o método funciona como uma estratégia de aproximação e apropriação exploratória desse objeto, possibilitando que esse

processo ocorra de modo dialético e contínuo, sem a pretensão de determinação e dominação, mas de diálogo e troca. Essa tarefa de interlocução autoriza que o objeto “fale”, ou seja, proponha possibilidades interpretativas legítimas e possíveis sobre si, cujo caráter de aplicabilidade serve como referência para sua adequação.

Desse modo, o saber pretendido configura-se como um saber ético da *phronesis*⁴, conforme a concepção aristotélica, diferente do saber teórico da *episteme*⁵, uma vez que se volta para orientar a prática, a ação em seu caráter de aplicação (GADAMER, 2015). Nesse sentido, não é explicativo, puro e objetivo, mas sim compreensivo, implicado e contextualizado. Enquanto método, não convém ser condutor de um processo investigativo, mas conduzido pela própria natureza do objeto estudado. Ao analisar a ciência moderna e sua dependência de um modelo metodológico, Gadamer (1998, p. 13) identifica a proposta aristotélica da *phronesis*, enquanto saber ético voltado para a prática de vida, como

[...] o único modelo metodológico concebível da compreensão que as ciências humanas possuem delas mesmas, se se quer liberá-las da espúria restrição de perspectiva imposta pelo modelo das ciências da natureza. Ele confere uma justificativa científica à razão prática que sustenta toda a sociedade humana e que é ligada, há milênios, à tradição da retórica. Aqui o problema hermenêutico torna-se central; somente a concretização do geral lhe proporciona o seu conteúdo próprio.

Para tomar a hermenêutica filosófica como um método das ciências humanas, é necessário sustentá-la sobre uma base pré-estabelecida, anterior ao próprio saber a ser constituído entre o intérprete⁶ (sujeito) e o texto a ser interpretado (objeto de estudo), em uma relação circular – *círculo hermenêutico* – em que o significado de um todo se compreende por suas partes e, por conseguinte, são esclarecidas à luz do todo. Essa base é a *compreensão hermenêutica* que, construída a partir das pré-compreensões, é “prefigurada por uma *tradição* determinada em que vive o intérprete e que modela os seus preconceitos” (GADAMER, 1998, p. 13, grifo nosso). Dessa forma, para melhor entendimento, é necessário apropriar-se da rede conceitual formada pela particularidade das concepções de *preconceito*, *linguagem*, *tradição*, *atualização* e *fusão de horizontes*, que serão descritas e articuladas a seguir.

O *preconceito* representa todo e qualquer juízo que se forma antes do exame definitivo a ser formado sobre o objeto de estudo. Não configura um falso juízo em si, uma vez que pode ser correto ou não. “É só a fundamentação, a garantia do método (e não o

⁴ Saber que compõe as *ciências do espírito* ou *ciências morais*, cujo objeto é o humano e o que este sabe sobre si mesmo, cujo saber deve orientar o seu fazer (GADAMER, 2015).

⁵ Trata-se da ciência, para os gregos, representada pelo paradigma da matemática, como um saber do inalterável, que repousa sobre a demonstração e que, por conseguinte, qualquer um pode aprender (GADAMER, 2015).

⁶ Aqui compreendido no sentido hermenêutico da minha capacidade, enquanto sujeito, de reconstituição dos textos a partir da minha compreensão do que se diz nele (GADAMER, 2015).

encontro com a coisa como tal), que confere ao juízo sua dignidade” (GADAMER, 2015, p. 361). O resgate da noção de *preconceito* valida o juízo não fundamentado como legítimo e não definitivo do intérprete. Logo, ressalta a importância do método descrito acima, como estabelecedor de um possível caráter positivo ao *preconceito* como ponto de partida do exercício da *compreensão hermenêutica*.

A forma de realização da compreensão se dá através da mediação da *linguagem*, e, uma vez que tudo que pode ser compreendido reveste-se desse caráter universal, nesse caso, é possível incluir o indizível, já que a infinitude da conversação, enquanto acontecimento concreto da *linguagem*, sempre alcança a pré-figuração espontânea da *compreensão hermenêutica* (GADAMER, 2015). Para tornar mais completo o sentido constitutivo da linguagem, também é preciso considerar a noção de *tradição* enquanto comunidade de *preconceitos* fundamentais e sustentadores, cuja validade não precisa de fundamentação, pois nos determina espontaneamente pelo sentido de pertença a um contexto histórico-efetual e sobre a qual nossos costumes são criados e fundados. Essa concepção de *história efetual* deriva da noção gadameriana *Wirkungsgeschichte*, comumente traduzida também como “história dos efeitos”, “história efetiva”, “princípio de produtividade histórica” ou “história das influências e recepções”. O termo nos remete a um sentido de uma história dos efeitos, das consequências, dos resultados (do alemão *Wirkung*). É a *tradição* enquanto contexto estrutural comum de pré-compreensão que nos conforma humanamente falando em que desde sempre já nos encontramos. Em nossa língua, *tradição* corresponde aos termos *Traditio* (do latim, cujo significado é “transmissão”, “entrega”) e *Überlieferung* (de *Überliefern*, como “transmitir” e *liefern*, que significa “prover”, “entregar”). Assim, *tradição* refere-se à fonte legítima de *preconceitos* cuja influência sempre afeta o lugar-comum em que vivemos (SILVA JÚNIOR, 2005; GADAMER, 2015). A inevitável autoridade dessas vozes que ressoam sobre o nosso *horizonte* conceitual diferencia-se, na perspectiva aqui adotada, do registro proveniente da ingenuidade objetivista da História como legado do passado.

Mais do que configurar um procedimento hermenêutico, essa proposta metodológica priorizou “esclarecer as condições sob as quais surge compreensão” (GADAMER, 2015, p. 391), uma vez que para o filósofo, tais condições precisam estar dadas antes de se configurar qualquer modo de aplicação procedimental, pois se referem ao fato de que

[...] os preconceitos e opiniões prévias que ocupam a consciência do intérprete não se encontram à sua livre disposição. O intérprete não está em condições de distinguir por si mesmo e de antemão os preconceitos produtivos, que tornam possível a compreensão, daqueles outros que a obstaculizam e que levam a mal-entendidos. (GADAMER, 2015, p. 391).

Assim, para que essa distinção seja feita, é necessário refletir sobre o modo como isso ocorre, ou seja, através da diferença histórica e contextual existente entre o intérprete (eu) e os autores estudados (Rogers e Wood). Ao se referir ao texto como expressão de uma pretensão de verdade passível de ser compreendida, o filósofo destaca que

Cada época deve compreender a seu modo um texto transmitido, pois o texto forma parte do todo da tradição na qual cada época tem um interesse objetivo e onde também ela procura compreender a si mesma. Como se apresenta a seu intérprete, o verdadeiro sentido de um texto não depende do aspecto puramente ocasional representado pelo autor e seu público originário. Ou pelo menos não se esgota nisso, pois sempre é determinado também pela situação histórica do intérprete e conseqüentemente por todo curso objetivo da história. (GADAMER, 2015, p. 392).

Ainda que inédito, a compreensão subordina-se à autoridade anônima da *tradição* que sempre determina nosso ser histórico e finito. Sua legitimidade sobre nossa ação não requer qualquer tipo de fundamentação, uma vez que sua autoridade tem poder espontâneo sobre os costumes criados. A *tradição* não é um corpo de ideias que se mantém estável e sem rupturas no decorrer do tempo. Trata-se, isto sim, daquilo que adquire um caráter de continuidade e conservação e, inevitavelmente, está sempre atuante crítica e dinamicamente nas mudanças históricas e em seu processo de atualização (GADAMER, 2015).

Inclusive, quando a vida sofre suas transformações mais tumultuadas, como em tempos revolucionários, em meio à suposta mudança de todas as coisas, do antigo se conserva muito mais do que se poderia crer, integrando-se com o novo numa nova forma de validade. (GADAMER, 2015, p. 373-374).

A essência da *tradição* caracteriza-se efetivamente pelo seu caráter de *linguagem* e adquire seu pleno significado hermenêutico na forma da escrita. É na *tradição* escrita que o transmitido se encontra simultaneamente presente para qualquer atualidade, em uma espécie de coexistência entre passado e presente. Compreender, nesse caso, “ganha uma possibilidade autêntica de avançar os limites e ampliar seu horizonte, enriquecendo assim seu próprio mundo com toda uma nova dimensão de profundidade” (GADAMER, 2015, p. 505).

A tarefa hermenêutica frente aos textos escritos é reconverter o texto em *linguagem*, ou seja, através da relação do intérprete com o que é visado, possibilitar “o processo da compreensão que se move inteiramente na esfera de sentido mediada pela tradição da linguagem” (GADAMER, 2015, p. 506), e não a mera decifração de sua literalidade. Ao desvincular-se da reconstrução de uma experiência passada, a *compreensão hermenêutica* propõe-se estabelecer a participação no que o texto comunica ao intérprete, assim permite, uma atualização sobre o que foi dito. Neste sentido,

[...] o texto adquire uma existência autônoma, independente do escritor ou do autor, e do endereço concreto de um destinatário ou leitor. De certo modo, o que é fixado por escrito se eleva aos olhos de todos para uma esfera de sentido na qual pode participar todo aquele que esteja em condições de ler. (GADAMER, 2015, p. 507).

Essa autonomia oportuniza que o intérprete seja levado a pensar sobre o pensado, livre de todo o caráter psicológico próprio do autor. Tal autonomia do sentido despoja-se de qualquer contingência inerente ao texto, o que confere o real valor à compreensão hermenêutica. É mais que uma opinião estranha: é uma pretensão de verdade, em virtude da desvinculação “do que é dito com relação a quem o disse e em virtude do caráter de duração conferido pela escrita” (GADAMER, 2015, p. 510).

Assim, considerando que o *horizonte* é a perspectiva que delimita tudo o que pode ser abarcado a partir de um determinado ponto, o horizonte de sentido da *compreensão hermenêutica* não se restringe à perspectiva original do autor ou do destinatário a quem foi originalmente escrito o texto (GADAMER, 2015).

Por isso, uma tarefa que nos é colocada constantemente é a de impedir uma assimilação precipitada do passado com as próprias expectativas de sentido. Só então poderemos ouvir a voz da *tradição* tal como ela pode fazer-se ouvir em seu sentido próprio e diverso. (GADAMER, 2015, p. 404, grifo nosso).

A propósito, segundo Gadamer (2015), o sentido apreendido da *tradição* é o que se destaca em uma relação recíproca entre intérprete e texto. É o *horizonte* de um presente formado pelos *preconceitos* do intérprete que precisam ser permanentemente postos à prova pelo encontro entre o passado do texto e a compreensão da *tradição* que o intérprete procede, em um constante vir-a-ser. Assim, “compreender é sempre o processo de fusão desses horizontes presumivelmente dados por si mesmos” (p. 404). A *fusão de horizontes*, aludida aqui, ocorre constantemente sob a vigência da *tradição*, uma vez que a relação de tensão entre passado e presente, através do questionamento voltado ao que a *tradição* vem a ser para o intérprete, promove a *atualização*, ou seja, a projeção de um horizonte que se distinga do presente, que “implica a reconquista dos conceitos de um passado histórico de tal modo que esses contenham também nosso próprio conceber” (p. 488).

A importância do questionar representa, em uma perspectiva hermenêutica, pôr em suspenso o sentido próprio do texto e possibilitar a emergência da *atualização*. A pergunta permite acessar as possibilidades de sentido derivadas da relação do intérprete com o texto.

Por isso, não pode haver uma interpretação correta ‘em si’, justamente porque em cada uma está em questão o próprio texto. A vida histórica da tradição consiste na sua dependência a apropriações e interpretações sempre novas. Uma interpretação correta ‘em si’ seria um ideal desprovido de pensamento, que desconhece a essência da tradição. Toda interpretação deve acomodar-se à situação hermenêutica a que pertence. (GADAMER, 2015, p. 514).

E essa situação hermenêutica a que pertence a interpretação realiza-se na concreção do próprio sentido em seu momento de *aplicação*. Dessa forma, “compreender um texto significa sempre aplicá-lo a nós próprios” (GADAMER, 2015, p. 515).

A meu ver, metodologicamente pensando, a compreensão hermenêutica é uma construção processual que ocorre de modo intrínseco no próprio acontecer da *tradição*, cujas perguntas disparadoras desse processo de pesquisa se sustentam na *atualização* e mudança histórica que lhe são inerentes.

Se o próprio núcleo do problema hermenêutico é que a tradição como tal deve ser compreendida cada vez mais de modo diferente [por conta do seu caráter histórico-efetual], então – a partir do ponto de vista lógico – o que está em questão é a relação entre o geral e o particular. Compreender passa a ser um caso especial da aplicação de algo geral a uma situação concreta e particular. (GADAMER, 2015, p. 411).

Dessa forma, a conveniência do método hermenêutico-filosófico está no caráter prático, efetivo e ético dos seus conceitos. Seu critério de validade encontra-se na possibilidade de *aplicação* do conhecimento às situações concretas, cujo sentido é esboçado de modo conveniente e provisório, mas determinado pelo objeto estudado inserido no próprio acontecer da *tradição*.

Baseado nos métodos bibliográfico (LIMA; MIOTO, 2007) e hermenêutico-filosófico (GADAMER, 2015) expostos, desenvolvi essa pesquisa através de três fases distintas para obtenção de uma compreensão hermenêutica do problema proposto: a) *Investigação das informações*; b) *Análise compreensiva*; e, c) *Síntese hermenêutica*. Inicialmente, a *investigação das informações* envolveu dois momentos específicos e sucessivos: o *levantamento do material bibliográfico* e o *levantamento das informações*. No *levantamento do material bibliográfico*, classifiquei o material selecionado, a partir de leitura de reconhecimento e da leitura exploratória, como fonte de pesquisa. A leitura de reconhecimento do material bibliográfico caracterizou-se por ser rápida e voltada para identificação de obras relacionadas ao tema, em bibliotecas e bases de dados computadorizadas. Empreendi uma leitura exploratória, de modo complementar, que consistiu em leitura rápida de sumários e manuseio de obras para comprovar se as referências selecionadas interessavam, de fato, ao estudo. Em seguida, através do *levantamento das informações*, fiz o detalhamento da busca realizada inicialmente no *levantamento bibliográfico* para localizar as obras que seriam pesquisadas. Nesse momento, a leitura foi seletiva, ou seja, voltada para determinar o material que de fato possuía relação direta com os objetivos da pesquisa (LIMA; MIOTO, 2007).

Na fase da *análise compreensiva* da pesquisa, uma vez localizado o material a ser pesquisado, busquei expor de modo ordenado os dados obtidos, através da leitura crítico-reflexiva, na forma de categorias conceituais (LIMA; MIOTO, 2007). De acordo com o método escolhido, tratou-se do delineamento do círculo hermenêutico no processo de aproximação inicial com os textos que foram analisados. Nesse sentido, considere

epistemologicamente a relação de significância mútua entre o todo desses textos e as partes que os compõem (GADAMER, 2015).

Foi, também, nessa fase que emergiram os meus preconceitos, presentes originariamente em minhas leituras e derivados da exposição inicial aos textos que foram analisados. Esse aspecto exigiu de mim um exame desses preconceitos através do processo de revisão das leituras crítico-reflexivas realizadas, ou seja, dos estudos críticos dos textos analisados, que visaram ordenar e sumarizar as informações ali contidas (LIMA; MIOTO, 2007). Por fim, na *síntese hermenêutica* do processo de pesquisa, busquei realizar o exercício reflexivo de uma hermenêutica sobre o objeto de estudo da pesquisa através de uma leitura interpretativa. Para isso, foi necessário o estabelecimento de uma atitude de abertura à opinião dos textos que foram analisados, ou seja, receptividade à alteridade envolvida nas leituras, sem desconsiderar o meu próprio horizonte enquanto intérprete, bem como a relação ambígua de familiaridade e estranheza entre texto e intérprete.

Tratou-se, nesse caso, de uma dinâmica análoga ao jogo e à conversação, ou seja, da ausência de um roteiro preestabelecido por mim, enquanto intérprete, nesse encontro (GADAMER, 2015). A proposição de uma hermenêutica nessa fase considerou a possibilidade do desvelamento de um sentido possível que pôde ser confirmado através da fusão de horizontes entre o movimento dos textos analisados e o meu próprio movimento na condição de intérprete, que necessariamente se complementou na capacidade de aplicação desse sentido sobre o próprio horizonte constituído no decorrer da produção textual desta pesquisa.

De acordo com o levantamento bibliográfico da produção acadêmica brasileira que se aproximam do tema, realizado no catálogo de teses e dissertações do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e nos Portais da Rede *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e dos Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), há os seguintes registros relacionados a essa aproximação entre Rogers e Gadamer. O artigos de Vieira e Freire (2006) e Miranda e Freire (2012), assim como a tese de Vieira (2017), utilizam metodologicamente a noção de *fusão de horizontes* gadameriana para sustentar as discussões realizadas (respectivamente sobre a questão da *alteridade radical*⁷ no pensamento de Rogers, o processo de comunicação entre psicoterapeuta e cliente nas fases do pensamento rogeriano, e as formas que a alteridade, na perspectiva levinasiana, vai tomando no decorrer das diferentes fases da teoria psicoterápica rogeriana), a partir da concepção de que “[...] o fenômeno hermenêutico ocorreria mediante compreensão e confronto dos horizontes envolvidos, produzindo um novo horizonte possível”

⁷ Noção desenvolvida pelo filósofo Emmanuel Lévinas (1906-1995) sobre a condição do *ser* que não pode ser totalizado por qualquer conceituação. “Para ele, não se trata da questão do ser, mas de pôr o ser em questão e trazer para o debate filosófico o ‘outramente que ser’, o não poder-ser-de-outra-forma que não ser pelo e para o Outro” (VIEIRA; FREIRE, 2006, p. 426).

(MIRANDA; FREIRE, 2012, p. 81). Outra referência encontrada, fora dos parâmetros de pesquisa descritos acima, foi o livro de Melo (2015, p. 28), derivado de sua tese de doutorado, em que a autora estrutura uma proposta em clínica do trabalho cuja metodologia a ser utilizada pelo psicoterapeuta articula “fenomenologia merleau-pontyana com hermenêutica filosófica gadameriana, rompendo os limites de uma clínica pautada apenas em atitudes facilitadoras”.

A atualidade e relevância teórica do tema sustenta-se na constatação de Frota (2012), ao verificar que importantes estudos desenvolvidos sobre a ACP no Brasil, após a morte de Rogers em 1987, têm introduzido construtos teóricos e metodológicos, principalmente voltados para a prática psicoterápica e pesquisa clínica. Essa ampliação do significado da abordagem, provocada pelo caráter de identificação dos autores destes estudos com diferentes perspectivas fenomenológicas e existenciais, por exemplo, provocam na autora o seguinte questionamento: qual o limite que separa a ACP, reconfigurada por estas releituras epistemológicas, de uma possível ruptura com relação à sua identidade original, provocada por essa nova reconfiguração, uma vez que se trata da assimilação teórica de noções provenientes de diferentes bases epistemológicas. Dito de outra forma, o que se vem criando no Brasil, nas últimas décadas, sob a identidade *abordagem centrada na pessoa* não seria “algo novo, tão novo, que rompe com a abordagem centrada, por caminhar por paradigmas outros que Rogers se apoiou na construção de sua teoria?” (FROTA, 2012, p. 175).

Essa questão ocorre dentro de uma perspectiva própria que os estudiosos da história da psicologia denominam *recepção*, ou seja, ao modo como uma concepção de psicologia, fora de seu contexto originário, tem suas ideias assimiladas e (re)apropriadas, constituindo novas formas de entendimento e práticas relacionadas ao contexto sociocultural desse novo horizonte contextual (CASTELO BRANCO; CIRINO, 2017). Quanto à ACP no Brasil, esse processo de *recepção* ocorreu de modo mais significativo na fase definida por Tassinari e Portela (2005), conforme configuração da história da ACP no Brasil por elas elaborada, como *fertilização*. Nessa fase, demarcada entre 1977 e 1986, caracterizada pela vinda de Rogers por três vezes ao país (1977, 1978 e 1985), houve um período de maior entrosamento entre os profissionais brasileiros e estrangeiros, como a publicação de livros inéditos de Rogers com autores brasileiros (ROGERS; ROSENBERG, 1977; ROGERS et al., 1983; SANTOS; ROGERS; BOWEN, 2004), o estabelecimento de residência de John Wood no Brasil, assumindo docência na PUC-Campinas no período de 1985 a 1989, e a oferta de vários eventos, bem como a abertura de núcleos profissionais (TASSINARI; PORTELA, 2005; CASTELO BRANCO; CIRINO, 2017). É nesse período que começa a se delinear uma

ACP brasileira marcada pela recepção crítica e problematizadora das ideias de Rogers, quanto aos limites sociais e relacionais aí identificados, e que passam a ser repensadas à luz de bases fenomenológicas e existenciais. Destacam-se, nesse período, Virgínia Moreira (MOREIRA, 2007) e Mauro Martins AmatuZZi (AMATUZZI, 1989), cujo grande número de publicações sobre a ACP fundamentaram muito dessa característica fenomenológica da ACP brasileira (CASTELO BRANCO; CIRINO, 2017).

Argumentamos, por fim, dois fatores que, possivelmente, contribuíram para a ascensão de um movimento brasileiro ACP pós-Rogers de orientação fenomenológico-existencial. O primeiro se remete às traduções de Rogers dispersas em vários anos. Isso pode ter acarretado uma sobreposição filosófica fenomenológica-existencial como fundamentação da teoria de Rogers, que foi simpático ao movimento fenomenológico na Psicologia estadunidense e estabeleceu diálogo com os pensamentos existenciais de Søren Kierkegaard e Martin Buber. [...] O segundo ocorre mediante uma das vindas de Rogers para o Brasil, em 1985, quando, em uma fala, ele deixou claro sua aversão a rogerianismos, salientando que ele mesmo não era um rogeriano e que o seu pensamento era aberto a outras possibilidades de desenvolvimento. (CASTELO BRANCO; CIRINO, 2017, p. 10).

Considerando, então, essa espécie de “permissão” emitida pelo próprio Rogers quanto à constituição de fundamentações e utilizações outras de sua abordagem, há cada vez mais a presença de posições ambíguas sobre o que seja a ACP, assim como a constatação de profissionais se identificarem como “centrados” ou “acepistas”, sem ao menos compartilharem alguns de seus princípios básicos. Para Rogers, avesso ao adjetivo “rogeriano”, por temer o aparecimento de “clones” de si próprio através do estabelecimento de um modelo-padrão de funcionamento baseado em sua pessoa, nada mais distante de suas ideias, abriu margem ao outro extremo, quanto ao advento de uma certa confusão contraditória, ao estimular “que cada um deve encontrar seu próprio jeito de ser centrado” (TASSINARI; PORTELA, 2005, p. 233).

Mas, epistemologicamente pensando, qual o parâmetro de validade do conhecimento produzido por essa ACP brasileira com forte traço fenomenológico? Baseado em Jean Piaget (1980), identifico uma tendência *metacientífica*, ou seja, a partir da identificação do limite teórico e/ou prático da psicologia de Rogers, busca-se uma superação dessa limitação a partir de outras fontes, principalmente filosóficas (fenomenológicas) no caso, para se voltar à ACP pós-Rogers com a finalidade de levantar seus fundamentos próprios e criar algo novo (CASTELO BRANCO; BARROCAS, 2012). Nessa miscelânea pós-rogeriana de natureza *metacientífica*, há “ACPês” brasileiras que recorrem a autores como Edmund Husserl (AMATUZZI, 2009), Martin Heidegger (BEZERRA, 2007), Emmanuel Lévinas (VIEIRA; FREIRE, 2006), Alfred Schutz (CASTELO BRANCO, 2012) e Maurice Merleau-Ponty (MOREIRA, 2007), por exemplo. Importante, nesse contexto,

identificar a crítica realizada por Wood et al. (2008) a esse movimento de recorrer à fenomenologia como forma de legitimação da *terapia centrada no cliente*, como uma espécie de “selo de qualidade” outorgada pelo adjetivo “fenomenológico”. Para ele,

[...] É possível que a postura de Rogers não tenha sido ‘fenomenológica’, que sua teoria tenha sido incompleta, ou mesmo errada, que sua filosofia seja vaga. No entanto, a atitude com que ele se aproximava do estudo do fenômeno da psicoterapia eficaz, de certo condiz com o *phainomenon* de Heidegger (1962) – aquilo que se mostra em si mesmo. E mais importante de tudo, ele era um terapeuta eficaz. Sua terapia de forma alguma ficou comprometida por qualquer fenomenologismo que lhe possa ter faltado. [...] Para os críticos que, tanto quanto posso ver, ainda tem que demonstrar uma “psicoterapia fenomenológica” eficaz, criticar a prática irrefutavelmente bem sucedida de Rogers, é deplorável. (WOOD et al., 2008, p. 257, grifo do autor).

Ainda que historicamente localizado nesse contexto brasileiro da ACP, uma vez que também já realizei incursões de natureza fenomenológica-existencial para (re)pensar o legado de Rogers (BEZERRA; BEZERRA, 2012), procuro, nesta dissertação, romper com o caráter de uma epistemologia *metacientífica*, cuja intenção deriva da consideração dos *vetos woodianos* descritos acima. Não se trata, assim, de buscar compreender a noção de *abordagem centrada na pessoa* sustentando-me em parâmetros filosóficos fora da base histórica do pensamento rogeriano, porém me voltar, através de um movimento compreensivo, sobre o que já está dado em Rogers e Wood.

Pretendo, nesse giro epistemológico, de natureza *paracientífica* (PIAGET, 1980), não descartar o que já está dado, mas explorar hermeneuticamente outras possibilidades de entendimento, outras dimensões relacionadas ao objeto pesquisado (noção de *abordagem centrada na pessoa*), sem perder a condição de adorno ou complemento, de um pensamento paralelo ao entendimento próprio e já estabelecido por Rogers e Wood (CASTELO BRANCO; BARROCAS, 2012). Proponho apresentar algo original, a partir dessa (re)visita aos fundamentos, sem abdicar da originalidade desses mesmos fundamentos.

Além dessa ampliação de fronteiras no campo epistemológico, cada vez mais profissionais identificados com essa abordagem no país têm articulado novas possibilidades de atuação com a ACP em campos até pouco tempo impensados, como avaliação psicológica (SCHMIDT, 2013), educação a distância (DOXSEY, 2010) e emergências e desastres (VASCONCELOS; CURY, 2017), por exemplo. O desafio que se apresenta, tal qual no aspecto epistemológico, é a necessidade do estabelecimento de parâmetros para discernir entre possíveis aplicações da ACP e práticas que claramente ultrapassam suas características e possibilidades (FLÔR, 2016).

Entendo que uma possível demarcação epistêmica e, por conseguinte, das possíveis aplicações da ACP depende do resgate, da (re)tomada do sentido original proposto

por Rogers e Wood para o termo *abordagem centrada na pessoa*. Não mais definido pelo parâmetro psicoterápico da *terapia centrada no cliente*, quando da pressuposição de sua aplicação a outros campos fora deste contexto. A ausência de limites quanto a estes campos denuncia a falta de clareza quanto aos seus pressupostos. Por isso, a investigação de cunho hermenêutico permite, assim, colaborar para o estabelecimento de parâmetros na atualidade voltados ao exercício de reflexão sobre teorias e práticas que tomam a ACP como referência, mas são questionáveis se convêm serem identificadas como *abordagem centrada na pessoa* quanto aos desdobramentos obtidos.

Ademais, essa necessidade de esclarecimento conceitual e epistêmico é pessoal também. Atuo como psicoterapeuta e docente em instituições de ensino superior e cursos de formação profissional, sempre sustentado nas bases teóricas, metodológicas e vivenciais da ACP, há aproximadamente 20 anos. Ao longo deste período, tornou-se um hábito desconfortável verificar que essas bases comumente são tratadas de modo superficial e meramente instrumental não só por alguns colegas da Psicologia, mas também por pessoas que afirmam sustentar seu trabalho nesta perspectiva. No decorrer deste tempo, cheguei a me indagar se essa questão de natureza mais teórica é, de fato, importante. Poderia apenas ser um problema gerado pelas exigências da minha faceta filosófica, dada a minha formação também como licenciado e bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Contudo, nos últimos anos, ao me deparar por diversas vezes, em eventos identificados com a ACP no país, com a dificuldade de diversos colegas, tanto em explicar a noção do que seja *abordagem centrada na pessoa*, recorrendo a ideias vagas e pouco claras, quanto em dialogar sobre possíveis potencialidades e limites inerentes à *abordagem*, tratando-a como um conjunto de “verdades” estabelecidas de modo inquestionável para serem praticadas, passei a entender que este problema – sobre o sentido de uma *abordagem centrada na pessoa* – me toca por também me parecer ser um problema de parte de uma comunidade de profissionais e estudantes brasileiros identificados com essa abordagem.

De acordo com Castelo Branco e Cirino (2017), é possível que a dificuldade no (re)conhecimento total dos planos de pesquisa e de fundamentação teórica, clínica e educacional de Rogers no Brasil sejam consequência de cinco fatores conjugados: a) As obras de Rogers publicadas no país (14 traduções para o português brasileiro, de um total de 18 livros publicados por Rogers em países estrangeiros) ficaram dispersas em diversas editoras, muitas sem uma atual edição. Apenas 7 continuam sendo editadas atualmente⁸; b) As

⁸ São eles: *Psicoterapia e Consulta Psicológica*, *Tornar-se Pessoa*, *Grupos de Encontro* e *Sobre o Poder Pessoal* (esse último, apesar de disponível no catálogo da Editora, encontra-se esgotado), pela Editora

principais obras de Rogers com a sistematização teórica e clínica de suas ideias e que foram traduzidas no país – *Terapia Centrada no Cliente (Client-Centered Therapy, 1951)* e *Psicoterapia e Relações Humanas – Volume 1 (Psychotherapie en Menselyke Verhoudingen, 1959)* – não são mais editadas atualmente; c) Tampouco não são mais editadas no Brasil as seguintes obras com entrevistas de Rogers, que possibilitaria outro acesso do leitor à sua vida e obra: *Psicologia Humanista: entrevistas com Maslow, Murphy e Rogers*, de Willard Frick (1971) e *Carl Rogers: o homem e suas ideias*, de Richard Evans (1975), assim como nunca houve tradução do livro *Carl Rogers: The quiet revolutionary – An oral history*, de David Russell (2002), ou da biografia *The life and work of Carl Rogers*, escrita por Howard Kirschenbaum (2007); d) Da mesma forma, não são mais editados no país as obras de Rogers relacionadas à educação – *Liberdade de aprender (Freedom to learning: a view of what education might become, 1969)* e *Liberdade de aprender em nossa década (Freedom to learn for the 80's, 1983)* –, o que restringe o acesso às suas ideias sobre o tema; e, e) Não foram traduzidos para o português duas obras do autor que tratam sobre o plano metodológico de pesquisas experimentais e empíricas sobre o processo de mudança de personalidade no âmbito psicoterápico – *Psychotherapy and personality change (1954)* e *The therapeutic relationship and its impact: a study of psychotherapy with schizophrenics (1967)* –, que impossibilita o acesso ao modo como Rogers conseguiu validar a sua proposta psicoterápica junto à American Psychological Association (APA) e reduz os seus principais conceitos psicológicos como sendo apenas derivações de sua experiência pessoal.

Verifiquei que, sobre o tema da identidade da *abordagem centrada na pessoa*, após o falecimento de Carl Rogers, em 1987 – doravante denominada ACP pós-Rogers (MOREIRA, 2010) –, os estudos podem ser agregados em três grandes categorias: os que consideram as novas perspectivas da ACP pós-Rogers como constitutivas do caráter mutante da *abordagem*; os que entendem que houve perda da identidade da *abordagem* com as reconfigurações propostas após o falecimento de Rogers; e os que questionam sobre a identidade da ACP pós-Rogers, porém sem uma posição firmada se essa identidade se perdeu ou não da referência original da *abordagem*.

Na primeira categoria dos estudos que legitimam as novas perspectivas da ACP pós-Rogers, a tese de Cury (1993) caracteriza-se pela influência das experiências com grandes grupos intensivos na prática da *terapia centrada no cliente*, inclusive para o desenvolvimento

teórico que legitime a ACP, mais do que uma proposta psicoterápica, como uma abordagem psicossocial voltada aos problemas humanos. Nesse sentido, propõe uma reconfiguração teórica da prática clínica, a partir da superação dos limites da *terapia centrada no cliente*, denominada *psicoterapia centrada na pessoa*, e discorre sobre possíveis aplicações da ACP no campo da Saúde Mental Pública no Brasil. Os livros de Brazier (1997) e Mearns e Thorne (2000) expressam o interesse em publicizar diferentes perspectivas referentes à ACP pós-Rogers, considerando que a *abordagem* continua viva, inspirada na valorização de Rogers à personalidade e às relações humanas, mas sem depender nem restringir a abordagem à sua pessoa. Cornelius-White (2011) propõe a reconfiguração teórica de conceitos propostos por Rogers, derivados de investigações desenvolvidas pelo autor e voltadas para novas possibilidades de aplicação da abordagem. Esse sentido de atualização conceitual da ACP é seguido também por Bohart (2012), ao entender a necessidade de agregar à prática terapêutica da abordagem técnicas e procedimentos de outras perspectivas teóricas, uma vez que não lhe parece ser possível ficar restrito à prática não-diretiva clássica para alcançar um grau de profundidade relacional focada na experiência e nas emoções.

Observei no levantamento realizado quanto às novas perspectivas conceituais relacionadas à identidade da ACP pós-Rogers, que alguns autores legitimam tais atualizações a partir da proximidade teórica da ACP com outras teorias, como a fenomenologia de Merleau-Ponty (MOREIRA, 2007), a ética de Emmanuel Lévinas (VIEIRA; FREIRE, 2006; VIEIRA; PINHEIRO, 2013), a Psicologia Positiva (PATTERSON; JOSEPH, 2007; JOSEPH; MURPHY, 2013; PROCTOR; TWEED; MORRIS, 2016) e a Psicologia Existencial (STUMM, 2005). Outros autores desenvolveram uma concepção muito específica da *abordagem* sob a justificativa de que tais atributos sempre se encontravam originalmente latentes na compreensão da ACP como uma proposta comunitária (CASPARY, 1991), uma teoria de modelo cognitivo (MOTSCHNIG; NYKL, 2003) ou uma ética humanista (AMATUZZI, 2010). E, por fim, nessa categoria de autores que consideram os novos rumos conceituais da *abordagem* como um acréscimo a ela, e não perda de identidade, há aqueles que sustentam tais perspectivas na própria personalidade de Rogers em seus últimos anos de vida, na vinculação com um viés religioso ou transpessoal (KALMTHOUT, 1995; WOOD, 1998; BOAINAIN JÚNIOR, 1998). Tais estudos referendam a possibilidade do diálogo entre a ACP e outras teorias cujas matrizes epistemológicas são distintas, servindo inclusive como estratégia de atualização de suas perspectivas.

Assinalo que não se trata aqui, necessariamente, de alteração sobre o núcleo conceitual e argumentativo da *abordagem*. Por outro lado, como risco inerente a essa

interlocução, pode acarretar um processo maior ou menor de distanciamento com relação às suas raízes epistemológicas. Uma ótima ilustração de mapeamento das perspectivas atuais da ACP no contexto do Reino Unido é o livro organizado por Senders (2012): *The Tribes of the Person-Centred Nation*. O autor se propõe apresentar as diferentes “tribos” existentes dentro da “nação ACP”. Nessa perspectiva, diferencia essas “tribos” de “novos desenvolvimentos” pela aproximação teórica que as “tribos” possuem com relação às bases da clássica *terapia centrada no cliente*. Para o autor, essas “tribos” são identificadas com os seguintes grupos: *terapia centrada no cliente clássica*⁹, *terapia orientada para a focalização*¹⁰, *terapia centrada na pessoa de base experiencial*¹¹, *terapia focada na emoção*¹², *terapia centrada na pessoa de base existencial*¹³ e *terapia centrada na pessoa integrativa*¹⁴.

Uma segunda categoria de estudos relacionados à identidade da ACP é caracterizada pela concepção de que ela se perdeu, em virtude das reconfigurações propostas após o falecimento de Rogers. Swildens (2002) expressa, ao refletir sobre o desenvolvimento da proposta terapêutica da ACP no decorrer do século XX, particularmente na Europa, que há uma tendência para o declínio e afastamento da ideia original em virtude da integração de métodos terapêuticos distintos da abordagem, tal qual proposto por Bohart (2012). Da mesma forma, Fonseca (2007) expõe que a degeneração do paradigma rogeriano, de natureza compreensiva fenomenológica existencial, resulta em uma espécie de “rogerismo vulgar”, caracterizado pelo autor como objetivista e positivista, bastante distante dos fundamentos do modelo rogeriano. De acordo com Kirschenbaum (2012), alguns membros da *Association for the Development of the Person-Centred Approach* (ADPCA)¹⁵ costumam indicar essa organização como um bastião da clássica ACP.

⁹ *Terapia centrada no cliente clássica (classical client-centred therapy)*: Aporte teórico original, como um ponto de partida para todas as descrições posteriores baseadas no legado de Rogers (SENDERS, 2012).

¹⁰ *Terapia orientada para a focalização (focusing-oriented therapy)* ou *focalização (focusing)*: Baseada exclusivamente no trabalho de Eugene Gendlin (1926-2017), ex-colaborador de Rogers (SENDERS, 2012).

¹¹ *Terapia centrada na pessoa de base experiencial (experiential person-centred therapy)*: Proposta derivada das concepções convergentes de Rogers e Gendlin (SENDERS, 2012).

¹² *Terapia focada na emoção (emotion-focused therapy)*: Descrição da perspectiva desenvolvida a partir da incorporação, à teoria clássica, da teoria cognitiva sobre as emoções, neurociências e perspectiva construtivista. Principais referências: Laura Rice (ex-aluna e posterior colaboradora de Rogers), Leslie Greenberg e Robert Elliot (SENDERS, 2012).

¹³ *Terapia centrada na pessoa de base existencial (existentially informed person-centred therapy)*: Descrição da perspectiva derivada da aproximação da teoria clássica com relação a outras perspectivas terapêuticas como *daseinanalyse*, *logoterapia*, *terapia humanista-existencial* e a *antipsiquiatria* de Robert Laing (SENDERS, 2012).

¹⁴ *Terapia centrada na pessoa integrativa (integrative person-centred therapy)*: Perspectiva considerada como um modo específico de abordagem terapêutica baseada em valores, filosofia e teoria centrada na pessoa. Principais referências: Tony Merry, Brian Thorne e Richard Worsley (SENDERS, 2012).

¹⁵ A ADPCA é uma organização norte-americana, criada em 1984 por iniciativa de David Can, voltada para a manutenção, desenvolvimento e aplicação da ACP. A ADPCA patrocina uma conferência anual, publica um

Contraopondo-se à postura crítica dessa segunda categoria, Biles (2016) sugere, a partir da análise que faz dos escritos de Rogers, que a corrente ortodoxa da terapia centrada na pessoa representa uma “grave traição” à visão de Rogers. Essa traição sustenta-se em seis aspectos: a) O dogmatismo presente no discurso da ACP no que se refere às condições necessárias e suficientes para a mudança da personalidade no contexto psicoterápico (ROGERS, 2008a), que foram formuladas no final dos anos 1950 e são defendidas como verdades congeladas, e não hipóteses que precisam ser testadas na experiência; b) Compreensão confusa dessas condições, tratadas como coisas para se fazer ou modos de ser, e fechadas a outras possibilidades derivadas de outras teorias e práticas; c) Perda do contato com o mistério derivado das relações e condições humanas de modo geral; d) Expectativas mal dirigidas enquanto psicoterapeutas em início de carreira, ao experimentar vivenciar determinadas atitudes, algo que só conseguirá efetivamente experienciar com a prática profissional; e) Apropriação e estabelecimento do que é “ser” centrado na pessoa baseado em uma referência que se perde em meio a outras referências próximas; e, f) A perda de contato com a radicalidade original das ideias de Rogers, relacionadas à sua dimensão política, como um “revolucionário silencioso” (ROGERS, 1978).

Por fim, há estudos que refletem sobre o tema sem uma clara posição quanto à identidade da abordagem no período após o falecimento de Rogers, isto é, se esta diferencia-se ou não da referência original da abordagem. Para Kalmthout (2002), o desafio à sobrevivência da ACP é lidar com o dilema da adaptação às demandas atuais, colocando em risco o caráter específico da abordagem. Para o principal biógrafo de Rogers, Kirschenbaum (2012), em uma imaginária e irreverente conversa póstuma com o criador da *abordagem* para saber sua opinião sobre o desenvolvimento atual da ACP, ele tenta identificar o que seja *centrado na pessoa* em meio às controvérsias contemporâneas sobre essa questão. Da mesma forma, Freire (2009) apresenta a dificuldade de a ACP se adequar às correntes culturalmente dominantes, como o modelo médico da psicoterapia e a lógica mecanicista e linear da ciência positivista, o que resulta a impressão, entre os profissionais que trabalham com a abordagem, que eles “nadam contra a maré”, à medida que optam dar continuidade à proposta iniciada por Rogers. Percebe-se, nos autores citados, o problema da manutenção de uma identidade da ACP em um contexto sociocultural contemporâneo, desafiador aos princípios que sustentam originalmente a abordagem.

Considerando as argumentações que determinaram a temática desta dissertação (expostas na introdução) e o meu percurso metodológico, epistemológico, pessoal e bibliográfico, escrevi 3 capítulos: no primeiro, procurei tematizar e elucidar conceitualmente os termos *terapia* e *abordagem*, ao explorar o processo de passagem de uma fase identificada com a Terapia Centrada no Cliente para a fase da Abordagem Centrada na Pessoa. Para isso, revisei as principais classificações realizadas sobre o desenvolvimento do pensamento de Rogers, dando ênfase àquelas que legitimam teoricamente a última fase do seu pensamento, identificada como Abordagem Centrada na Pessoa, período em que foi formulada a noção de *abordagem centrada na pessoa* por Carl Rogers e John Keith Wood. Destaco a necessidade, ao final desse capítulo, para facilitar o leitor quanto ao entendimento das categorias discutidas nas diferentes fases do pensamento de Rogers, apresentar um subitem específico relacionado ao seu fechamento (“À guisa de conclusão do capítulo”).

No segundo capítulo, realizei uma problematização categorial dos termos envolvidos nesse processo de mudança da identidade do legado rogeriano, *cliente* e *pessoa*, opção que se deveu à necessidade de compreender os significados envolvidos nesse processo, de forma que pôde subsidiar a análise hermenêutica desenvolvida no capítulo seguinte. No terceiro e último capítulo da dissertação, como momento derivado do processo peculiar, instável e tenso da *fusão dos horizontes*, desse encontro entre intérprete e textos pesquisados, apresento uma compreensão hermenêutica sobre a noção da *abordagem* vinculando-a à necessária *atualização* da noção de *terapia centrada no cliente*, que possui o caráter dialético e paradoxal de *superação* do projeto universalista de Rogers quanto à apreensão da experiência humana, acompanhado da proposta de *conservação* do seu legado – como um ressoar da *tradição* que demanda seu naco de presença –, através do convite de abertura radical à experiência. Assim, ao propor um sentido próprio sobre essa “passagem”, da *terapia* para *abordagem*, vislumbro considerá-la, de maneira produtiva, para além da mera ampliação das áreas de aplicação do pensamento de Rogers.

Por fim, nas considerações finais, inicialmente desenvolvo uma breve síntese textual da discussão realizada; exploro as repercussões derivadas da pesquisa, voltadas basicamente ao exercício de compreensão hermenêutica da *abordagem* como um percurso próprio realizado; e sinalizo possíveis possibilidades de pesquisas futuras, vinculadas ao profícuo potencial de articulação entre a ACP e a hermenêutica filosófica gadameriana.

3 DA TERAPIA (CENTRADA NO CLIENTE) À ABORDAGEM (CENTRADA NA PESSOA)

O início do percurso que me propus caminhar demanda a tematização e elucidação conceitual dos termos *terapia* e *abordagem*, através da reflexão sobre o processo de passagem da fase da Terapia Centrada no Cliente para a fase da Abordagem Centrada na Pessoa. Para isso, considero importante revisar as principais classificações realizadas sobre o desenvolvimento do pensamento de Rogers, com ênfase àquelas que legitimam teoricamente a última fase do seu pensamento, identificada como Abordagem Centrada na Pessoa, período em que foi formulada a noção de *abordagem centrada na pessoa* por Carl Rogers e John Keith Wood.

3.1 Dinâmica do pensamento de Rogers

A produção de Carl Rogers, ao longo de mais de 50 anos de pesquisas, estudos, teorizações e aplicações em Psicologia, ocorreu de modo bastante dinâmico, uma vez que o seu foco de interesse e o modo de abordá-lo sofreu significativas mudanças no decorrer do tempo. A sistematização destas diferentes “fases” da produção de Rogers nunca foi tecida pelo próprio autor, apenas constatada quanto à mudança de interesses que apresentava e denominações (ou “rótulos”) que passaram a identificar a sua obra com o passar do tempo – aconselhamento não-diretivo, terapia centrada no cliente, ensino centrado no aluno, liderança centrada no grupo, por exemplo –, ainda que para ele representassem expressões de uma mesma proposta, que viria a ser identificada posteriormente como *abordagem centrada na pessoa* (ROGERS, 1983).

Considerando que as propostas de sistematização possuem como primeira referência Hart (1970), um estudante de Rogers, ainda dentro de um período em que a noção de *abordagem centrada na pessoa* não havia sido formulada, proponho separar tais classificações em duas grandes categorias: a primeira, formada pelas sistematizações das “fases” cuja referência baseia-se fundamentalmente na prática psicoterápica de Rogers; e a segunda, que se relaciona à inclusão da Abordagem Centrada na Pessoa como um período legítimo da produção teórico-conceitual da obra do autor. Neste sentido, para os fins que proponho nesta pesquisa, meu interesse se volta para esta segunda categoria, concordando com Castelo Branco (2010, p. 25) ao citar que, apesar da acusação feita a Rogers quanto à falta de sistematização e fundamentação teórica em sua produção a partir da década de 1960, “ele continuou seguindo o programa de fundamentação e desenvolvimento de suas concepções, embora de forma menos explícita”.

A classificação realizada por Hart (1970) representa a referência para as classificações da obra de Rogers que se sustentaram na psicoterapia como seu foco privilegiado de pesquisa e atuação. De acordo com esta classificação, há três períodos distintos: o período da Terapia Não-Diretiva, de 1940 a 1950; o período da Terapia Centrada no Cliente, de 1950 a 1957; e o período da Terapia Experiencial, de 1957 a 1970. O período da Terapia Não-Diretiva caracteriza-se pela importância de o terapeuta criar um ambiente permissivo, não autoritário ou interventivo por parte do profissional, cuja aceitação do ritmo e das direções propostas pelo cliente, e clarificação das experiências por ele (cliente) trazidas, possibilitam a ocorrência da mudança da personalidade baseada no alcance gradual de *insights* quanto a si mesmo e à situação vivenciada.

Este período, de acordo com Hart (1970), é sucedido pela Terapia Centrada no Cliente, fase de grande sistematização de conceitos e práticas baseadas nas investigações científicas realizadas sobre o fenômeno da psicoterapia. Momento em que o terapeuta procura reagir (ou refletir) de modo mais sensível aos sentimentos do cliente, ao invés de responder ao significado semântico das experiências por ele relatadas, de forma que possa remover as possíveis fontes de ameaça no relacionamento e favoreça o desenvolvimento da congruência entre o conceito de *self*¹⁶ e o organismo¹⁷ do cliente. Trata-se de uma fase que também é conhecida como Fase Reflexiva. Por fim, o período da Terapia Experiencial, derivado da prática de *terapia centrada no cliente* com indivíduos considerados “esquizofrênicos” na Universidade de Wisconsin, de 1957 a 1963 (CASTELO BRANCO, 2010), que ressaltou a mudança quanto à utilização de técnicas terapêuticas, caracterizou-se pelo desenvolvimento de habilidades atitudinais do terapeuta, de maior expressividade interpessoal e extroversão, voltadas para a experiência¹⁸ do cliente como fonte de mudança da personalidade (HART, 1970).

¹⁶ O conceito de *self* serve “para designar a configuração experiencial composta de percepções relativas ao eu, as relações do eu com o outro, com o meio e com a vida, em geral, assim como os valores que o indivíduo atribui a estas diversas percepções. Esta configuração se encontra num estado de fluxo contínuo, isto é, muda constantemente, ainda que seja sempre organizada e coerente. Outra característica importante desta configuração experiencial é que ela é disponível à consciência – ainda que não seja sempre necessariamente consciente ou plenamente consciente” (ROGERS; KINGET, 1977a, p. 165).

¹⁷ O organismo refere-se ao indivíduo em sua totalidade experiencial, dentro de seu mundo de experiências em constante mutação, denominado como campo fenomenológico, cujas experiências podem ser conscientemente percebidas ou não. Possui a tendência e impulso básicos à preservação, maturação, singularização, autogestão e socialização do indivíduo. E, para isso, reage ao seu campo fenomenológico da maneira como este é experimentado e percebido, e como uma totalidade organizada (ROGERS, 1992).

¹⁸ Neologismo em português de *experiencing*, em virtude da dificuldade de sua tradução. Noção proposta por Eugene Gendlin, membro da equipe de pesquisadores coordenada por Rogers e responsáveis pelo projeto de psicoterapia com pessoas diagnosticadas como esquizofrênicas na Universidade de Wisconsin (1957-1963), significa o processo de sentimentos, vivenciado pelo sujeito de modo corpóreo e concreto, em um presente imediato, organismicamente pré-conceitual (que serve de guia às conceituações), implicitamente significativo e considerado pelo autor como matéria básica de qualquer fenômeno psicológico (MESSIAS; CURY, 2006).

A difusão no Brasil da pioneira classificação do pensamento de Rogers realizada por Hart (1970), deveu-se a Cury (1987), da qual partiram as classificações propostas por Holanda (1998) e Moreira (2010), que complementam a análise realizada pelo estudante de Rogers. Os autores brasileiros incluíram fases do pensamento de Rogers mais recentes, porém sem desconsiderar as fases iniciais (Psicoterapia ou Fase Não-Diretiva, Terapia Centrada no Cliente ou Fase Reflexiva e Terapia ou Fase Experiencial) como fundamentais para a consolidação da obra de Rogers. Para eles, acrescenta-se uma quarta fase da evolução do pensamento rogeriano, denominada Fase Coletiva ou Inter-Humana, no período de 1970 a 1987, também chamada de Relacional por Amatuzzi (2010) ou Formativa por CASTELO BRANCO (2008). Esta fase corresponde aos últimos anos da vida de Rogers, momento em que se ampliam seus interesses de atuação, abandona a psicoterapia individual e se volta para atividades de grupo e relações humanas transculturais. Estes referidos autores também identificam nesta fase uma maior abertura e articulação de Rogers com ideias e valores correlacionados a outras áreas da ciência, como a física, a química e a biologia, assim como o interesse por fatores de natureza espiritual da existência humana, ainda que esta fase se diferencie das anteriores pelo seu caráter mais especulativo e menos estruturado (HOLANDA, 1998; MOREIRA, 2010).

Nessa perspectiva de complementação à classificação estabelecida por Hart (1970), Moreira (2010, p. 542) acrescenta uma quinta fase ao pensamento de Rogers, estabelecida após sua morte, em 1987: Fase Pós-Rogeriana ou Neorrogeriana, que, segundo a autora, refere-se ao modo como o legado de Rogers “[...] tem se desenvolvido através de uma grande diversidade de vertentes, em distintos lugares do mundo”. As diferentes vertentes, identificadas principalmente por Miranda (2009), partem de fases diferentes do legado rogeriano. Por conseguinte, as fundamentações epistemológicas e metodológicas adotadas por cada vertente possuem uma correlação específica à fase do trabalho de Rogers que é tomada como referência, justificando, de acordo com a autora, a identidade própria que cada vertente neorrogeriana assume (MOREIRA, 2010).

Penso ser importante destacar que, embora Holanda (1998) e Moreira (2010) proponham fases do pensamento de Rogers em um período mais recente, identificada com a noção de *abordagem centrada na pessoa*, essas fases, para os autores, ou possuem o caráter de serem “[...] meramente especulativa[s], não havendo uma estruturação adequada” (HOLANDA, 1998, p. 110), ou (com relação às vertentes pós-rogerianas da Fase Neorrogeriana) “[...] partem de fases diferentes do pensamento de Carl Rogers” (MOREIRA,

2010, p. 542). Assim, são fases que se constituem secundárias e complementares às fases iniciais do pensamento rogeriano propostas por Hart (1970), consideradas melhor estruturadas e tomadas como referência à produção mais recente, a partir da década de 1970.

De modo diferente das classificações anteriores que se caracterizam pela valorização das fases da produção rogeriana voltadas para a psicoterapia, Wood et al. (2008, p. 18) entendem que os sessenta anos da carreira de Rogers podem ser divididos em dois grandes momentos: de 1935 a 1965, durante a fase de desenvolvimento da *terapia centrada no cliente*, identificada como Abordagem Centrada no Cliente. Nesta fase, segundo eles, a proposta era desenvolver “um sistema de mudança na personalidade que se concentrava no mundo subjetivo do indivíduo”. Nos trinta anos seguintes, de 1965 a 1995, ocorreu a fase da Abordagem Centrada na Pessoa, voltada para outras interações sociais não restritas à psicoterapia, como facilitação de aprendizado, relacionamentos intra e intergrupais, e processos sociais, formação e transformação de cultura. O que une essas duas fases, segundo o autor, é que ambas, Abordagem Centrada no Cliente e Abordagem Centrada na Pessoa, são facetas de uma mesma *abordagem*, ou seja, fazem parte de uma forma singular de intenções, crenças e atitudes promovida por Rogers (WOOD et al., 2008). Nessa perspectiva, é como se a Abordagem Centrada na Pessoa, enquanto derivação da Abordagem Centrada no Cliente, fosse uma expressão de algo mais abrangente e constante, identificado com a noção de *abordagem centrada na pessoa*.

A classificação dos períodos de desenvolvimento da obra de Rogers, de acordo com a perspectiva realizada por Castelo Branco (2010), aproxima-se de Wood et al. (2008) “[...] ao contemplar um percurso geral da contribuição de Rogers e não se pautar somente no campo da psicoterapia” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 25). Essa demarcação de fases, segundo o autor, está atrelada ao *fieri*¹⁹ que provocou o desenvolvimento teórico em suas fundamentações. As fases do pensamento de Rogers para Castelo Branco (2010) são: Aconselhamento Não-Diretivo, Terapia Centrada no Cliente, Transição entre Terapia Centrada no Cliente e Abordagem Centrada na Pessoa, e Abordagem Centrada na Pessoa. Apresentarei, a seguir, de forma sucinta a primeira fase para, na sequência, deter-me de modo mais detalhado nas seguintes, consideradas relevantes para a proposta desta pesquisa.

¹⁹ Inspirado no entendimento piagetiano, Castelo Branco (2010, p. 13) esclarece por *fieri* como sendo a processualidade, a corrente do vir a ser ou “o *devir*, o fato que faz uma ciência avançar e não ficar estagnada em suas concepções”.

O período de 1928 a 1945 corresponde à fase inicial da produção de Rogers, a do Aconselhamento Não-Diretivo, período em que atua como psicólogo clínico em um centro de acolhimento de crianças consideradas desajustadas e desadaptadas socialmente, e experimenta diferentes métodos e técnicas de atendimento em voga à época. Conforme não alcança os resultados pretendidos, lança-se cada vez mais à pesquisa e formulação de uma proposta terapêutica eficaz. Dentre as perspectivas metodológicas de atendimento existentes, a Terapia de Relacionamento ou Terapia Passiva de Otto Rank desperta sua atenção por ser um método eficaz para trabalhar com as emoções enquanto promovedoras de crescimento e autorrealização. Com o reconhecimento de sua atuação na promoção de métodos mais eficazes no atendimento às crianças e seus familiares, foi contratado pela Universidade de Ohio, onde pôde desenvolver pesquisas acadêmicas no período de 1940 a 1945 para a constituição de uma proposta estruturada de consulta psicológica eficaz baseada na permissividade da relação terapêutica, de modo que a pessoa atendida pudesse alcançar uma melhor compreensão de si mesma através de uma atitude menos interventiva, diretiva e sustentada na autoridade do terapeuta (CASTELO BRANCO, 2010; CURY, 1993).

Tendo a pensar, com base em Cury (1993), ainda que as classificações do pensamento de Rogers incluam o período da Terapia ou Aconselhamento Não-Diretivo como a primeira fase da sua obra, que essa fase representa um período anterior e preparatório para a construção de uma proposta específica dentre as perspectivas psicológicas vigentes. Refere-se ao contexto de gestação do seu trabalho mais autoral, cujo período corresponde ao final da Segunda Guerra Mundial e a repercussão positiva do método de aconselhamento psicológico não-diretivo, muito mais uma expressão de protesto contra o modelo médico adotado nas práticas psicológicas do que algo sistematizado e bem demarcado conceitualmente (VIEIRA, 2017). Conforme o próprio Rogers, esse período foi marcado “por uma acumulação desordenada de experiências clínicas, de enunciados de hipóteses provisórias, baseados nesta experiência prática, de pesquisas [...] procurando verificar estas hipóteses” (ROGERS; KINGET, 1977a, p. 144). E, de acordo com Amatuzzi (2010, p. 49), ao se referir a esse período,

[...] a teorização era fraca; a preocupação maior estava em comprovar a eficácia do novo método. Talvez ‘método’ não seja a melhor palavra: melhor seria dizer uma nova postura, não técnica nem impessoal, mas interpessoal e confirmadora do sujeito (como se dirá mais tarde).

É apenas com a publicação de *Terapia Centrada no Cliente (Client-Centered Therapy)*, 1951) que surge uma proposta sistematizada de natureza teórico-filosófica para a

prática psicoterápica, sustentada nos resultados de pesquisas científicas desenvolvidas ao longo dos 10 anos que antecederam a publicação, cujo escopo conceitual efetivamente caracteriza Rogers como fundador de uma abordagem psicológica (VIEIRA, 2017). Por isso, para a compreensão da noção de *abordagem centrada na pessoa* como atualização da *terapia centrada no cliente*, apresentarei no decorrer deste capítulo, de modo detalhado, conforme a classificação sugerida por Castelo Branco (2010), as fases da Terapia Centrada no Cliente, a transição da Terapia Centrada no Cliente para a Abordagem Centrada na Pessoa, e a Abordagem Centrada na Pessoa.

3.2 Terapia centrada no cliente

Os chamados “Anos de Chicago” conforme descrito por Boainain Jr. (1998), corresponde ao período em que Rogers assume, de 1945 a 1957, a coordenação de um recém-criado Centro de Aconselhamento (*Counseling Center*) dentro da Universidade de Chicago. Ainda que, nessa classificação proposta, o período subsequente de atuação na Universidade de *Wisconsin*, de 1957 a 1963, em que desenvolve uma grande pesquisa sobre a aplicação da Terapia Centrada no Cliente com pacientes psiquiátricos, seja agregado, é importante ressaltar que há diferenças significativas quanto aos objetivos, resultados e repercussão dos trabalhos desenvolvidos, se comparados aos “Anos de Chicago” (VIEIRA, 2017). A produtividade de todo este período fica clara nas palavras do próprio Rogers:

Os dez anos que passei em Chicago foram caracterizados pela concretização de programas de pesquisa consideravelmente ampliados e subvencionados; pela integração de nossos diversos programas – de ensino, de treinamento, de administração, etc. – de estudantes provenientes de outras áreas que não a psicologia clínica, isto é, da pedagogia, da sociologia, da psicologia industrial; e também pelo efeito estimulante do pensamento de meus colegas, particularmente daqueles que não estavam ligados ao Counseling Center. (ROGERS; KINGET, 1977a, p. 148).

Conforme Boainain Júnior (1998), há três grandes tendências que, apesar de já esboçadas pelo período anterior de produção de Rogers, alcançam sua plenitude e caracterizam a fase da Terapia Centrada no Cliente: a) a ênfase dada ao embasamento empírico para a constituição de uma proposta psicoterápica de natureza científica, de acordo com os parâmetros metodológicos de confiabilidade objetiva; b) a busca de formulações teóricas voltadas para sistematizar e explicar o conhecimento acumulado pela prática e pelos dados provenientes do processo de investigação dos atendimentos psicoterápicos; e, c) o interesse demonstrado por colaboradores de Rogers quanto às possibilidades de aplicação das

ideias derivadas da psicoterapia para outros campos de atuação. Utilizarei referidas tendências como estrutura para apresentar esta fase de produção do legado rogeriano.

Em primeiro lugar, e talvez seja a característica mais marcante deste período, observa-se a necessidade de fundamentar cientificamente a prática psicoterápica. Para isso, Rogers utilizou o recurso de gravação de entrevistas clínicas e aplicação de instrumentos de pesquisa e coleta de dados sobre os fatores envolvidos na relação terapêutica, como a *técnica Q²⁰*, pois, até então, estes fatores eram considerados imponderáveis e indeterminados objetivamente. Os resultados obtidos permitiram identificar quais condições²¹, presentes na relação entre terapeuta e cliente, caracterizam um processo terapêutico eficaz. Dentre estas condições, três atitudes ou condições facilitadoras específicas destacam-se como fundamentais para a atuação do terapeuta em uma perspectiva da terapia centrada no cliente (BOAINAIN JÚNIOR, 1998). Assim,

Descobriu-se que a transformação pessoal é facilitada quando o psicoterapeuta é aquilo que *é*, quando as suas relações com o cliente são autênticas e sem máscara nem fachada, exprimindo abertamente os sentimentos e as atitudes que nesse momento fluem *nele*. Utilizamos o termo ‘congruência’ para tentar descrever essa condição. [...] Vejamos agora a segunda condição. Quando o terapeuta está vivenciando uma atitude calorosa, positiva e de aceitação para com aquilo que *está* no seu cliente, isso facilita a mudança. [...] A expressão a que se recorreu para designar a situação foi ‘consideração positiva incondicional’. [...] Podemos designar a terceira condição como a compreensão empática. Quando o terapeuta é sensível aos sentimentos e às significações pessoais que o cliente vivencia a cada momento, quando pode apreendê-los ‘de dentro’ tal como o paciente os vê, e quando consegue comunicar com êxito alguma coisa dessa compreensão, então está cumprida essa terceira condição. (ROGERS, 2009a, p. 71-72, grifos do autor).

Em Rogers e Kinget (1977a, p. 150), é possível observar algumas convicções fundamentais de sua proposta teórica deste período no tocante à natureza científica: a importância em alcançar, de modo investigativo e sistematizado, a ordem presente nas experiências subjetivas vivenciadas no contexto psicoterápico, que se expressa na valorização da “[...] agudeza da observação e [d]o caráter disciplinado, criador, da reflexão [...] para o

²⁰ Técnica de pesquisa elaborada por W. Stephenson, em 1953, em que, cerca de uma centena de declarações relacionadas à autopercepção (como, por exemplo, “sou uma pessoa submissa”, “não tenho confiança nas minhas emoções”, “sinto-me à vontade e nada me incomoda”, “tenho medo das questões sexuais”, dentre outras) eram impressas em cartões separados, ou seja, cada declaração estava em um cartão. Os cartões eram dados ao cliente e era pedido a ele que agrupasse os cartões que o representassem do modo como se percebia naquele momento imediato, categorizando os cartões em nove pilhas, a começar pelos aspectos mais característicos aos menos característicos (ROGERS, 2009a).

²¹ São elas: “1. Que duas pessoas estejam em contato psicológico; 2. Que a primeira, a quem chamaremos cliente, esteja num estado de incongruência, estando vulnerável ou ansiosa; 3. Que a segunda pessoa, a quem chamaremos de terapeuta, esteja congruente ou integrada na relação; 4. Que o terapeuta experiencie consideração positiva incondicional pelo cliente; 5. Que o terapeuta experiencie uma compreensão empática do esquema de referência interno do cliente e se esforce por comunicar esta experiência ao cliente; 6. Que a comunicação do cliente da compreensão empática do terapeuta e da consideração positiva incondicional seja efetivada, pelo menos num grau mínimo” (ROGERS, 2008a, p. 145).

estabelecimento de critérios mais exatos, [...] enunciados teóricos mais bem fundados, de definições mais válidas”; porém sem desconsiderar o seu caráter provisório e limitado aos fenômenos a que se propõe conhecer. A objetividade do conhecimento científico representa, por mais precisa e fundamentada que possa ser, a expressão da subjetividade humana.

Em suma, ainda que eu me dê conta da possibilidade da existência de uma verdade objetiva, dou-me conta, igualmente, de que não poderei jamais conhecê-la plenamente. Disto se conclui, que o que se considera geralmente como ‘conhecimento científico’ não existe. Há, apenas, percepções individuais daquilo que parece, a cada um de nós, representar esta espécie de conhecimento. (ROGERS; KINGET, 1977a, p. 153).

Nesse sentido, Rogers (2009a) sempre considerou a impossibilidade de a investigação científica alcançar uma verdade absoluta sobre um fenômeno tão complexo quanto a relação terapêutica. Ainda assim, não deixava de valorizar neste período de sua vida profissional a capacidade científica de descrever essa relação de uma forma objetiva. Para isso, como ponto de partida, elaborava algumas hipóteses como, por exemplo, se a consideração do cliente por parte do terapeuta poderia oportunizar uma maior consideração de si próprio por parte do cliente, ou se quanto mais o terapeuta percebe o cliente como uma pessoa, e não como um objeto, mais o cliente tenderia a perceber-se também como uma pessoa e não como um objeto. Tais hipóteses eram testadas através de instrumentos como observação das atitudes do terapeuta através das gravações em vídeo e áudio dos atendimentos, uso de grupo controle²², *técnica Q*, para medir a atitude do terapeuta para com o cliente e testes projetivos, como o Teste de Apercepção Temática ou TAT²³, dentre outros. Para o psicólogo, “a ciência pode dar-nos uma descrição cada vez mais exata dos acontecimentos da terapia e das transformações que nela ocorrem. A ciência pode começar a formular algumas leis provisórias da dinâmica das relações humanas” (p. 238).

Um segundo aspecto característico desse período, de acordo com Boainain Júnior (1998), refere-se ao significativo volume de elaborações teóricas desenvolvidas, voltadas para sistematização e explicação do conhecimento acumulado pela prática e pelos dados provenientes do processo de investigação dos atendimentos psicoterápicos. Nenhuma outra fase posterior da produção de Rogers foi tão rica nesse quesito, de forma que a base

²² Grupo de voluntários que eram solicitados a iniciar o processo terapêutico 60 dias após um primeiro grupo de voluntários. Desta forma, o pesquisador desejava, através da comparação entre os grupos, observar se ocorreria alguma mudança nos indivíduos voluntários do grupo controle, que não iniciaria imediatamente o processo terapêutico, apenas provocada pela motivação deles para a terapia (ROGERS, 2009a).

²³ Voltado para medir o nível de ajustamento do indivíduo (capacidade de adequação do indivíduo ao seu ambiente social de convivência) no processo terapêutico (VIEIRA, 2017).

conceitual construída sobre a psicoterapia²⁴, a mudança da personalidade²⁵ e as relações humanas de modo geral²⁶ tornaram essa fase

[...] tão importante e marcante para a ACP que, ainda hoje, muitos rogerianos lamentam o que lhes parece o posterior abandono do rigor metodológico e teórico no trabalho de Rogers, chegando a repudiar a denominação abordagem centrada na pessoa para se manterem fiéis à ortodoxa terapia centrada no cliente. (BOAINAIN JÚNIOR, 1998, p. 83).

Finalmente, uma terceira tendência desse período, conforme Boainain Júnior (1998), caracteriza-se pelo vivo interesse expresso por colaboradores de Rogers quanto às possibilidades de aplicação das ideias derivadas da psicoterapia para outros campos de atuação. Neste sentido, as premissas teóricas propostas por Rogers são aplicadas em práticas distintas do contexto clínico tradicional (relação psicoterapeuta-cliente), como em ludoterapia (atendimento infantil com a utilização de recursos lúdicos), terapia de grupo, educação (ensino centrado no aluno), liderança de grupo e gestão organizacional, por exemplo. Talvez a grande diferença desta tendência da fase da Terapia Centrada no Cliente em comparação à ampliação das áreas de atuação ocorridas a partir dos anos 1960 – na fase de transição da Terapia Centrada no Cliente para a Abordagem Centrada na Pessoa – seja o propósito, nessa fase inicial, em obter um nível pretendido de ajustamento pessoal (de congruência do indivíduo consigo mesmo) e social (do indivíduo em seu contexto social específico). Acerca desse período da Terapia Centrada no Cliente, reflete Vieira (2017, p. 216):

Um problema possível na conclusão de Rogers é uma normatização das relações humanas a partir da criação de um parâmetro a partir do qual elas seriam consideradas saudáveis. A própria ideia de ajustamento, colada ao modelo de comunicação e relação que Rogers apresenta sugere a ideia de que há um jeito de interagir com o outro que deve ser seguido – mesmo que espontaneamente.

Este *jeito* tomado como *modelo* para que o indivíduo siga, mesmo que espontaneamente, sustenta-se sobre as atitudes facilitadoras tomadas não mais apenas como condições favorecedoras da relação terapêutica, mas como *incorporação atitudinal* para

²⁴ Baseada na presença das condições consideradas por Rogers como necessárias e suficientes para viabilização de uma relação terapêutica eficaz, conforme apresentadas anteriormente, “[...] esta teoria é de ordem condicional. Enuncia-se segundo a seguinte fórmula: **Se** são dadas certas condições (variáveis independentes), **então** um processo determinado (variável dependente) se produzirá. **Se** este processo (transformado em variável independente) se produz, **então** certas modificações da personalidade e do comportamento (variáveis dependentes) se seguirão” (ROGERS; KINGET, 1977a, p. 182, grifos do autor).

²⁵ “Ao tentar ordenar nossas observações relativas ao indivíduo tal como ele se revela no decorrer da terapia, fomos levados a elaborar uma teoria do desenvolvimento da personalidade e da dinâmica do comportamento tanto normal quanto anormal. Este quadro teórico da personalidade ampliou-se gradativamente de modo a incluir as características do funcionamento psicológico ótimo tais como podem ser deduzidas de nossas teses” (ROGERS; KINGET, 1977a, p. 195).

²⁶ Derivada da aplicação da teoria da terapia a outros campos da relação interpessoal, como educação, vida familiar e relações de trabalho, por exemplo, considerando que a relação psicoterápica representa um caso específico no campo das relações interpessoais de modo geral (ROGERS; KINGET, 1977a).

alcançar aquilo que Rogers descreveu como *pessoa em funcionamento pleno* (ou *ótimo*): o resultado positivo máximo de um processo terapêutico bem-sucedido.

Em consequência, o cliente tornou-se capaz de tomar consciência de certos dados de sua experiência que havia interceptado à consciência porque pareciam potencialmente perigosos para a manutenção de seu 'eu'. Na segurança de sua relação com o terapeuta, o cliente se torna capaz de experimentar plenamente a significação dos dados experienciais assim descobertos. De fato, ele experimenta a significação de modo tão pleno e intenso, no decorrer de sua exploração, que ele **vive** ou **é** verdadeiramente este medo, esta angústia, esta ternura ou esta força cujo acesso à consciência havia sido recusado por ele. À medida que experimenta, em toda sua intensidade, a diversidade destes sentimentos, ele descobre seu **verdadeiro eu**; descobre que ele é, ele mesmo, o conjunto destes sentimentos e experiências. (ROGERS; KINGET, 1977a, p. 257, grifos do autor).

Fica claro o quanto o ponto de referência da relação terapêutica é a personalidade do cliente, já que traz consigo recursos latentes de autocompreensão e mudança, dependente apenas de condições que possibilitem o acesso à sua própria experiência imediata (BOAINAIN JÚNIOR, 1998). Desta forma, toda elaboração teórica foi derivada das experiências vivenciadas, apreendidas, observadas e analisadas cientificamente. E, justamente por conta desta dependência, as teorias construídas são consideradas por Rogers (1992) como dinâmicas e provisórias, estando sempre na dependência dos fenômenos a serem estudados. Um exemplo disso é que, entre 1957 e 1963, nas pesquisas realizadas na Universidade de *Wisconsin* com pacientes psiquiátricos, o autor propõe uma reformulação da atuação do terapeuta. Antes havia um caráter limitado das respostas terapêuticas formuladas, restritas à necessidade científica de serem categorizadas, classificadas e mensuradas em um processo investigativo peculiar, inclusive gerando distorções relacionadas às respostas-reflexo²⁷, em que o terapeuta, equivocadamente, era confundido como um mero repetidor de conteúdos apresentados pelo cliente. Doravante, a atuação do terapeuta adquire um caráter mais expressivo e autêntico de fato, uma vez que a condição de apatia e pouquíssima iniciativa verbal, especialmente por parte de clientes diagnosticados com esquizofrenia, demandaram essa atitude mais ativa do terapeuta. Esta mudança de perspectiva quanto à atuação do terapeuta foi conceituada através da noção de *experienciação*, formulada por Eugene Gendlin, conforme já descrito anteriormente (BOAINAIN JÚNIOR, 1998).

Entendendo por experienciar o fluxo de significados sentidos, isto é, o processo de eventos interiores e pré-verbais fisicamente sentidos aos quais a pessoa pode ter acesso direto e concreto em sua experiência, Gendlin propõe que a constante focalização e interação desse referencial direto – seja o experienciar do terapeuta ou do cliente – conforme emergente processualmente na relação, constituía a essência

²⁷ “Já que o terapeuta rogeriano não visa julgar, interrogar ou tranquilizar, nem explorar ou interpretar, mas, ao contrário, tem por objetivo *participar da experiência imediata do cliente*, segue-se naturalmente que suas respostas devem englobar o pensamento deste ao ponto de retomá-lo e lhe dar uma forma equivalente ou, pelo menos, suscetível de ser reconhecida como sua. Por isto a resposta característica da abordagem rogeriana é conhecida pelo nome de ‘reflexo’” (ROGERS; KINGET, 1977b, p. 53, grifos do autor).

do trabalho terapêutico, mais que outras preocupações com não-diretividade ou atitudes. (BOAINAIN JÚNIOR, 1998, p. 85).

Há outro aspecto significativo desse período, também identificado pelos autores que classificaram a obra de Rogers enfatizando a sua produção teórico-prática em psicoterapia (HART, 1970; HOLANDA, 1998; MOREIRA, 2010) como Fase ou Período da Terapia Experiencial, ainda que Rogers nunca tenha assim se referido à época que trabalhou na Universidade de *Wisconsin*: a maior importância dada à processualidade da relação terapêutica, em detrimento da estrutura condicional *Se-então*, estabelecadora da teoria da terapia elaborada nos chamados “Anos de Chicago”, conforme já visto.

Nesse sentido, Rogers (2009a) desenvolveu uma escala, como uma espécie de “contínuo”, dividida em sete fases, cujos polos extremos representam, por um lado, a fixidez experiencial absoluta e, por outro, a mobilidade absoluta, em que o indivíduo, em seu processo terapêutico de mudança da personalidade, transita nesse “contínuo” conforme as vivências experienciadas na relação psicoterápica. Sua aposentadoria acadêmica e mudança para a Califórnia, em 1964, fez com que ele alterasse o foco de interesses para prática, pesquisa e estudos; abandona, então, a psicoterapia individual e passa a se voltar para outras áreas das relações interpessoais, como pequenos e grandes grupos, e educação. Inicia-se, assim, a fase de transição da Terapia Centrada no Cliente para a Abordagem Centrada na Pessoa, que será apresentada a seguir.

3.3 Transição da terapia centrada no cliente para a abordagem centrada na pessoa

Este período foi proposto por Castelo Branco (2010, p. 25), voltado para a finalidade de sua pesquisa, como uma forma de apresentação de “[...] outra inteligibilidade para o desenvolvimento do pensamento de Rogers da noção de organismo”. No entanto, considerando que a formulação da noção de *abordagem centrada na pessoa* surge pela primeira vez enquanto identidade de sua proposta teórico-prática em *Sobre o Poder Pessoal (Carl Rogers On Personal Power)*, obra de 1977, utilizo a sistematização das fases do pensamento de Rogers formulada por Castelo Branco (2010) por se adequar ao propósito desta pesquisa.

Conforme relata Castelo Branco (2010), a fase de transição da Terapia Centrada no Cliente para Abordagem Centrada na Pessoa abrange o período que vai de 1964 a 1977. Em 1964, Rogers, aposentado de sua rotina acadêmica e das atividades como psicoterapeuta individual, passa a morar na Califórnia e a trabalhar, a convite de Richard Farson (1926-

2017), no *Western Behavioral Sciences Institute* (WSBI). Nesse instituto, além de desenvolver atividades relacionadas aos *grupos de encontro* (a ser explicitado posteriormente), participa ativamente de programas de pesquisa voltados para o desenvolvimento de uma concepção de ciência do comportamento alternativa à perspectiva convencional, baseada no positivismo lógico e empírico que, inclusive, serviu de referência para que o próprio Rogers conduzisse seus estudos e pesquisas acadêmicas.

Este novo modelo de ciência passa a ser concebido como integrado ao contexto subjetivo em que a exatidão estatística é considerada tão importante quanto a abertura às experiências (COULSON; ROGERS, 1973). De modo mais detalhado, Rogers (1974) apresenta uma espécie de terceiro modo de construção de conhecimento, superando o antagonismo dualista estabelecido entre o conhecimento subjetivo, baseado exclusivamente em um ponto de referência existencial e restrito ao próprio sujeito, e o conhecimento objetivo, sustentado no ponto de referência externo ao sujeito, de natureza empírico-positivista. Identificado como *interpessoal* ou *fenomenológico*, esse terceiro modo valoriza a apreensão empática do sentido vivenciado pelo sujeito e checada dentro da relação interpessoal. Como consequência, o autor cita a adequação de metodologias fenomenológicas para a construção de teorias psicológicas sustentadas nesse modo interpessoal de conhecimento. Décadas depois, Rogers (1985) descreve obras de Adrian van Kaam (1920-2007), Amadeo Giorgi (1931-) e Clark Moustakas (1923-2012), referências em pesquisa fenomenológica, como parâmetros para construção desse conhecimento interpessoal ou fenomenológico.

A partir de 1968, Rogers integra-se ao *Center for Studies of the Person* (CSP), fundado por ele e alguns colaboradores. A estrutura organizacional deste Centro seguia o modelo de relações horizontalizadas administrativamente:

Embora legalmente formassem uma corporação, os membros deste centro consideravam-se parte de uma não-organização, dirigida por um não-diretor, isto é, o diretor não tinha poderes para dirigir ninguém internamente, mas externamente poderia representar a instituição e conseguir verbas para gerir os projetos de pesquisa. Com exceção dos funcionários administrativos, ninguém recebia qualquer salário e todos se responsabilizavam pelas verbas necessárias à realização de seus próprios projetos. (CURY, 1993, p. 29).

No início da década de 1970, haviam muitos projetos em andamento no CSP: voltado à inovação do sistema escolar, à prevenção ao uso de drogas por adolescentes, ao planejamento de conferências, ao desenvolvimento de um centro de pesquisas, dentre outros. Destacou-se o “La Jolla Program”, que oferecia a formação de facilitadores de grupo:

O ‘La Jolla Program’, como ficou conhecido, tinha uma duração de três semanas, acontecia durante as férias de verão, e cada turma se constituía num total de aproximadamente cem pessoas. As atividades constavam basicamente de reuniões de pequenos grupos de encontro lideradas por membros da equipe responsável pelo

curso, *reuniões esporádicas com todos os participantes* e uma experiência de coliderança dos participantes com membros do staff num grupo de encontro de duas semanas oferecido para as pessoas das comunidades vizinhas. Acreditavam os idealizadores do programa que cada participante tinha capacidade para descobrir e desenvolver seu próprio estilo como facilitador, um estilo que se viabilizaria a partir das experiências vividas pela pessoa e não através de algum ensinamento externo. Evitava-se, ao máximo, a utilização da palavra ‘treinamento’; na realidade, o que se pretendia era acentuar as capacidades humanas do facilitador e especificá-las. (CURY, 1993, p. 84, grifo nosso).

As reuniões com todos os participantes do grupo serviram de inspiração para a realização, a partir de 1974, dos *workshops* com grandes grupos, inicialmente pensados de forma casual e despreziosa, porém que tiveram um forte impacto quanto ao advento da noção de *abordagem centrada na pessoa* para definir o *workshop* de 1975, “tentando refletir uma consciência ampliada de um trabalho que continuamente visava abolir os papéis e centrar-se na essência da pessoa” (CURY, 1993, p. 119). Esse período de transição encerra-se em 1977, com a publicação de *Sobre o Poder Pessoal (Carl Rogers On Personal Power)*, em que a noção de *abordagem centrada na pessoa* surge pela primeira vez enquanto identidade da proposta teórico-prática de Rogers. Ela estabelece “a emergência da *abordagem centrada na pessoa* como uma radicalização das bases políticas e coletivas implicadas na noção de organismo e na tendência à realização²⁸” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 26). Na tentativa de sistematizar esta fase, e inspirado em Boainain Júnior (1998), destaco quatro aspectos característicos: a) a constituição da proposta de facilitação de grupos de encontro; b) considerações sobre o desenvolvimento de aprendizagem significativa no contexto educacional; c) reflexões sobre relacionamento familiar e conjugal; e 4) desenvolvimento de trabalhos com grandes grupos de pessoas.

O primeiro aspecto expressa a contribuição de Rogers à onda de metodologias e técnicas para trabalho grupal surgidas no âmbito da Psicologia norte-americana no decorrer dos anos de 1960 (BOAINAIN JÚNIOR, 1998). Sustentado nas atitudes facilitadoras desenvolvidas para o atendimento terapêutico individual – autenticidade ou congruência, consideração positiva incondicional e compreensão empática –, ele desenvolveu uma modalidade de trabalho com grupo denominada *grupo de encontro*, cuja pretensão fora “[...] acentuar o crescimento pessoal e o desenvolvimento e aperfeiçoamento da comunicação e relações interpessoais, através de um processo experiencial” (ROGERS, 2009b, p. 5). Para isso, tal qual sua proposta psicoterápica, caracteriza-se por ser permissiva e não-diretiva em que o facilitador, ou seja, a pessoa que procura estabelecer tais condições no funcionamento do grupo, consiga promover crescimento pessoal e interpessoal. Trata-se de um movimento de

²⁸ Também conhecida como *tendência atualizante*, é a tendência inerente a todos os organismos vivos, voltada continuamente à sua manutenção, crescimento e reprodução (ROGERS, 1983).

abertura experiencial que favorece a emergência desse processo de desenvolvimento intra e interpessoal (BOAINAIN JÚNIOR, 1998; ROGERS, 2009b).

Outro fator relevante deste período foram as reflexões voltadas à educação e ao processo de aprendizagem apresentadas por Rogers (1977) em *Liberdade Para Aprender* (*Freedom to Learn*), obra de 1969. O autor parte do pressuposto que o processo psicoterápico expressa um processo de aprendizagem no âmbito da relação interpessoal. Neste sentido, a aprendizagem é significativa, ou seja, possui um envolvimento pessoal por parte da pessoa que aprende, provocando mudanças comportamentais e atitudinais. O desafio verificado e explorado por Rogers refere-se ao modo como o sistema educacional e escolar não oferece condições propícias para o fomento de um processo de aprendizagem significativa. Para tanto, propõe alternativas derivadas de iniciativas de educadores e estudantes, no sentido de possibilitarem o estabelecimento de uma realidade educacional efetivamente facilitadora de desenvolvimento e crescimento pessoal e social.

Um terceiro aspecto, cujo caráter estava voltado aos costumes culturais da época, refere-se ao interesse de Rogers quanto ao modo como relações conjugais e familiares estavam, efetivamente, se configurando de formas diversas quando comparadas ao modelo culturalmente estabelecido de casamento e relações sexuais, ou seja, do casal monogâmico dentro dos parâmetros de heteronormatividade vigentes socialmente. Solicitou, então, que alguns casais, a partir de entrevistas gravadas e/ou correspondências recebidas, compartilhassem consigo experiências íntimas de suas respectivas relações conjugais e do modo como as percebiam. Desse modo, utilizou como critérios a absoluta liberdade, espontaneidade e sinceridade a respeito dos relatos realizados; pessoas cuja experiência no relacionamento já possuísse um tempo duradouro, a fim de possibilitar uma perspectiva mais acurada sobre a relação em suas nuances; a inclusão de ampla série de experiências considerada positiva e/ou negativa sob a referência dos “padrões” sociais estabelecidos; e o estabelecimento de contato direto com as pessoas individualmente, de modo a possibilitar a intercalação das experiências do casal de forma separada e particular. Sem considerar os dados relatados, em sua variedade, como modelos, Rogers procurou contextualizá-los social e historicamente – “Não é um estudo de enlaces nem de casamentos em todas as culturas. Refere-se à busca de ligações, feitas por homens e mulheres, nos Estados Unidos durante a década de 1970” (ROGERS, 1985, p. 12) – e à clareza quanto à delimitação pelo fato de os relatos não alcançarem uniformemente todas as classes sociais e níveis culturais do contexto norte-americano.

Assim, a partir da diversidade de relatos que vieram a ser publicados originalmente, em 1972, em *Novas formas do amor: o casamento e suas alternativas* (*Becoming partners: marriage and its alternatives*), o autor denuncia o casamento e a família conjugal como instituições que se encontram combatidas socialmente em seus estritos modelos protocolares, e requerem mudanças derivadas da liberdade social à experiência de maior abertura às possibilidades relacionais (ROGERS, 1985). Esta crítica e mobilização à abertura e mudança de caráter cultural é um aspecto que vai adquirir maior relevância na etapa seguinte do pensamento de Rogers, ou seja, na fase da Abordagem Centrada na Pessoa.

Por fim, esta fase ficou marcada pelo início dos trabalhos de Rogers e seus colaboradores do *Center for Studies of the Person* com grandes grupos de pessoas. Esses grupos, denominados *workshops*, organizados a partir de 1974, tinham mais de uma centena de participantes, em regime residencial por 15 dias, em média, e foram derivações do *La Jolla Program*, conforme já descrito. De acordo com Wood (2013, p. 20, grifos do autor), os *workshops* possuíam objetivos específicos:

Apesar de querermos organizar um *workshop* voltado para os indivíduos, o ‘crescimento pessoal’ não era nosso único objetivo. Nosso propósito era reunir um grande grupo de pessoas interessadas que, por meio de experiência direta, examinassem *juntas* a relevância do uso da abordagem (a partir da qual a terapia centrada no cliente fora desenvolvida) em situações sociais. Nosso desejo era descobrir algum tipo de interação humana essencial que respeitasse o indivíduo e produzisse a ação mais sábia possível em determinada situação social.

Os encontros eram formados inicialmente por momentos em que todos os participantes se reuniam em um grande grupo por aproximadamente 3 horas, todas as manhãs. Essa reunião geral era mais uma atividade dentre outras, como seminários, palestras e pequenos grupos de encontro, que ocorriam no decorrer do período do *workshop*. Com o passar do tempo, a equipe de coordenação verificou a capacidade de as pessoas se comunicarem e compartilharem experiências de maneira íntima e significativa nestes grandes grupos, apesar do número de participantes. Já nos *workshops* promovidos a partir de 1974, as reuniões dos grandes grupos (também conhecidos como *reuniões da comunidade* ou, como ficou conhecido no Brasil, *grupões*) passaram a ser o centro das atividades dos *workshops* (WOOD, 2013).

Estes *workshops* eram também chamados de *comunidades de aprendizagem* ou *encontros de aprendizagem comunitária*, uma vez que estavam voltados para estabelecer, entre os seus participantes, um verdadeiro sentido de convivência comunitária. Quanto a isso, Rogers (1983) tinha a clareza que essa condição pretendida somente era alcançada ao final do *workshop*, resultado de um processo crescente de confiança compartilhada entre os

participantes. Inicialmente, o caos imperava, pois todos tendiam a não acreditar na possibilidade de que o planejamento do *workshop* pudesse vir a ser construído coletivamente.

De acordo com o relato do autor,

A falta de estrutura gera confusão. A equipe é criticada por não ter elaborado planos – os participantes relutam em lançar mão de sua própria força. Às vezes, ocorrem violentas discordâncias. Há uma tendência em fazer ‘discursos’ sem ouvir o que está sendo dito. A rivalidade e o desejo de poder ficam evidentes à medida que alguns membros tentam assumir o controle do grupo, ou ‘assumir a liderança’. Surgem discussões polêmicas quanto à maneira de se dividirem em pequenos grupos, um passo desejado por praticamente todos – mas vários métodos são propostos e depois rejeitados. Surgem tensões semelhantes quanto a detalhes como a programação dos grupos que têm interesses especiais. (ROGERS, 1983, p. 60).

Paulatinamente, com o clima facilitador oportunizado pela equipe organizadora, seja pela confiança relacionada à capacidade de o grupo se autorregular, seja pelo esforço e disponibilidade em escutar e considerar cada um dos participantes, estes passavam a ouvir cada vez mais uns aos outros, de modo a possibilitar uma condição de maior compreensão e respeito entre si (ROGERS; ROSENBERG, 1977). Tal processo permitia, por conseguinte, que os critérios na escolha de valores feita pelos participantes fossem cada vez menos baseados nas autoridades estabelecidas externamente a si, e cada vez mais diretamente relacionados à vivência pessoal. Esta opção tornava qualquer tomada de decisão, por menor que fosse, uma atividade complexa, já que todos eram considerados em suas opiniões e sentimentos sobre isso. Ainda que este processo decisório viesse a ser mais lento, com reclamações sobre a perda de tempo associada, “[...] uma sabedoria maior, presente no grupo, reconhece o valor do processo, pois ele continuamente tece uma comunhão, na qual mesmo a voz mais fraca, o sentimento mais sutil, encontram um lugar” (ROGERS, 1983, p. 62). Assim, com a construção coletiva e absolutamente horizontalizada das decisões (ou seja, com a participação efetiva de todos os participantes, sem que houvesse maior importância para a opinião de alguns em detrimento da opinião de outros) constituía-se como a sustentação do sentido de comunidade vivenciado pelos indivíduos dentro de um *workshop* ou *encontro de aprendizagem comunitária* (ROGERS, 1978).

A importância do trabalho com os grandes grupos foi tão significativa que é preciso, nessa classificação das fases do pensamento de Rogers, considerar que a constituição do período da Abordagem Centrada na Pessoa deveu-se efetivamente às experiências vivenciadas por Rogers e seus colaboradores – David N. Aspy, Dick Vittitow, Jared D. Kass, Maria Villas-Boas Bowen, Marion Stringham Vittitow, Maureen Miller O’Hara, Natalie Rogers Fuchs e John Keith Wood (ROGERS; ROSENBERG, 1977) – na promoção dos *workshops centrados na pessoa*. Como referência disso, a denominação *abordagem centrada*

na pessoa, passa a ser um termo que iria, nas décadas seguintes, identificar em definitivo a proposta teórico-prática de Carl Rogers, a qual surgiu em 1975, com a finalidade inicial, conforme já apresentado, de designação de um *workshop* realizado em Ashland (EUA), segundo descrição de John Wood: “Pela primeira vez, um *workshop* seria chamado de ‘*abordagem centrada na pessoa*’, com o propósito de refletir um campo cada vez maior de aplicações” (WOOD, 2013, p. 49, grifo do autor). Porém, como veremos a seguir, as características marcantes da fase da Abordagem Centrada na Pessoa, último período da obra de Carl Rogers, estão significativamente vinculadas à experiência com os grandes grupos ou *workshops* centrados na pessoa.

3.4 Abordagem centrada na pessoa

A utilização da terminologia *abordagem centrada na pessoa*, conforme destacado anteriormente, comparece publicada pela primeira vez em *Sobre o Poder Pessoal (Carl Rogers On Personal Power)*, livro de 1977, em que Rogers caracteriza sua proposta de trabalho profissional ao longo de quase 40 anos de atuação naquele momento. Nessa apresentação, deixa claro que a *abordagem centrada na pessoa* sempre foi a perspectiva característica do seu trabalho, apenas recebendo outras denominações em decorrência das distintas áreas de aplicação. Segundo o autor,

[...] Tive um papel ao iniciar a abordagem centrada na pessoa. Esta perspectiva desenvolveu-se primeiro no aconselhamento e na psicoterapia, em que foi conhecida como centrada no cliente, significando que uma pessoa que procurou ajuda não era tratada como um paciente dependente, mas como um cliente responsável. Aplicada à educação, foi denominada ensino centrado no aluno. Na medida em que essa abordagem progrediu em direção a uma ampla variedade de campos, longe de seu ponto de origem – grupos intensivos, casamento, relacionamentos familiares, administração, grupos minoritários, relacionamentos inter-raciais, interculturais e mesmo internacionais – parece melhor adotar-se um termo o mais amplo possível: centrado na pessoa. (ROGERS, 1978, p. 15).

Destarte, e essa é uma reflexão importante para a proposta desta pesquisa, a terminologia *abordagem centrada na pessoa*, ainda que constituída em 1975 e “assumida” por Rogers formalmente em seu livro de 1977, para o próprio autor representa a identidade de sua perspectiva profissional desde o momento em que esteve voltada exclusivamente para a prática terapêutica, seja como aconselhamento ou psicoterapia. Apesar da identificação da sua proposta psicoterápica nas décadas de 1940 e 1950 ter sido reconhecida como *terapia centrada no cliente*, tratava-se já da *abordagem*, ainda que Rogers não tivesse noção disto à época (WOOD et al., 2008). Outro fator associado a esta questão é que o período que se inicia com a obra *Sobre o Poder Pessoal (Carl Rogers On Personal Power)* recebe a denominação

de fase da Abordagem Centrada na Pessoa por assumir características específicas (WOOD et al., 2008; CASTELO BRANCO, 2010). Como desenvolverei a reflexão sobre a noção de *abordagem centrada na pessoa* de forma mais detalhada nos capítulos subsequentes, convém neste momento apenas apresentar, inspirado em Boainain Júnior (1998), seis aspectos característicos da fase da Abordagem Centrada na Pessoa: a) vinculação entre a experiência das comunidades de aprendizagem com a *abordagem*; b) conscientização e crescente apropriação do potencial político da *abordagem*; c) aproximação de temas de caráter místico-espiritual; d) concepção dos *momentos de movimento* como essência da psicoterapia centrada na pessoa; e) fundamentação hipotética de uma tendência formativa como a base da *abordagem*; e, f) entendimento da *abordagem* como *um jeito de ser*.

É na fase da Abordagem Centrada na Pessoa que o autor afirma, dentre as diferentes aplicações da *abordagem*, que o empreendimento dos *workshops centrados na pessoa* “[...] foi o mais completamente centrado na pessoa, desde a sua concepção, no decorrer do seu planejamento, em suas fases iniciais e em seu total processo de interação pessoal e de construção da comunidade” (ROGERS, 1978, p. 176), embora este aspecto compareça já na fase de transição da Terapia Centrada no Cliente para Abordagem Centrada na Pessoa, como fator de resignificação das possibilidades de aplicação do pensamento de Rogers.

Como uma espécie de radicalização, no sentido próprio da palavra (ir à raiz de algo), dos fundamentos da *abordagem*, os *workshops* foram propostos como espaços comunitários cuja presença de ambiguidades e contradições opinativas não eram evitadas; como expressão de confiança na capacidade de o grupo estabelecer o melhor rumo para si, sem depender de autoridades delegadas ou instituídas; como espaço de construção da disponibilidade para ouvir e se abrir à experiência do outro e do grupo, de modo geral; e como uma possibilidade coletiva de autogestão e responsabilização de todos pela constituição de uma efetiva comunidade de aprendizagem – aprendizagem da pessoa em sua integralidade, experiencial e cognitiva (ROGERS, 1978).

Ainda que a conformação de uma comunidade transitória, como uma espécie de unidade entre os participantes destes grandes grupos, ocorresse de modo processual a partir de momentos de caos e desencontros, a proposta é que esta unidade não exclua ou submeta as individualidades e suas singularidades. Para o autor, a unidade comunitária, como uma espécie de organismo, efetiva-se pela valorização da diversidade dos indivíduos, como células particulares desta unidade. Outra implicação relacionada é a possibilidade visualizada pelo

autor na promoção de *workshops interculturais* voltados para a mediação e resolução de tensões interculturais e internacionais (ROGERS, 1983).

Um segundo aspecto característico do período da Abordagem Centrada na Pessoa refere-se à crescente conscientização e apropriação do potencial político da *abordagem*. De acordo com Rogers (1978), esse caráter está implicado às repercussões, inicialmente não consideradas por ele, da sua perspectiva nos diferentes contextos das relações humanas, como psicoterapia, educação, grupos, família, dentre outros. Conforme Farson (1979), mais do que um teórico inovador da Psicologia, Rogers é uma espécie de *revolucionário silencioso* da nossa época, uma vez que a confiança, promoção e valorização do poder da pessoa e/ou do grupo possibilitam condições de mudanças efetivas, geradas pela maior autonomia e controle sobre si próprio, assumindo a responsabilidade das próprias escolhas.

Assim, “Rogers torna-se responsável, junto com um punhado de outros revolucionários sociais, pela saudável subversão da nossa obediência cega à autoridade e pelo desabrochar de um novo sentimento de fé e confiança em nós mesmos” (FARSON, 1979, p. 34). Esta sutil *revolução* atitudinal representa uma ameaça à ordem institucionalmente estabelecida a partir dos modelos hierárquicos das organizações, como família, escola e empresas, dentre outros. Por conseguinte, a resistência, desqualificação e enfrentamento à *abordagem* derivam da tentativa por destruí-la como estratégia de combate a essa espécie de *revolução* democrática, pois valoriza a participação igualitária de todos, e horizontalizada, em que não há a prevalência de uns sobre outros (ROGERS, 1978). Ao verificar o modo como a política da *abordagem* se expressa em seus diferentes modos de expressão, da terapia centrada no cliente ao ensino centrado no aluno, do aconselhamento não-diretivo ao grupo de encontro, o autor ratifica a condição onipotente e onipresente da *abordagem* como referência principal do significado de sua proposta teórico-prática.

Um terceiro aspecto refere-se à aproximação do pensamento rogeriano a temas de caráter místico-espiritual. Considerado um traço controverso (e pouco consensual entre os seus comentadores) por tratar de conteúdos bastante deslocados do conjunto de sua obra, Rogers expressou nos últimos anos de sua vida uma abertura significativa às possibilidades derivadas das experiências de estados alterados de consciência, fenômenos de percepção extra-sensorial e vivências místico-espirituais. Sempre bastante cuidadoso quanto à adoção de tais concepções, alegava que representavam ameaça à Psicologia pelo fato de não oferecer uma necessária segurança científica esperada. Em sua experiência pessoal, observou diversas situações em que a intuição, tratada como um modo de funcionamento não-racional, porém detentor de um sentido próprio inapreensível logicamente, servia como parâmetro para as

escolhas dos grandes grupos nos *workshops centrados na pessoa*, cujo resultado era considerado satisfatório para as respectivas comunidades, para seu particular assombro e espanto. Por outro lado, procurou se assegurar destas experiências baseando-se em trabalhos como os de Stanislav Grof (1931-), sobre os estados alterados de consciência, Fritjof Capra (1939-), sobre as correlações entre a Física Moderna e o misticismo oriental²⁹, e as contribuições científico-epistemológicas do ganhador do Prêmio Nobel de Química em 1977, Ilya Prigogine (1917-2003) e de Magorah Murayama (1929-2018). Mesmo que tenha expressado curiosidade pessoal quanto a fenômenos de ordem espiritualista, como a mediunidade e a reencarnação, não é possível afirmar se houve uma “conversão” da sua parte a estas perspectivas. No entanto, em seus escritos desta última fase, é possível identificar a contribuição teórico-metodológico à ACP de práticas relacionadas a aspectos de natureza intuitiva e transcendental (BOAINAIN JÚNIOR, 1998; ROGERS, 1978, 1983; ROGERS et al., 1983).

Um quarto aspecto característico dessa fase refere-se à concepção dos *momentos de movimento* como essência da psicoterapia centrada na pessoa. Ainda que essa formulação tenha sido elaborada por Rogers em 1956 (VIEIRA, 2017), a ênfase sobre a experiência da mudança da personalidade como aspecto central do processo psicoterápico, por ele denominada de *momento de movimento*, adequa-se melhor a esse período em virtude do seu caráter mais existencial (identificado à imediaticidade do vivido) e menos funcional (relacionado à configuração *se-então*, dependente das condições facilitadoras criadas pelo psicoterapeuta). Conforme o autor,

Se eu tentasse encontrar uma frase que pudesse descrever esse elemento molecular da terapia, diria que é uma experiência imediata de uma nova autoaceitação e integração. É uma experiência imediata. Ocorre agora. É uma experiência total, não um pensamento ou uma compreensão intelectual. É nova, numa maneira peculiar, no sentido de que muito da experiência já foi vivenciado muitas vezes antes, mas nunca completamente, nunca com a consciência do fato e, ao mesmo tempo, com as reações fisiológicas. É uma autoaceitação porque é reconhecida como pertencente a si mesma, e não como algo irreconhecível. E finalmente é uma experiência de estar integrada. Nós falamos de integração pessoal como sendo o objetivo da terapia. (ROGERS, 2004, p. 19).

É o caráter visceral desse momento, pela aceitação de experiências até então negadas pela consciência, que reflete a integração descrita acima. E isso só é possível quando a pessoa que está sendo acompanhada em psicoterapia se sente segura emocionalmente e compreendida empaticamente. Presentes tais condições, essa pessoa vivencia momentos de

²⁹ Considera “[...] que o universo é um todo indivisível que funciona como um sistema integrado e total. Nesse aporte, a ciência e o misticismo, em especial o oriental, devem ser vistos como vias complementares à compreensão do universo” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 137).

identificação entre um sentimento ou emoção, que se encontra presente fisiologicamente para si, mas até então não aceito ou simbolizado, com uma representação simbólica correspondente na sua consciência. Esse momento de ressignificação perceptiva que ocorre na psicoterapia, denominado *momento de movimento* por Rogers (2004), é aquilo que o autor entenderá, nessa fase do seu pensamento, como sendo a essência da psicoterapia, o ato central em que a pessoa contata consigo mesmo de modo mais integral.

O quinto aspecto alusivo à fase da *Abordagem Centrada na Pessoa* é a fundamentação hipotética de uma tendência formativa como a base da *abordagem*. Refiro-me aqui à natureza *hipotética* dessa fundamentação em virtude da sua elaboração, derivada de reflexões realizadas por Rogers a partir das noções de *sintropia*³⁰, desenvolvida pelo biólogo Albert Szent-Gyorgyi (1893-1986) e *tendência mórfica*³¹, desenvolvida por Lancelot Whyte (1896-1972). Ambas as noções se referem à “tendência sempre atuante em direção a uma ordem crescente e a uma complexidade inter-relacionada, visível tanto no nível inorgânico como no orgânico” (ROGERS, 1983, p. 45). Para o autor, trata-se do contexto mais amplo, *formativo*, em que a tendência à realização do organismo humano encontra-se inserido. Essa tendência à complexidade é representada, na espécie humana, pela nossa capacidade de simbolização identificada pela consciência. Assim, o funcionamento da pessoa em sua plenitude decorre do aumento qualitativo da autoconsciência, ou seja, da capacidade de uma escolha subjetiva mais afinada com o seu *fluxo de vida* (estímulos, ideias, sonhos, fluxos de sentimentos, emoções e reações fisiológicas), de forma que a pessoa possa se movimentar em direção a uma maior inteireza e integridade, conforme já sinalizado nos *momentos de movimento*. A atuação da consciência humana no sentido dessa vivência integral, de forma mais ampla e criativa, expressa sua participação nessa *tendência formativa* e, por conseguinte, serve como base última, porque mais desenvolvida no fluxo evolutivo da espécie humana, da própria *abordagem*.

Finalmente, há uma sexta característica dessa fase que é o entendimento da *abordagem* como *um jeito de ser*. Aqui reside uma concepção que implica, ao mesmo tempo, uma *potencialidade* e uma *maldição* do legado de Rogers (informação verbal)³². *Potencialidade*, pois amplia de forma significativa as possibilidades de entendimento e

³⁰ “[...] tendência ... à ordenação mais complexa do organismo em sua realização e autorregulação em favor de maior independência ao seu meio externo” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 137).

³¹ Existência de uma tendência sempre crescente e atuante, propensa a uma complexidade vinculada a elementos orgânicos e inorgânicos (CASTELO BRANCO, 2010).

³² Consideração apresentada pelo Prof. Dr. Paulo Coelho Castelo Branco (Universidade Federal da Bahia - UFBA) por ocasião da Qualificação do Projeto de Mestrado “Uma Compreensão Hermenêutica-Filosófica da Noção de Abordagem Centrada na Pessoa”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado em Psicologia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 16 de novembro de 2017.

aplicação do espólio rogeriano, nos âmbitos acadêmicos e não acadêmicos, ainda que suas bases conceituais tenham sido constituídas originalmente para o contexto das relações psicoterápicas. De acordo com Rogers (1983), essa ampliação decorre do impacto que a repercussão de sua principal obra, *Tornar-se Pessoa (On Becoming Person)*, teve sobre si: inicialmente, imaginou que estava escrevendo exclusivamente para psicoterapeutas; porém, para sua grande surpresa, descobriu que estava escrevendo para todos os tipos de pessoas. Conforme ele próprio descreve:

Seu impacto forçou-me a abandonar minha visão estreita, segundo a qual o que tinha a dizer interessava somente a terapeutas. A repercussão desse livro ampliou tanto minha vida como o meu pensamento. Acredito que, desde então, está presente em minha obra a compreensão de que aquilo que vale numa relação entre terapeuta e cliente vale também para um casamento, uma família, uma escola, uma administração, uma relação entre culturas e países. (ROGERS, 1983, p. X).

Ao abandonar o foco privilegiado de seus estudos, pesquisas e reflexões, a psicoterapia, amplia sua perspectiva para uma espécie de *jeito de ser* “[...] que se aplica a qualquer situação onde o crescimento – de uma pessoa, de um grupo, de uma comunidade – faça parte dos objetivos” (ROGERS, 1983, p. X). Se essa ampliação significou o desenvolvimento da potencialidade presente na Terapia Centrada no Cliente para os diversos campos das relações humanas, concomitantemente há uma espécie de *maldição* que acompanha esse processo de ampliação: ao não se restringir apenas ao contexto psicoterápico, os objetos de estudo e linhas de pensamento que se vinculam à ACP tornam-se *vagos* e *dispersos*, sujeito ao reducionismo da aplicação arbitrária das atitudes facilitadoras em qualquer ambiente, indistintamente (CASTELO BRANCO, 2010). De acordo com Wood et al. (2008, p. 14, grifos nosso), a *abordagem* não é uma teoria, uma terapia, uma psicologia, uma tradição, uma linha, uma filosofia ou um movimento: “[...] é meramente uma *abordagem*; nada mais, nada menos. É um ‘jeito de ser’ ao se deparar com certas situações [...]”. A comunhão ambígua destes dois aspectos (*potencialidade* e *maldição*) quanto ao que seja a *abordagem* é o que, inclusive, alimenta o problema de pesquisa mobilizador desse processo dissertativo.

3.5 À guisa de conclusão do capítulo

Procurei, nesse capítulo, apresentar a dinâmica do pensamento de Rogers, expresso em diferentes fases de sua produção, sistematizando as principais classificações existentes em duas grandes categorias: a primeira, formada pelas sistematizações das “fases” cuja referência baseia-se fundamentalmente na prática psicoterápica de Rogers; e a segunda,

que se relaciona à inclusão da Abordagem Centrada na Pessoa como um período legítimo da produção teórico-conceitual da obra do autor. Após uma breve apresentação das fases da primeira categoria (HART, 1970; HOLANDA, 1998; MOREIRA, 2010), detive-me na segunda categoria, inspirada em Wood et al. (2008) e Castelo Branco (2010), uma vez que para alcançar o propósito desta pesquisa, entendo que há uma fundamentação e desenvolvimento, por parte de Rogers, a partir dos anos 1960, de suas concepções, ainda que de modo não tão explícito (CASTELO BRANCO, 2010), estabelecendo o horizonte específico do pensamento do autor de onde emerge a noção de *abordagem centrada na pessoa*.

Assim, realizei uma exposição sobre o período de 1928 a 1945, identificado por Castelo Branco (2010) como a fase inicial da produção de Rogers ou fase do Aconselhamento Não-Diretivo. Diferentemente do autor citado, e concordando com Cury (1993), por considerar que essa fase representa um período anterior e preparatório para o seu legado, detive-me, para melhor compreensão da noção de *abordagem centrada na pessoa* como atualização da *terapia centrada no cliente*, problema de pesquisa dessa dissertação, na classificação sugerida por Castelo Branco (2010): as fases da Terapia Centrada no Cliente, a transição da Terapia Centrada no Cliente para a Abordagem Centrada na Pessoa, e a Abordagem Centrada na Pessoa. Busquei explorar cada uma dessas fases a partir de seus aspectos mais característicos ou tendências marcantes, inspirado em Boainain Júnior (1998).

Desse modo, sobre a fase da Terapia Centrada no Cliente, três grandes tendências são explicitadas: a ênfase dada ao embasamento empírico para a constituição de uma proposta psicoterápica de natureza científica; a busca de formulações teóricas voltadas para sistematizar e explicar o conhecimento acumulado pela prática e pelos dados provenientes do processo de investigação dos atendimentos psicoterápicos; e o interesse demonstrado por colaboradores de Rogers quanto às possibilidades de aplicação das ideias derivadas da psicoterapia para outros campos de atuação. No que diz respeito à fase de transição da Terapia Centrada no Cliente para Abordagem Centrada na Pessoa, destaquei quatro aspectos próprios: a constituição da proposta de facilitação de grupos de encontro, considerações sobre o desenvolvimento de aprendizagem significativa no contexto educacional, reflexões sobre relacionamento familiar e conjugal e o desenvolvimento de trabalhos com grandes grupos de pessoas. E sobre a fase da Abordagem Centrada na Pessoa, observei seis características marcantes: vinculação entre a experiência das comunidades de aprendizagem com a *abordagem*, conscientização e crescente apropriação do potencial político da *abordagem*, aproximação de temas de caráter místico-espiritual, concepção dos *momentos de movimento*

como essência da psicoterapia centrada na pessoa, fundamentação hipotética de uma tendência formativa como a base da *abordagem* e entendimento da *abordagem* como *um jeito de ser*.

Considero ter situado o leitor quanto ao horizonte de desenvolvimento do pensamento de Rogers em sua dimensão rica e diversificada no âmbito de suas contextualizações e propostas, o que permitiu apreender a concepção dada pelo autor às noções de *terapia* (centrada no cliente) e *abordagem* (centrada na pessoa). No capítulo que se segue, realizarei uma discussão conceitual sobre outras duas categorias envolvidas nesse processo de mudança: as noções de *cliente* e *pessoa*, assim como o paradoxo inerente à teoria psicológica rogeriana, derivado da correlação existente entre os termos analisados.

4 NOÇÃO DE CLIENTE E PESSOA, DA TERAPIA PARA A ABORDAGEM

É o momento, agora, de refletir e problematizar os termos *cliente* e *pessoa*, envolvidos no processo de mudança da identidade do legado rogeriano, bem como explorar os paradoxos presentes na teoria rogeriana, derivados dessa reflexão. Tal opção, neste capítulo, deve-se à necessidade de compreender os significados envolvidos nesse processo, de forma que possa subsidiar a análise hermenêutica acerca da configuração de uma *abordagem centrada na pessoa* como atualização da *terapia centrada no cliente*.

4.1 A noção de *cliente*

Com a configuração de uma proposta psicoterápica própria no início dos anos 1950, denominada *terapia centrada no cliente*, Rogers relata no livro *Terapia Centrada no Cliente (Client-Centered Therapy, 1951)*, em uma nota de rodapé do primeiro capítulo da obra, o motivo sobre sua escolha pelo termo *cliente* para designar a pessoa em processo de atendimento psicoterápico:

Que termo se deve empregar para indicar a pessoa com quem o terapeuta está lidando? ‘Paciente’, ‘sujeito’, ‘aconselhando’, ‘analizando’ foram os termos usados. Cada vez mais temos usado o termo ‘cliente’, que foi inclusive introduzido no nome ‘terapia centrada no cliente’. Embora o significado e a derivação trazidos pelo dicionário revelem a inadequação do termo, este é o que parece transmitir com mais precisão a imagem que temos dessa pessoa [...]. (ROGERS, 1992, p. 13).

Inicialmente, Rogers (1992) expressa uma variedade de termos possíveis a serem empregados para identificar a pessoa em atendimento psicoterápico. É possível verificar que ele não apresenta, dentre os termos elencados inicialmente, o termo *cliente*. Ao destacá-lo, inclusive indicando que o mesmo passa a ser utilizado como referência para denominar sua proposta psicoterápica, Rogers deixa claro que não se trata apenas de uma mera questão de nomenclatura. Há uma distinção explícita quanto ao seu modelo psicoterápico, que o faz inclusive não utilizar os termos indicativos mais costumeiros referentes à pessoa em atendimento psicoterápico, com relação às demais práticas psicoterápicas da época. A importância do termo *cliente* para Rogers refere-se à necessidade de estabelecer uma identidade singular, diferenciada, que demanda um caráter próprio, teórica e metodologicamente falando.

No entanto, ele ressalta a inadequação do termo uma vez que este não retrata com precisão “a imagem que temos dessa pessoa” (ROGERS, 1992, p. 13, nota de rodapé). Assim, *cliente* foi o termo mais próximo que o autor utilizou para retratar a sua compreensão sobre a

pessoa que está em processo psicoterápico. Não é o ideal, porém o mais adequado. Continuemos acompanhando Rogers (1992, p. 13, nota de rodapé, grifo nosso) em sua descrição do termo para entender sua perspectiva:

[...] O cliente, segundo o significado atribuído ao vocábulo, é alguém que *ativa e voluntariamente* busca ajuda para resolver um problema, sem contudo *renunciar à sua própria responsabilidade pela situação*. A partir dessas conotações é que o escolhemos, uma vez que *afasta a ideia de pessoa doente ou objeto de experimentos*. O termo, na verdade, apresenta algumas conotações legais indesejáveis; assim, se um termo melhor chegar a surgir, ficaremos felizes em utilizá-lo. Por enquanto, contudo, este parece ser o mais adequado ao conceito que temos da pessoa que vem em busca de ajuda.

A ênfase dada pelo autor quanto à escolha do termo refere-se à valorização da capacidade da pessoa em atendimento psicoterápico ter buscado esse serviço por iniciativa própria, de modo ativo e voluntário, bem como pela sua disposição em não “renunciar à sua própria responsabilidade pela situação” (ROGERS, 1992, p. 13, nota de rodapé). Por conseguinte, é possível deduzir que os demais termos citados – “paciente”, “sujeito”, “aconselhando” e “analisando” –, na perspectiva do autor, aproximam mais a compreensão da pessoa que busca atendimento psicoterápico como alguém que se encontra adoentado ou que seja objeto de experimentos. Ao se afastar dessas referências, Rogers pretende deixar o mais explícito possível que o seu modelo psicoterápico não possui um foco curativo, baseado em uma concepção prévia da necessidade de um diagnóstico psicopatológico para, em seguida, o estabelecimento de uma proposta terapêutica cuja finalidade seja curativa. Também, ao evitar um termo que associe a pessoa que se encontra em atendimento psicoterápico como sendo objeto de experimentos, o autor valoriza essa pessoa como sendo protagonista em seu próprio processo psicoterápico. Dentre os termos excluídos, o termo “paciente” adquire o caráter mais distante da pretensão de Rogers, uma vez que se identifica de modo emblemático ao sentido evitado pela sua proposta psicoterápica.

Ainda assim, e retomando o que inicialmente foi apresentado, o termo *cliente* não representa de forma completa a concepção que Rogers quis expressar sobre a pessoa que se encontra em processo psicoterápico, dentro de sua proposta de ajuda profissional. Prova disso é a disponibilidade que sinaliza quanto à possibilidade em fazer uso de outro termo que seja mais adequado ao seu intento que o termo *cliente*. Para ele, o termo “apresenta algumas conotações legais indesejáveis” (ROGERS, 1992, p. 13, nota de rodapé).

Entendo, assim, necessário compreender, baseado no significado do vocábulo, acerca de quais possíveis conotações indesejáveis o autor se refere, pois não deixa isso explícito no texto supracitado. Uma vez que se trata de um exercício hermenêutico, cuja análise precisa considerar o intérprete dessa ação, recorro a um dicionário em língua

portuguesa e editado no Brasil para elencar os significados ligados à palavra *cliente*: “1. Constituinte, em relação a seu advogado, ou doente, em relação ao médico. 2. Aquele que compra; freguês. 3. Pessoa que utiliza, com certa regularidade, os serviços de profissional ou empresa” (FERREIRA, 2008, p. 239).

Resulta que o primeiro significado relaciona-se ao sentido claramente descartado pelo autor, como alguém que se encontra adoentado, conforme já exposto. Quanto à terceira definição, em que trata de alguém que utiliza com certa regularidade determinado serviço profissional, permite associar a qualquer serviço de atendimento psicoterápico, independente da proposta metodológica, o que também descarta qualquer conotação indesejável, conforme descrita por Rogers (1992). Desta forma, resta-me explorar o segundo significado possível para o termo *cliente*: aquele que compra; freguês. Sob essa referência, há incompatibilidade em associar a noção de *cliente*, em uma *terapia centrada no cliente*, ao viés puramente mercadológico de alguém que adquire um produto por meio de uma compra. Não é possível assegurar, analogamente, que o *cliente* irá adquirir, por meio do pagamento dos honorários psicoterápicos, um possível estado de bem-estar alentado perante determinado sofrimento emocional que apresente no atendimento psicoterápico, por exemplo. Psicoterapia não se resume a um comércio de expectativas emocionais, inclusive de cura ou alívio, tão comum ao modelo das relações terapêuticas ortodoxas dos anos de 1940. Nessa perspectiva, identifica no termo *paciente* o modelo médico/psiquiátrico vinculado à psicopatologia, em que a postura da pessoa que busca ajuda profissional é mais passiva e desimplicada quanto ao seu próprio processo de mudança psicoterápica, por entender que a capacidade por promover mudanças depende única e exclusivamente do psicoterapeuta (GOBBI et al., 2005; TUDOR; MERRY, 2006; VIEIRA, 2017).

Em artigo de 1946, ao tratar sobre os aspectos significativos da *terapia centrada no cliente*, Rogers (2008b) destaca que a previsibilidade do processo psicoterápico nessa perspectiva, ou seja, a existência de um padrão previsível de desenvolvimento terapêutico, ocorre principalmente em virtude de uma característica fundamental que justifica o abandono do termo *paciente*, conforme a descrição feita acima, para identificar a pessoa que busca ajuda psicoterápica. Nas palavras do autor:

[...] a razão para a previsibilidade do processo terapêutico está na descoberta – e uso esta palavra intencionalmente – de que no interior do cliente residem forças construtivas cujo poder e uniformidade não têm sido reconhecidos inteiramente, como têm sido bastante subestimados. (ROGERS, 2008b, p. 33).

Ressalta, assim, o reconhecimento da existência de forças de crescimento e tendência para a autorrealização como elemento motivador e significativo para o processo

psicoterápico. Sob determinadas condições psicológicas adequadas, criadas pelo psicoterapeuta, o *cliente* consegue produzir liberação emocional nas áreas e no ritmo mais benéfico para si; explorar, descobrir e perceber, de modo espontâneo, as inter-relações entre suas próprias atitudes e seu relacionamento com a realidade; explorar suas atitudes e sentimentos, inclusive aqueles que têm sido negados à consciência, em um ritmo que não cause pânico e com a profundidade adequada para um ajustamento confortável; distinguir, sem ser guiado pelo psicoterapeuta, os passos que o conduzirão a um relacionamento mais maduro e mais confortável com a realidade.

Desse modo, ao se referir à *descoberta* da capacidade do *cliente* se autorregular, Rogers (2008b) enfatiza o reconhecimento efetivo desta capacidade por parte do psicoterapeuta. Para isso, reitera que as atitudes por parte do profissional não devem ser apenas “de fachada” ou “da boca para fora”. Trata-se de uma confiança efetiva quanto à possibilidade de o *cliente* assumir a responsabilidade pelo seu processo psicoterápico sem a condução, mesmo que sutil, por parte do profissional; de o *cliente* fazer escolhas, sem que, para isso, o especialista ofereça uma direção considerada por si mais adequada.

Em texto publicado no decorrer da década de 1970, Rogers e Wood (1978, p. 193, grifos dos autores) destacam que as características identificadas com o *cliente* são fundamentais para compreender a proposta da *terapia centrada no cliente*. Os autores ressaltam as responsabilidades inerentes do *cliente* quanto ao seu processo psicoterápico, uma vez que se trata do *seu* processo e que ele “[...] é o único que tem a potencialidade de saber a totalidade da dinâmica de seu comportamento e das suas percepções da realidade”. Dessa forma, considerando que o melhor ponto de referência sobre o cliente está em si próprio, compete ao psicoterapeuta abdicar da sua perspectiva como norteadora da relação de ajuda profissional para, de fato, confiar na capacidade de o *cliente* conduzir o processo psicoterápico para “[...] um confronto mais decisivo com *sua* realidade”. Nesse caso, ressaltam os autores, não compete a esta proposta psicoterápica favorecer que o *cliente* ajuste-se à sociedade, adapte-se passivamente ao contexto conflituoso em que possa estar envolvido, mas promover que todo o processo de mudança que possa acontecer no decorrer dos atendimentos psicoterápicos siga exclusivamente os ditames estabelecidos pelo ponto de referência do próprio *cliente*, sem a necessidade de atender às expectativas sociais ou organizacionais de ajustamento ou adaptação.

Nesse sentido, a *terapia centrada no cliente* não possui compromisso, enquanto modelo psicoterápico, com qualquer pressuposto de cura ou solução de conflitos sob a chancela de uma moralidade social normativa. Seu único compromisso, ou o único

compromisso do psicoterapeuta, é com o próprio *cliente* e o seu modo de ver e se conduzir no mundo. É possível, com isso, compreender esse texto tardio (década de 1970) do pensamento de Rogers sobre a proposta psicoterápica que ele constrói quase meio século antes, da forma como os autores o apresentam: “A terapia centrada no cliente é melhor caracterizada como uma abordagem, uma atitude, uma maneira de ser, e não como uma técnica – não diretiva’, ‘reflexiva’ ou outra qualquer” (ROGERS; WOOD, 1978, p. 194). Há uma necessidade em enfatizar o aspecto absolutamente fundamental da *terapia centrada no cliente*, em detrimento de qualquer tecnicismo construído por seguidores de Rogers a partir desse modelo psicoterápico: a confiança irrestrita na capacidade de o *cliente* conduzir-se, estabelecer o caminho do processo psicoterápico, em virtude de sua tendência potencial à autogestão e autorregulação, que só depende de condições relacionais, promovidas pelo psicoterapeuta, para ser vivenciada em sua vida.

Ainda assim, conforme Wood et al. (2008), é possível identificar na *terapia centrada no cliente*, uma ambivalência relativa ao tratamento dado ao *cliente*: ao mesmo tempo em que é tratado por Rogers como digno de respeito e consideração, em virtude dos motivos apresentados acima, observa-se muito pouco interesse quanto à maneira como o *cliente* contribui para a efetividade de uma terapia bem-sucedida. O autor voltou-se basicamente para estudar e esclarecer quais *as condições que o psicoterapeuta necessita apresentar* para o sucesso do processo psicoterápico. Mesmo que a prática esteja voltada para o *cliente*, são os atos do psicoterapeuta o foco de pesquisa e produção de conhecimento na fase da Terapia Centrada no Cliente. Dessa forma, o tratamento dado ao relacionamento psicoterápico estabelecido no âmbito da *terapia centrada no cliente* se refere mais à relação do psicoterapeuta com o cliente (este desconsiderado em seu caráter de participação ativa na promoção dessa relação) do que ao relacionamento como tal, ou seja, como resultado efetivo da interação entre a pessoa do psicoterapeuta com a pessoa do *cliente*.

Como foi possível verificar, a noção de *cliente* não pode ser tirada do contexto específico da relação psicoterápica, da *terapia centrada no cliente*. Seu significado constituiu-se a partir das pesquisas de Rogers sobre a efetividade do aconselhamento psicológico e da psicoterapia. Qualquer ampliação no dimensionamento dessa noção requer, obrigatoriamente, que os parâmetros contextuais sejam também redimensionados. Assim, não é possível tratar de *cliente* fora do contexto psicoterápico, bem como não deveria ser possível falar da *terapia centrada no cliente* em contextos não-psicoterápicos. Dessa forma, para continuar refletindo sobre a *abordagem centrada na pessoa* como uma possível atualização da *terapia centrada*

no cliente, faz-se necessário explorar a noção de *pessoa* como elemento correlacionado ao termo *cliente*.

4.2 A noção de *pessoa*

Conforme já visto, a mudança da utilização do termo *cliente* para o termo *pessoa* ocorreu em 1975, em que Carl Rogers e John Wood decidem mudar o nome do *workshop* realizado no Mills College, em Oakland (EUA), de *Abordagem Centrada no Cliente* para *Abordagem Centrada na Pessoa* (WOOD, 2013). Para Rogers (2004), essa mudança resume-se apenas ao fato do termo *pessoa* descrever com melhor precisão seu caráter de maior abrangência quanto ao processo de experiência, interação com os outros e pesquisa do tema central de toda a sua vida profissional. Porém, essa mudança é melhor articulada por John Wood. Para esse autor, “[...] ‘cliente’ era um conceito muito restrito para a realidade dos *workshops* que se desenvolvia. **Ninguém era cliente de ninguém.** Juntos, éramos pessoas.” (WOOD, 2013, p. 63, grifo do autor). Considero que o rompimento com o modelo psicoterápico se deve menos a Rogers e mais a Wood, que expressa a limitação do contexto inicial da produção rogeriana com mais clareza e profundidade. Ao se referir à imposição da expressão *centrada na pessoa* dentro da produção de Rogers na década de 1970, mesmo no âmbito de uma *terapia de grupo centrada na pessoa*, Wood (1983, p. 47, grifo do autor) afirma que o termo “[...] é utilizado para refletir a atitude da terapeuta com relação à pessoa. A terapeuta não vê um *paciente* que está doente, nem um cliente que é freguês. A terapeuta centra sua atenção, não na teoria, ou em si própria mas no outro, na *pessoa inteira*”.

Essa integralidade da pessoa, mais do que exclusivamente centrada no pessoal, volta-se para uma subjetividade que atravessa e é atravessada em seus inter-relacionamentos pessoais e mesmo transpessoais, o que, para o autor, poderia facilmente ser chamada de *centrada na vida*. Essa terminologia nunca “pegou” (se tornou amplamente vigente) em função de sua conotação religiosa (WOOD, 2013).

Ainda quanto à precariedade na elaboração de Rogers relacionada à mudança na utilização dos termos (de *cliente* para *pessoa*), verifiquei outro problema: o autor não define explicitamente o significado do termo *pessoa* em seus escritos (TUDOR; MERRY, 2006). Esse fato exige que uma demarcação clara seja realizada: a restrição da discussão sobre a noção de *pessoa*, ainda que pobremente explorada por Rogers, aos escritos do próprio Rogers ou de Wood, uma vez que ele participou diretamente do processo de renomeação da proposta rogeriana. Por isso, não serão aqui exploradas ricas reflexões sobre a noção de *pessoa* na ACP

por autores pós-rogerianos, como as realizadas por Schmid (1998), Holanda (1998), Moreira (2007), Amatuzzi (2010), Ponte (2011), Vieira e Freire (2012) e Vieira (2017), por exemplo. O exercício de compreensão hermenêutica sobre a noção de *abordagem centrada na pessoa*, foco desta pesquisa, não deve fugir ao horizonte específico que envolve a mudança dos termos *cliente* para *pessoa*, em 1975. Ainda que a noção de *pessoa* não tenha sido devidamente tematizada, é possível ser explorada a partir dos escritos dos autores diretamente envolvidos nesse processo de mudança.

Conforme Rogers (1978) expressa, ao final da introdução de *Sobre o Poder Pessoal (Carl Rogers on Personal Power, 1977)*, a base da *abordagem centrada na pessoa* sustenta-se na confiança básica quanto ao *potencial construtivo da pessoa*. Essa capacidade de desenvolvimento e crescimento, principal característica identificada à noção de *pessoa*, nada mais é que o mesmo tratamento dado por Rogers ao *cliente* dentro do contexto psicoterápico. Um reflexo disso é o título que deu ao seu principal livro: *Tornar-se Pessoa (On Becoming Person, 1961)*. Trata-se de um compêndio de diferentes artigos do período de 1951 a 1961 voltados a explorar o caráter constitutivo e processual da *pessoa* no âmbito psicoterápico. Dentre os artigos apresentados, considero ilustrativo o texto que o autor escreveu em 1954, intitulado *O que significa tornar-se pessoa* (cap. 6 na edição brasileira). Nesse texto, Rogers (2009a) afirma que o problema central de todo processo psicoterápico é o propósito do *cliente* em buscar *quem realmente se é*. Trata-se de uma busca processual que exige abdicar das máscaras sociais que afastam a pessoa de si mesma, sentir e experienciar livre e plenamente as próprias vivências e, por conseguinte, descobrir uma espécie de “unidade” que existe nos próprios sentimentos e experiências vividas de modo mais livre. Ele descreve, ainda, que a *pessoa* que aflora desse processo é mais aberta à experiência imediata, com maior confiança no próprio organismo como referência para descobrir o comportamento mais adequado em cada situação, utilizando-se de um foco estritamente pessoal de avaliação para escolhas e decisões a serem tomadas. Consequentemente, observa que essa *pessoa* deseja assumir-se, mais que um produto estático, fixo e final de um processo, a própria condição de *processualidade*, dinâmica, mutável e inacabada, sempre envolvida em um permanente estado de vir a ser. Nessa perspectiva, penso que o título mais adequado ao livro, em consonância com a concepção do autor, seria *Tornando-se Pessoa (Becoming Person)*, uma vez que se trata de um processo em permanente continuidade, bem de acordo com a noção de *tendência à realização*. A transposição, de um âmbito mais restrito (psicoterápico) para um mais aberto e diversificado (como relacionamentos familiares, relacionamentos educacionais, pequenos e grandes grupos vivenciais, por exemplo) não é explorado quanto às implicações da influência

que esses meios podem exercer sobre a expressividade do *potencial construtivo da pessoa*. Para Rogers (1978), estas pessoas geram uma verdadeira *revolução* em escolas, lares ou indústrias. Porém, o autor não explora devidamente o movimento inverso, ou seja, a influência que estes contextos culturais exercem sobre a própria constituição da pessoa e a sua capacidade por se desenvolver enquanto potencialidade construtiva.

Um ótimo exemplo disso é a elaboração que desenvolve sobre esse atributo central da pessoa, ou seja, a sua capacidade de crescimento e desenvolvimento. Ainda em *Tornar-se Pessoa (On Becoming Person, 1961)*, Rogers (2009a, p. 211) apresenta sua hipótese sobre a *pessoa derivada de um processo psicoterápico eficaz*, ou seja, em que “[...] o terapeuta tenha sido capaz de estabelecer com o cliente uma relação intensamente pessoal e subjetiva [...], como uma relação de pessoa para pessoa”. Essa pessoa, descrita por ele como vivendo *em pleno funcionamento*, uma condição de “vida boa”, é descrita inicialmente como não sendo um estado, uma condição de felicidade, equilíbrio ou adaptação a ser alcançada. Nesse sentido, refere-se à condição da pessoa, na expressão de sua potencialidade plena, como um ser *em processo*, em um constante vir-a-ser, em movimento, uma vez que vivencia sua condição de liberdade psicológica³³ para se mover na direção que mais lhe aprouver existencialmente.

Para Rogers (2009a), há três características marcantes da *pessoa em pleno funcionamento*, como expressão dessa processualidade permanente: sua abertura crescente às experiências, sem a necessidade de se proteger em atitudes defensivas, como negação ou distorção de algo vivido, uma vez que tais experiências não são mais tomadas como ameaçadoras à imagem que a pessoa faz de si; essa maior capacidade de abertura possibilita o aumento da vivência existencial da pessoa, ou seja, o aumento da tendência de a pessoa viver plenamente cada momento, de forma que a noção de *si mesmo* da pessoa deriva da experiência, ao invés da experiência vivida ter sido manipulada para se ajustar à estrutura preconcebida de *si mesmo*; e, por conseguinte, o aumento na confiança da pessoa em seu organismo total, em que cada estímulo, cada reação vivenciada, cada impressão e ponderação da pessoa em sua totalidade complexa, serve de parâmetro de autorregulação comportamental nas diferentes situações em que a pessoa se encontra.

³³ Aqui corresponde à noção de liberdade experiencial, conforme desenvolvida por Kinget (1977, p. 46): “Relaciona-se essencialmente com a experiência, isto é, com os fenômenos internos. Consiste no fato de que o indivíduo se sente livre para reconhecer e elaborar suas experiências e sentimentos pessoais como ele o entende. Em outras palavras: supõe que o indivíduo não se sinta obrigado a negar ou a deformar suas opiniões e atitudes íntimas para manter a afeição ou o apreço das pessoas importantes para ele”.

O foco de consideração da *pessoa em pleno funcionamento* é o *locus* psicoterápico. A generalização realizada pelo autor referente a esse funcionamento ótimo da pessoa, do contexto psicoterápico para qualquer outro contexto que envolva relações interpessoais, parece desconsiderar a preocupação inicial quanto à elaboração da hipótese rogeriana sobre a “vida boa”:

Em 1952 ou 1953, durante uma das minhas fugas do inverno para climas mais quentes, escrevi um artigo intitulado ‘O conceito da pessoa em pleno funcionamento’. Era uma tentativa de esboçar o quadro da pessoa que surgiria na hipótese de o tratamento terapêutico atingir o seu resultado positivo máximo. *Sentia-me um pouco receoso com a pessoa maleável, individualista, ‘relativista’, que pareceria ser o resultado lógico do processo terapêutico.* (ROGERS, 2009a, p. 209, grifos nossos).

Conforme já sinalizado, não há diferença, para ele, quanto à concepção de *pessoa* e *cliente*. E, inclusive por isso, parece sinalizar certo receio quanto ao caráter predominantemente individualista e singularizado de *pessoa* derivado do âmbito psicoterápico. Essa preocupação é compreensível, uma vez que o contexto cultural norte-americano que atravessa a *terapia centrada no cliente* é marcado por tendências democráticas e individualistas próprias da sua origem.

Assim, a Terapia Centrada no Cliente tem ajudado as pessoas a se tornarem conscientes de si mesmas, como indivíduos únicos. Contudo, não as tem ajudado significativamente a compreender que também não são únicas, nas palavras do romancista Joseph Conrad: ‘Não o produto do excepcional mas do geral – da normalidade do seu tempo, raça e lugar’. (WOOD et al., 2008, p. 186).

Assim, considero relevante explorar dois aspectos presentes em “A visão de um terapeuta sobre a vida boa: a pessoa em pleno funcionamento”. O primeiro se refere à constatação de Rogers (2009a, p. 219, grifo nosso) de que a *pessoa*, ao se assumir nesse processo de funcionamento pleno, se descobre como “[...] um ser social de modo *profundo e realista*”. Ele desenvolve essa propensão à socialização da *pessoa* de forma, paradoxalmente, individualista:

Não precisamos perguntar quem o socializará, pois uma das suas próprias necessidades mais profundas é a de se associar e de se comunicar com os outros. À medida que o indivíduo se torna mais plenamente ele mesmo, torna-se igualmente socializado de maneira mais realista. (ROGERS, 2009a, p. 222, grifos nossos).

Trata-se da ambiguidade rogeriana na relação entre a *pessoa*, sob forte traço individualista derivado do âmbito psicoterápico, com o contexto cultural, que mutuamente influencia e é influenciado pela *pessoa*. A ilustração desta ambiguidade ocorre no tratamento que o autor dá à criatividade como elemento da “vida boa” da *pessoa*. Se, por um lado, a *pessoa* criativa não estaria necessariamente *adaptada* à sua cultura, como exemplo de inconformismo, por outro lado, traz consigo a capacidade de viver harmonicamente no seu meio cultural:

[...] em qualquer época e em qualquer cultura, viveria de uma maneira construtiva, em grande harmonia com o seu meio cultural *para conseguir uma satisfação equilibrada de suas necessidades*. Em determinadas situações culturais, poderia, em alguns aspectos ser uma pessoa muito infeliz, mas continuaria a progredir para se tornar ela própria e para se comportar de tal forma que *satisfizesse de um modo tão completo quanto possível suas necessidades mais profundas*. (ROGERS, 2009a, p. 222, grifos nossos).

Assim, ainda que envolto em traços culturais marcantes de individualismo não tematizados, o autor lança a necessidade da constituição de um sentido idealizado de completude quanto ao parâmetro teorizado de *pessoa em funcionamento pleno*, em uma perspectiva marcada pela contradição em seu caráter sociocultural: essa *pessoa* é necessariamente desadaptada, pois sua satisfação plena é sempre particular, e “[...] reconhecida como o tipo mais capaz de se adaptar e de sobreviver em caso de alteração das condições ambientais” (ROGERS, 2009a, p. 222), cuja capacidade adaptativa *sempre* depende de uma flexibilidade *individual*, independente das mudanças contextuais ocorridas. Em suma, ao articular com o *princípio de figura e fundo* da Psicologia da Gestalt³⁴, é possível afirmar, na noção de *pessoa em funcionamento pleno*, a sua condição como *indivíduo singular e único* como *figura*, enquanto a sua condição como sujeito *histórico, social e cultural* como *fundo*.

Wood et al. (2008, p. 186, grifo do autor) problematizam essa questão ao considerar que a referida limitação ocorre pelo não reconhecimento da constituição cultural da *noção de eu* ou *self* do sujeito na Terapia Centrada no Cliente. Essa produção de indivíduos isolados, de acordo com o autor, ocorre pela avaliação negativa da cultura como fator de interferência, distorção e distanciamento da *pessoa* com relação à sua apreciada singularidade. Desse modo, é preciso que a *pessoa* se reconheça descolada do contexto social que o envolve para, através da psicoterapia, alcançar esse *pleno funcionamento*, autônomo e independente. Superar o viés individualista da Terapia Centrada no Cliente representa, para ele, assumir o seguinte desafio: “Que lugar ocupariam, nas teorias que se podem desenvolver a partir da Abordagem Centrada na Pessoa, as ações que *não* ‘melhoram’ ou ‘mantêm’ o organismo, mas no entanto (sic) melhoram e mantêm o grupo?”. Considero aqui, então, o viés da *pessoa* como também capaz de colocar o grupo social antes de si mesmo, como em atos de altruísmo em que a *pessoa* se sacrifica pela coletividade, o que configura a superação da concepção isolacionista e reducionista realizada por Rogers, sem abdicar da sua potencialidade criativa de transformação. Nessa perspectiva, a *pessoa* traz consigo, além da capacidade de confiar em si mesmo como indivíduo, a possibilidade em aceitar e acolher o seu lugar sócio-histórico-cultural que ocupa dentro de uma rede de relações interpessoais (WOOD et al., 2008).

³⁴ A nossa percepção humana, de acordo com a Psicologia da Gestalt, organiza-se pelo princípio da apreensão de totalidades em que, conforme as circunstâncias, algo se destaca, fica mais proeminente e em primeiro plano, como *figura*, enquanto o restante permanece em segundo plano, como *fundo* (FRAZÃO; FUKUMITSU, 2013).

A receptividade a essa influência contextual sobre a noção de *natureza humana*, aqui usada como base para a noção de *pessoa*³⁵, ainda que não valorizada por Rogers, não é de todo desconsiderada por ele em seu pensamento. No debate travado com Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), em 1962, sobre o dilema entre liberdade e determinismo, Rogers afirma concordar com Skinner quanto ao fato de o ser humano ser determinado por suas influências genéticas e culturais (KIRSCHENBAUM; HENDERSON, 1989a apud KIRSCHENBAUM, 2007). Da mesma forma, em uma dimensão completamente distinta da condição humana, considera a capacidade de liberdade e escolha como aspectos absolutamente reais. Para ele, trata-se de dimensões legítimas e que requerem uma difícil conciliação. Como elaborá-la cognitivamente? Rogers recorre à Física:

Considero esta situação similar à que acontece na Física, onde você pode provar que a teoria ondulatória da luz é apoiada pela evidência, assim como a teoria corpuscular. As duas são contraditórias. No presente estágio do conhecimento, elas não são conciliáveis; mas penso que seria estreitar a percepção da Física negar uma dessas teorias e aceitar apenas a outra. E é nesse mesmo sentido – que é o motivo de eu sustentar o uso do termo paradoxo – que encaro essas duas dimensões como sendo ambas reais, embora guardem entre si uma relação paradoxal. (KIRSCHENBAUM, 2007, p. 265, tradução nossa).

Ainda que complexa, essa noção de *natureza humana* é determinada pelo contexto sociocultural e, por conseguinte, *o influencia reciprocamente*. Por mais que seja assim considerada, essa elaboração sobre a vinculação apresentada entre a *natureza humana* e o contexto sociocultural não comparece efetivamente no sistema teórico de mudança da personalidade construído por Rogers na Terapia Centrada no Cliente (WOOD et al., 2008). A ênfase recai, no máximo, sobre determinadas características que são concebidas por ele como inerentes à espécie humana, como sendo positivo, voltado para o movimento, realista e confiável (ROGERS, 2014). Desta forma, o caráter da *natureza humana*, em sua essência, é individual. Caso houvesse ocorrido a devida importância sobre a influência da *pessoa* sobre o seu contexto sociocultural, próprio da sua *natureza humana*, seria possível concordar com Wood et al. (2008) quanto à efetivação de um sentido de responsabilidade social inerente à *pessoa em funcionamento pleno* ou amadurecida:

Um indivíduo amadurecido se responsabilizaria pela sua contribuição à existência das instituições ineficientes, costumes limitadores, liderança, trabalho e ensino incompetentes e outros aspectos da sociedade, prejudiciais às pessoas. Da mesma forma, seria legítimo esperar que se empenhasse em melhorá-los (WOOD et al., 2008, p. 183).

No início dos anos 1980, Carl Rogers e Rollo May (1909-1994) debateram, através de artigos, o tratamento dicotômico de Rogers sobre a natureza humana individual e o

³⁵ De acordo com Rogers (2014), a sua concepção de *natureza humana* refere-se às características mais básicas do organismo humano, ou seja, da pessoa em sua totalidade, concebida a partir de suas experiências psicoterápicas.

contexto sociocultural que este indivíduo se encontra inserido. Para Rogers (1981), os diferentes comportamentos destrutivos que acometem os indivíduos são resultados das experiências sociais vividas por eles. Em seu estado de natureza, os indivíduos da espécie humana são construtivos e saudáveis, cuja distorção dessa condição é consequência do seu processo de socialização. Importante observar a proximidade entre as concepções do autor com as de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), sobre o estado de natureza saudável do *bom selvagem* e a degeneração provocada pelo processo civilizatório (ROUSSEAU, 1978). Nesse sentido, apesar de não se considerar um seguidor do filósofo francês pelo fato de não ter nenhuma influência direta sobre sua obra (afirma que seu único contato com a obra de Rousseau foi a leitura obrigatória de uma parte de sua obra *Émile* para realizar um exame de língua francesa para o doutoramento, e que foi quase reprovado!), não nega a proximidade conceitual, apesar de não se sentir competente para ser representado como um ‘sucessor’ do filósofo (ROGERS, 2014). A contraposição de May (1982), escrita em primeira pessoa, refere-se ao fato de que não há contexto sociocultural que não seja formado por indivíduos como ele e Rogers. Assim, toda a destrutividade existente na cultura é reflexo de uma destrutividade também existente nos indivíduos. Para Wood, nesse debate, Rogers claramente explicita a perspectiva *figura* de sua concepção de *pessoa*: sua individualidade.

Ao declarar sua opinião sobre a sociedade, Rogers expressa a perspectiva do indivíduo. Ele estava sem dúvida extrapolando daquilo que tinha aprendido na prática da psicoterapia, quando se colocava na perspectiva do cliente. Os clientes acham que a sociedade deve ser culpada por seus problemas. E para descobrir o que desejariam realmente ser e o que desejariam fazer na vida, teriam que rejeitar temporariamente a autoridade e os valores dos pais e da sociedade. Fartos de serem controlados por outros, não queriam ouvir falar de ‘responsabilidade’. Queriam liberdade. (WOOD et al., 2008, p. 184).

Há um elemento ilustrativamente significativo dessa íntima compreensão rogeriana de *pessoa* como sujeito individual e potencialmente criativo, propenso positivamente ao autocrescimento e autorregulação, porém dependente de um caráter de autonomia perante o contexto sociocultural que o envolve para a sua efetivação, desenvolvido pelo autor em diversos textos do final de sua vida (ROGERS; ROSENBERG, 1977; ROGERS, 1978, 1983; ROGERS et al., 1983). Trata-se de sua projeção da *pessoa emergente* como reação à cultura norte-americana decadente de sua época (décadas de 1970 e 1980).

A cultura decadente que Rogers (1978) descreve tem as seguintes características: erosão dos valores democráticos constitucionais de direito à liberdade de pensamento e expressão, provocando ceticismo nos cidadãos quanto ao governo; desvalorização das pessoas através da decadência das instituições (escolas, empresas, igrejas e famílias, conforme ele destaca); o crescimento acelerado da violência como consequência da cultura que aliena

socialmente os indivíduos e pela descrença no valor e dignidade das pessoas; e o cinismo e apatia da maior parte da população, como terreno perfeito para o desenvolvimento de uma ditadura. Rogers vislumbra um tipo de enfrentamento a este contexto proveniente das *peessoas emergentes*, descritas como *peessoas livres do seu entorno sociocultural, cujo impulso organísmico é serem elas mesmas, realizarem-se de modo individual e criativo*. Tais pessoas representam a matriz de uma espécie de revolução silenciosa, porque ocorrem sem alarde, dentro das relações sociais. Elas desconfiam das instituições – essa é a aposta do autor – e virão a assumir o seu controle, através da promoção de uma cultura nitidamente diferente da decrépita cultura que desconsidera as pessoas que dela fazem parte.

Três aspectos se destacam nesse prognóstico rogeriano: em primeiro lugar, não há qualquer implicação das pessoas na conformação dessa cultura decadente descrita. Há uma ratificação do reducionismo valorativo que responsabiliza absolutamente a cultura (e suas instituições sociais), sem fazer qualquer alusão às pessoas que constituem essa cultura. São tratadas como vítimas impotentes de um contexto em que não são identificadas como corresponsáveis, ao lado de costumes tradicionais e locais, microrrelações de poder social e interesses dos sistemas macrosociais estabelecidos, por exemplo; com isso há uma simplificação dessa perspectiva em sua ambiguidade. Descrevo o segundo aspecto observado, quando Rogers (1978, p. 265) considera a emergência de uma cultura diferente, de base humanística, sustentada sob a influência direta da revolução causada pelas *peessoas emergentes* (que rompem com o *establishment*, identificadas com a contracultura³⁶, que abandonam dogmas e valorizam a diversidade social, a criatividade, os sentimentos, a autenticidade, a comunicação aberta e a sinceridade). Nesse caso, essa nova configuração cultural é diretamente influenciada por essas *peessoas emergentes*, o que não ocorre, contraditoriamente, no caso das pessoas que conformaram a cultura decadente descrita pelo autor. E o terceiro prognóstico rogeriano refere-se à impossibilidade histórica desse processo revolucionário ser detido, numa espécie de “grande salto evolutivo-revolucionário” inevitável, ainda segundo o autor. Para Farson (1979, p. 32), no entanto, há uma limitação significativa nesse processo revolucionário:

Como revolucionário, Rogers dá muito pouca atenção a papel, poder, *status*, cultura, política, história, sistemas, tecnologia e, talvez mais significativamente ainda, à qualidade paradoxal da experiência humana. Há uma espécie de onipotência e otimismo na obra de Rogers, uma crença em que tudo é possível com os instrumentos da terapia centrada no cliente.

³⁶ Cenário cultural peculiar ao contexto norte-americano dos anos 1960, em que, principalmente, a juventude buscava modos alternativos de vida, fora dos padrões burocráticos, tecnocráticos e consumistas, comuns à sociedade da época (VIEIRA, 2017).

A concepção de *pessoa*, ao ter o seu caráter de potencial de crescimento e transformação individual valorizado, é essencialmente linear e unilateral. Ou seja, tende a destacar o seu *funcionamento pleno* sustentado no *máximo*, ao invés do *ótimo*; no *excesso* (quanto mais autêntico e empático, melhor), ao invés do *adequado*, em que considere fatores outros para além do indivíduo. Dois problemas advêm dessa maneira linear de conceber a *pessoa* em sua potencialidade: a incapacidade de reconhecer a coexistência de fatores opostos e da complexidade relacionada à condição humana; e a conseqüente ocorrência de experiências de descontentamento e frustração em virtude da alta expectativa quanto à *pessoa em funcionamento pleno*, uma vez que a efetividade de fato desse potencial não ocorre do modo idealizado teoricamente por Rogers em seus textos (FARSON, 1979).

Dessa forma, compreendo que as noções de *cliente* e *pessoa*, assim como correlatas, também expressam a importância da *terapia centrada no cliente*, como sistema teórico de mudança na personalidade que é, na construção dessa estrutura idealizada de indivíduo, passível de emergir de um processo psicoterápico. Como a proposta desta pesquisa é compreender hermeneuticamente a noção de *abordagem centrada na pessoa*, a questão que ora se apresenta nessa fusão de horizontes do processo interpretativo é: de que forma essa estrutura idealizada de indivíduo (*cliente/pessoa*) é afetada com a elaboração, em 1975, do termo *abordagem centrada na pessoa* para denominar os *workshops* centrados na pessoa, em que a ênfase deixava de ser individual para se voltar à experiência descentralizada de uma comunidade de aprendizagem? Para tentar responder essa questão, proponho aprofundar a reflexão sobre o dilema que Rogers vivenciou (e explicitou), presente em todo o processo de produção teórico-conceitual ao longo de sua vida: o dilema entre o aspecto lógico-científico referente ao conhecimento produzido voltado para o processo de mudança na personalidade no âmbito psicoterápico, e a condição de caráter existencial relativa à experiência nesse contexto específico, objeto de estudo volátil e, por conseguinte, problemático para uma construção científica pretendida. Essa dificuldade quanto ao controle das variáveis que interferem existencialmente sobre a efetividade do fenômeno psicoterápico, pretensão científica de Rogers, aumenta de modo significativo se considerarmos o contexto dos *workshops centrados na pessoa*, horizonte próprio de constituição da noção de uma *abordagem centrada na pessoa*.

4.3 Um paradoxo inerente à teoria psicológica Rogeriana

O problema relacionado à noção de abordagem centrada na pessoa possui sua raiz no modo de constituição da teoria psicológica de Carl Rogers. E, nesse sentido, o próprio autor expressa o quanto há, em sua teoria, um conflito subjacente entre a precisão e elegância da regularidade do pensamento científico de base lógico positivista, e o pensamento existencial subjetivista de valorização da pessoa e rechaço ao processo de despersonalização e desumanização do indivíduo, derivado da influência cultural, identificado com a sua experiência psicoterápica. Ele sinaliza, claramente, ao dar vazão e voz aos campos controversos que constituem o seu interesse e, de maneira derivada, sua proposta teórica, o que denominou como sendo sua vida dupla entre a objetividade científica e a subjetividade psicoterapêutica (ROGERS, 1973, 2009a).

Por um lado, enquanto psicoterapeuta, expressa seu interesse pela relação interpessoal. Compreende que ela oferece uma perspectiva privilegiada, através da compreensão do contexto subjetivo da outra pessoa, no sentido de fomentar um processo de transformação. Para isso, é fundamental estar nesta relação de modo pessoal, sem qualquer pretensão científica de explicação e controle, lançado de forma sensível e não-reflexiva na vivência imediata, nesta espécie de corrente do devir, do tornar-se, confiando na capacidade de aprendizagens significativas por meio de autodescobertas decorrentes dessa profunda experiência pessoal.

O foco dessa perspectiva reflete o interesse de Rogers que havia lá, no início de sua carreira, puramente pela prática psicoterápica, sem qualquer preocupação de ordem teórica. No entanto, a necessidade de uma base teórica capaz de explicar os resultados de sua experiência psicoterápica lançou o autor às pesquisas, principalmente porque reconhecia que sua concepção sobre essa prática possuía um estilo mais independente e pessoal, se comparado ao pensamento estabelecido nos anos 1940 sobre a psicoterapia (ROGERS; KINGET, 1977a). Constitui-se, assim, a sua condição enquanto cientista, ao abordar os fenômenos complexos da psicoterapia por meio do método científico, almejando compreender e descobrir a ordem subjacente aos referidos fenômenos. “Em ciência, isto significa um conhecimento objetivo dos acontecimentos e das relações funcionais entre estes mesmos acontecimentos. A ciência pode proporcionar igualmente a possibilidade de uma maior previsão e controle desses acontecimentos” (ROGERS, 2009a, p. 235). Esse processo de formulação teórica, para ele, exigiu constantes reformulações conceituais, uma vez que seu

compromisso com a rigorosidade metodológica e consistência de suas ideias não eram compatíveis com as insuficiências estruturais verificadas nas primeiras versões de sua teoria.

Essa perspectiva, de acordo com o autor, ainda que permita de maneira limitada apenas descrever relações terapêuticas vivenciadas, tal qual observadas pelo cientista/pesquisador, não deixa de possibilitar a descoberta de padrões regulares relacionados às relações interpessoais de natureza psicoterápica, derivados das observações e do caráter disciplinado da reflexão, em detrimento do uso indiscriminado de instrumentos de laboratório, tão em voga no contexto da época – anos 1940 e 1950. Tais dados, derivados das experiências clínicas, inicialmente foram se acumulando de modo desordenado e assistemático. A elaboração de hipóteses provisórias e rudimentares, baseadas na experiência prática, permitiu paulatinamente, através de um rigoroso método de pesquisa, o processo de refinamento dessas hipóteses, afastando-se de um caráter teórico rígido e imóvel. Com isso, foi possível a formulação, objetiva e consistente, de uma teoria que tratasse da dinâmica das relações humanas no contexto psicoterápico (ROGERS, 2009a; ROGERS; KINGET, 1977a). Rogers (2009a, p. 255, grifo nosso) chega a elaborar uma proposta de integração entre as duas perspectivas:

É esse ... o grau de integração que fui capaz de atingir até agora entre as duas abordagens, primeiramente experimentadas como conflitantes. *Isto não resolve inteiramente todas as questões levantadas* na primeira seção, mas parece indicar uma solução. Recoloca-se o problema ou revê-se a questão, colocando a pessoa subjetiva, existencial, com os valores que ela tem, como base e raiz da relação terapêutica e da relação científica. [...] E é unicamente como pessoa subjetiva que posso penetrar em qualquer dessas relações.

A solução proposta pelo autor, sem desconsiderar a profundidade da questão, subordina absolutamente a construção do conhecimento científico à experiência subjetiva (VIEIRA, 2017; VIEIRA et al., 2018). Concebe toda teoria em termos de provisoriedade, cujo desenvolvimento e progresso permanentes encontra-se sempre impulsionada por novas experiências que estimulam o pensamento criador, distante de perceber esse conhecimento como sinônimo de dogma ou uma espécie de verdade completamente passível de ser apreendida (ROGERS; KINGET, 1977a). Esta valorização da experiência serve como sinalizador do processo de reconfiguração posterior da teoria de Carl Rogers, uma vez que o texto em questão foi escrito no decorrer da década de 50 do século passado, na fase da Terapia Centrada no Cliente.

Nesta fase da produção de Rogers, entre 1945 e 1963, as pesquisas por ele desenvolvidas, tanto na Universidade de Chicago, como, posteriormente, na Universidade de Wisconsin, foram completamente voltadas para fundamentar e sistematizar a sua teoria

psicoterápica. Para isso, utilizou aspectos objetivos de caráter científico, tais como: a observação e categorização de gravações, em áudio e vídeo, de atendimentos psicoterápicos; aplicação de testes para mensuração das alterações da autopercepção valorativa das pessoas no decorrer do processo terapêutico; e elaboração de uma escala de processo terapêutico para distinguir os estágios de funcionamento da pessoa durante o processo terapêutico (CASTELO BRANCO, 2010).

No entanto, há uma reconfiguração dos interesses de Rogers, o que provoca uma mudança quanto às suas práticas de atuação e, por conseguinte, quanto às ideias, conceitos e bases epistemológicas associadas a este processo de atualização. Na fase da Terapia Centrada no Cliente, o interesse do autor esteve voltado para o estudo, desenvolvimento e identificação de procedimentos psicoterápicos de atuação. Para tanto, recorreu ao modelo funcionalista vigente na psicologia norte-americana da época, no intento de sustentar as pesquisas e o conhecimento científico resultante. Mas, apesar de considerar a relevância da experiência pessoal como o fundamento da relação terapêutica, a referência científica foi central para a elaboração dos principais conceitos do seu sistema teórico (CASTELO BRANCO, 2010). Importante destacar que, nesse período, mesmo voltado para a construção de um sistema teórico-metodológico sobre a mudança da personalidade em um processo psicoterápico, a primazia da ordem subjetiva sempre foi relevante para o autor:

Em suma, ainda que me dê conta da possibilidade da existência de uma verdade objetiva, dou-me conta, igualmente, de que não poderei jamais conhecê-la plenamente. Disto se conclui, que o que se considera geralmente como 'conhecimento científico' não existe. Há, apenas, percepções individuais daquilo que parece, a cada um de nós, representar esta espécie de conhecimento. (ROGERS; KINGET, 1977a, p. 153).

Em 1964, logo após sua aposentadoria acadêmica, Rogers passa a se interessar por outras áreas de aplicação de sua teoria psicoterápica. Trabalhos com facilitação de grupos, reflexões sobre relações de aprendizagem, entre casais e família, e facilitação de grandes grupos em um molde comunitário valorizaram a ênfase subjetiva em detrimento à objetividade científica que caracterizou a fase da Terapia Centrada no Cliente. Tal aspecto fica claro quanto ao fato de Rogers, apesar de se manter atrelado a alguns aportes da fase anterior (da Terapia Centrada no Cliente), aplicar essas concepções sem o acompanhamento de pesquisas ou reflexões teóricas relacionadas a essa reconfiguração contextual (CASTELO BRANCO, 2010).

A fase que abrange entre 1964 e 1977, descrita por Castelo Branco (2010) como de transição entre a Terapia Centrada no Cliente e a Abordagem Centrada na Pessoa, a valorização do potencial de crescimento e transformação, inclusive social, do sujeito é tomada

como central, não se restringindo ao espaço vivencial da psicoterapia. Neste processo, a teoria de Rogers adquire, efetivamente, o caráter de uma teoria das relações humanas, independente do seu contexto de aplicação. A ênfase subjetiva dada à sua teoria, a partir desse período de transição, sustenta-se na experiência direta como máxima autoridade, como pedra de toque para todo processo de validação, inclusive teórica (ROGERS, 2009a). Todo conhecimento, para ser de fato significativo, necessita adquirir uma perspectiva experiencial e viva para a pessoa que dele se apropria. Já na fase da Terapia Centrada no Cliente, a sustentação da teoria psicoterápica baseia-se na busca de *ordem* nas experiências, na obtenção da regularidade dos *fenômenos subjetivos* considerados em suas pesquisas voltadas para a obtenção de um modelo psicoterápico que fosse de fato eficaz (ROGERS, 2009a). Com o advento da Abordagem Centrada na Pessoa, há um divórcio, que será uma característica marcante dessa fase teórica da obra de Rogers, com relação ao âmbito intelectual-acadêmico. Conceitualmente,

[...] Rogers ... realiza um apontamento para novas epistemologias e filosofias de ciência que repensam as concepções mecanicistas presentes nas ciências biológicas, psicológicas e humanas. Coerente com as necessidades e discussões científicas de seu tempo, Rogers dialogou com novas ideias de se conceber ciência, universo, misticismo, homem e mundo. (CASTELO BRANCO, 2010, p. 141).

A ausência de uma maior sistematização sobre essas novas elaborações conceituais que, ao mesmo tempo em que rompem com as concepções funcionalistas da fase da Terapia Centrada no Cliente, dialogam com perspectivas sistêmicas advindas da Física e Química contemporâneas (CASTELO BRANCO, 2010), possibilitam uma afluência de concepções difusas e ausentes na elaboração original de uma *abordagem centrada na pessoa*, tal qual realizada por Rogers e Wood na década de 70 do século passado. Nesse sentido, Wood et al. (2008) procuram distinguir de modo mais claro a diferença entre a *abordagem* (centrada na pessoa) e a *terapia* (centrada no cliente). A *abordagem* adquiriu formas específicas ao longo da vida produtiva de Rogers: aconselhamento não-diretivo, ensino centrado no aluno e, talvez, a mais destacada de todas, *terapia centrada no cliente*.

Resulta que essas formas têm em comum uma *abordagem*, sustentada em intenções, crenças e atitudes próprias. No entanto, e aqui destaco a *terapia centrada no cliente*, esses aspectos se expressam na possibilidade da obtenção de uma psicoterapia eficaz através do desenvolvimento de um método científico desenvolvido a partir das hipóteses formuladas, provenientes das experiências psicoterápicas vivenciadas e registradas sistematicamente. Desse processo, Rogers construiu uma teoria psicoterápica, fundamentada, cujos princípios expressos em “[...] uma compreensão empática intensa dentro de um relacionamento genuíno, de pessoa-a-pessoa, sem questionar ou julgar, valorativamente, os

pensamentos e sentimentos do cliente” (WOOD et al., 2008, p. 17), derivam do corpo substancial de pesquisas realizadas.

Constitui-se, aqui, o paradoxo inerente à teoria psicológica de Rogers: ela é expressão de sua *abordagem*, porém essa *abordagem* (baseada em intenções, crenças e atitudes específicas) não possui ou se resume a uma teoria, uma vez que essa identificação entre *abordagem* e teoria limitaria absolutamente a sua condição de *abordagem*, ainda que ela também se encontre na teoria da *terapia centrada no cliente*. Da mesma forma, a *abordagem* não possui um método procedimental, como o existente no sistema teórico psicoterápico rogeriano, baseado nas atitudes facilitadoras, mas se configura de múltiplas maneiras, conforme a demanda surgida. É o *modo de fazer* que se sustenta no *modo de ser*, conforme sugerido por Amatuzzi (2010), ao descrever a *abordagem* como uma ética das relações humanas. Trata-se, nesse paradoxo, de lidar com algo que sempre existiu na obra de Rogers, porém somente foi desvelado e enunciado com um nome a partir de 1975: sua obra sempre foi a expressão de uma *abordagem*, uma *abordagem centrada na pessoa* (WOOD et al., 2008).

Afinal, quais são as atitudes que caracterizam a *abordagem centrada na pessoa*? Wood et al. (2008) apresentam 7 aspectos que descrevem as intenções, os propósitos valorativos que norteiam essa *abordagem*: a) *Uma perspectiva de vida, de modo geral, positiva*: essa crença sustenta a concepção positiva de que toda a vida humana possui uma tendência inerente à autorrealização construtiva de possibilidades relacionadas a um desenvolvimento mais completo e mais complexo, conhecida como *tendência realizadora* ou *tendência atualizante*, considerada por Rogers (1983) como sendo, ao lado da *tendência formativa*, a base fundamental da *abordagem centrada na pessoa*; b) *Uma crença numa tendência formativa direcional*: a *formatividade*, como aspecto complementar à *tendência atualizante* descrita, sugere a concepção de que o caráter autorrealizador descrito acima torna-se viável em virtude da preexistência nos indivíduos de recursos próprios para a contínua autocompreensão e mudança do seu autoconceito, uma vez certificada a garantia de determinadas condições que favoreçam ou facilitem esse processo de mudança; c) *Uma intenção de ser eficaz nos próprios objetivos*: a elaboração clara dos objetivos a que se propõe determinada prática (como na psicoterapia, por exemplo, a possibilidade de oferecer um espaço psicoterápico efetivo de mudança na personalidade do indivíduo que busca essa relação de ajuda profissional), permite que sejam construídos procedimentos eficazes para a realização desses objetivos estabelecidos; d) *Um respeito pelo indivíduo e por sua autonomia e dignidade*: essa atitude sustenta-se na valorização absoluta do indivíduo em sua singularidade, conforme já descrito acima quando da discussão sobre as noções de *cliente* e

pessoa na teoria rogeriana; e) *Uma flexibilidade de pensamento e ação*: esta intenção complementa-se à anterior, uma vez que só é possível respeitar incondicionalmente a autonomia e dignidade do outro dentro de uma relação de ajuda profissional se houver, por parte do profissional que se conduza por essa *abordagem*, uma clara intenção em ser flexível quanto às suas próprias referências pessoais (valores, ideias e comportamentos) nesse contexto relacional; f) *Uma tolerância quanto às incertezas ou ambiguidades, sendo capaz de viver numa situação caótica até que fatos suficientes se acumulem para ser possível abstrair-se um sentido deles*: a derivação direta de um processo aberto e estabelecido dentro da relação intersubjetiva, em que a pessoa atendida é respeitada em sua singularidade e o profissional procura se estabelecer atitudinalmente de modo flexível, é de que a *verdade* de um processo relacional não se constituirá através de uma espécie de “descoberta”, mas construída e desvelada, paulatinamente, dentro de uma processualidade em que todos os atores envolvidos nessa relação não possuem qualquer percepção clara e antecipatória sobre as certezas aí envolvidas; e, g) *Senso de humor, humildade e curiosidade*: a ausência de certezas protocolares sobre a prática profissional, conforme sugerem os aspectos anteriormente descritos, requer, por parte do profissional identificado com essa *abordagem*, a vivência de tais atitudes como forma de se contrapor à certificação de um possível desamparo decorrente desse *lançar-se sem paraquedas* na relação intersubjetiva, apenas sustentado nas duas primeiras características dessa *abordagem* (uma perspectiva de vida, de modo geral, positiva, e uma crença numa tendência formativa direcional), cuja expressão podemos reconhecer presentes nas noções de *cliente* e *pessoa*, conforme elaboradas na teoria rogeriana. E aqui podemos sugerir que o *jeito de ser*, sugerido por Rogers (1983) e específico de uma *abordagem centrada na pessoa*, em suas diferentes formas teóricas, práticas e procedimentais, depende exclusivamente da noção elaborada sobre *cliente*, na fase da Terapia Centrada no Cliente, e sobre *pessoa*, na fase da Abordagem Centrada na Pessoa.

Seguindo essa premissa de uma *abordagem* sem uma teoria, sustentada em atitudes, questiona-se de que modo se pode legitimar um conhecimento objetivo a seu respeito, cujo caráter universalizante provém de experiências marcadas pela imprevisibilidade e entrega ao fluxo da existência subjetiva, seja na condição de *cliente* ou *pessoa*? Como estabelecer condições de validação teórica à ACP se ela se sustenta no que escapa à regularidade lógico-racional preconizada pela ciência moderna? (ROGERS, 2009a; VIEIRA, 2009). Se entendermos que o exercício regular da racionalidade científica, inspirado na perspectiva cartesiano-positivista, exige o estabelecimento e a aplicação de uma metodologia científica que necessariamente garanta a validade de um conhecimento verdadeiro, então aqui

também torna-se possível tomar como referência a crítica hermenêutico-filosófica de Hans-Georg Gadamer dirigida à metodologia científica moderna, inclusive como fundamento teórico-reflexivo para articular e, quem sabe, superar a contradição apresentada com relação à legitimação do conhecimento na teoria rogeriana (LAWN, 2011).

O paradigma cartesiano, de acordo com Gadamer (2015), estabelece a necessidade de determinados procedimentos metodológicos para a obtenção de um conhecimento efetivamente objetivo, verdadeiro e, por conseguinte, inquestionável, uma vez que a validade desse modelo de conhecimento fundou a legitimação da ciência moderna e sua aplicação através da tecnologia. No entanto, ao confiar nesse modelo sem criticá-lo, advém uma espécie de solipsismo: o conhecimento científico moderno estabelece verdades que são autocertificadas porque são consideradas válidas *a priori*. Por outro lado, os saberes e práticas que não se adaptam a esse modelo são rejeitados, desacreditados ou eventualmente esquecidos. O filósofo alemão coloca em questão esse paradigma ao resgatar o valor da tradição como o contexto cultural maior em que se insere todo o corpo de crenças e ideias; da autoridade, identificada pela habilidade em questionar parâmetros estabelecidos; e do preconceito, enquanto julgamento prévio, derivado de envolvimento pré-refletido, mas sempre existente. Nessa perspectiva, e como contraponto ao paradigma cartesiano cientificista, sustenta que todo o entendimento humano é basicamente interpretação formada pelo médium da linguagem, sob os efeitos da história e da tradição e sob a base de horizontes existenciais. Eis os fundamentos da então, denominada por Gadamer, *hermenêutica filosófica*.

Ao procurar criticar e romper com o pensamento moderno hegemônico de validação do conhecimento dentro dos limites estritos e absolutos do método positivista e cartesiano (SILVA JÚNIOR, 2005), a obra de Gadamer se credencia como uma referência valiosa de interlocução para a busca de uma *compreensão* dessa perspectiva psicológica fora dos parâmetros de cientificidade abdicados diretamente por Rogers e Wood ao formularem a noção de *abordagem centrada na pessoa* (porém sem deixarem de recorrer a explicações científicas de outros autores, no campo de perspectivas fenomenológico-empíricas, biológicas, holísticas e sistêmicas, para ilustrar seus argumentos). A fertilidade desta interlocução encontra-se no fato de que em ambos se verifica a proposta de superação do paradigma cartesiano de validade do conhecimento através da *verificação metódica e controladora da experiência por meio da racionalidade*. Ainda que Rogers claramente sinalize essa superação através da adoção de um paradigma holístico e sistêmico na fase da Abordagem Centrada na Pessoa (CASTELO BRANCO, 2010), como veremos no próximo capítulo, o autor, paradoxalmente, almeja, até o final de sua vida, a apreensão epistêmica de

uma espécie de regularidade sistemática sobre a experiência humana (VIEIRA, 2017), o que entra em conflito com a radicalização da abertura à experiência, proposta pela *abordagem*. Contudo, para a própria efetivação do projeto de uma *abordagem centrada na pessoa*, é preciso desvinculá-la de uma personalidade-modelar como referência a ser replicada pelos seus continuadores (nada mais distante do que pretendia Rogers), em uma necessidade dialética e paradoxal de *superar* o criador desse legado para sua *preservação*, como veremos no próximo capítulo.

5 COM ROGERS E PARA ALÉM DE ROGERS: a caminho de uma identidade atualizada

Início esse capítulo resgatando o desafio e a premência em retomar a pergunta mobilizadora dessa pesquisa: mas, afinal, o que é *abordagem centrada na pessoa*? Uma pergunta recorrente que me parece ser, após a produção textual realizada até agora, ao mesmo tempo, necessária e arriscada. A necessidade decorre da delimitação de sua identidade, inclusive como ponto de partida para elaborações e práticas atuais que procurem se sustentar sobre as suas bases; e o risco provém da ameaça dos extremos da sectarização ou da falta de clareza de seus fundamentos, conforme maior ou menor rigidez dado ao tratamento dessa reflexão.

A pulverização (e conseqüente problematização) do significado de *abordagem centrada na pessoa* foi denunciada por Wood et al. (2008). De acordo com os autores, pode ser considerada tudo e nada ao mesmo tempo:

Tem sido citada pelas pessoas que pretendem ser suas representantes como ‘uma importante escola de pensamento na Psicologia Americana’, ‘um conceito influente’, ‘um quadro de referência’, ‘um modelo de treinamento para relações humanas’, ‘uma família de estudiosos e praticantes’, ‘uma fonte de *status* e influência’, surpreendentemente, uma ‘tradição’, e como era de se esperar, uma ‘resposta terapêutica’ (WOOD et al., 2008, p. 237).

É muito comum ser identificada, do ponto de vista axiológico, como uma *ética* (AMATUZZI, 2010), o que sustenta as impressões de Wood et al. (2008, p. 238) sobre a identificação da *abordagem* como um “conjunto de valores” ou um “conjunto de atitudes” que respeitam a “dignidade, autonomia e capacidade de mudança das pessoas”. Ainda há, de acordo com o autor, nesse mesmo rastro valorativo, a associação da *abordagem* como sendo uma proposta política alternativa, voltada à construção de um mundo ideal, de relações mais justas, idealizado em parâmetros de empatia e amor incondicional. No campo das possibilidades identitárias, ele verifica combinações e vinculações de tal modo ecléticas, como aproximações improváveis com a técnica taoísta da “órbita micro cósmica” ou a filosofia do desenvolvimento humano baseado na arquitetura do ouvido interno humano, por exemplo, que torna a *abordagem* algo tão vasto e pluridimensional, cujo ecletismo nos faz acreditar que, contraditoriamente, pode ser pretensiosa e superficialmente *tudo*, não sendo *nada* sustentavelmente falando.

Porém, o problema talvez não seja a diversidade em si. O próprio Rogers resistia quanto à formação de Instituições e Organizações formalmente identificadas com a ACP, uma vez que temia pela promoção de “rogerianismo”, ou seja, de uma escola de discípulos

preocupada apenas em replicar suas ideias de maneira rígida e dogmática (KIRSCHENBAUM, 2012). Quanto a isso, ele próprio afirmou em entrevista:

Acho que isso é, ou pode ser, pouco saudável. Os estudantes que mais me alegraria ter influenciado são os que se dispuseram a ir além, que não hesitam discordar de mim, que são pessoas independentes. Às vezes, encontro gente que me diz: ‘Oh, estar na sua presença... é formidável, porque li tudo o que o senhor escreveu’. Você pode ver estampada nelas a adoração pelo herói. Gosto de lembrar às pessoas desse tipo, um ditado Zen que acho muito adequado: ‘Quando você encontrar o Buda, mate o Buda’. Em outras palavras, quando se encontra a pessoa que é a chave de tudo, ‘a resposta’, ‘esse é o meu guru’, etc. essa é a hora de afastá-lo dessa posição. (EVANS, 1979, p. 118).

A inspiração referente ao título desse capítulo advém desse “conselho” de Rogers. Mais do que isso, a adequação de buscar compreender a *abordagem centrada na pessoa* exige de mim, nesse processo, fugir da fácil armadilha por responder ao problema de pesquisa através da descrição de duas ou três definições do “pai” da *abordagem*, acessível sem qualquer dificuldade em seus escritos. Seria eu, nesse caso, mais um “rogeriano”, daqueles que se satisfazem rapidamente com as respostas provenientes do “pai-autoridade” e que apenas balançaria a cabeça, satisfeito em fazer mais do mesmo. Nada mais mórbido para uma proposta que valoriza o potencial e a criatividade humana, nada mais equivocado para quem se propõe à tarefa de uma compreensão hermenêutico-filosófica enquanto experiência de abertura, estimulada pelo estranhamento e acolhimento da alteridade.

Nesse sentido, a diversidade e a independência sugerida por Rogers servem como referência para os profissionais que atuam baseados na ACP. Qualquer tipo de ortodoxia, como uma espécie de “manual de procedimentos” inexistente sob os seus auspícios. Ele próprio, ao se debruçar como pesquisador sobre o fenômeno da relação psicoterápica, não hesitou em utilizar, de modo pioneiro, registros gravados em vídeo e áudio para testar suas hipóteses e alcançar algum tipo de unidade de sentido sobre o fenômeno estudado (KIRSCHENBAUM, 2012). Por outro lado, e em virtude do não patrulhamento de Rogers quanto à fidedignidade das práticas identificadas como sendo “centradas na pessoa” com relação às suas ideias, sofreu críticas provenientes do desconhecimento de seu legado, conforme ele próprio relata:

Procuro ‘viver e deixar viver’, de modo que o fato de haver quem defenda pontos de vista diferentes dos meus nunca me perturbou muito. Críticas provindas de pontos de vista sinceros, totalmente divergentes dos meus, não constituem problema. Acho que o tipo de crítica de que menos gostei, e que foi expressa de vários modos no decorrer dos anos, é a que qualificava de muito superficial a abordagem centrada no cliente: poderia servir para tratar de problemas superficiais, mas não podia resolver os problemas mais profundos de personalidade. Isso simplesmente, não é verdade. Essa crítica, que me lembre, me perturbou mais do que qualquer outra, provavelmente porque não me considero superficial. Não se pode levar a sério muitas das críticas porque se baseiam na mais completa falta de compreensão do que eu e meus colegas temos feito. (EVANS, 1979, p. 121).

Essa crítica, inclusive, justifica o fato de muitos profissionais identificados com a ACP entenderem que ela serve apenas como “ponto de partida” para, a partir dela, proporem “intervenções mais eficazes” (WOOD et al., 2008, p. 239). Mas de que estão falando mesmo? Os autores ainda citam que a confusão, muitas vezes, é mais básica, uma vez que pode estar associada à utilização dos termos³⁷: muitos profissionais utilizam *abordagem centrada na pessoa* e *terapia centrada no cliente* como sinônimos, como se a *abordagem* fosse um método psicoterápico sustentado em um grande número de pesquisas realizadas, ou a *terapia* uma proposta capaz de ser replicada em contextos muito distintos da relação psicoterápica, como educação ou grupos, por exemplo. E, de acordo com o autor, dentre aqueles que distinguem esses termos, há os que, identificados com a Abordagem Centrada na Pessoa, rejeitam a Terapia Centrada no Cliente como antiquada, limitada ou ineficaz; e entre os que “defendem” uma bandeira oposta, entendem a ACP como distorção da Terapia. Em meio a essa confusão (em profusão), compreender a *abordagem centrada na pessoa* apresenta-se como um premente desafio identitário para o legado rogeriano. E sendo um exercício de compreensão hermenêutica, não é acabado, mas retrato de um momento específico, resultado possível e limitado do intérprete/autor desse texto.

Assim, nesse terceiro e último capítulo da dissertação, ousou apresentar uma compreensão hermenêutica sobre a noção da *abordagem* vinculando-a à necessária *atualização* da noção de *terapia centrada no cliente*. Como se trata de *atualização*, possui concomitantemente o caráter dialético e paradoxal de *superação* do projeto universalista de Rogers quanto à apreensão da experiência humana, acompanhado da proposta de *conservação* do seu legado – como um ressoar da *tradição* que demanda seu naco de presença –, através do convite de abertura radical à experiência.

5.1 Compreendendo a *terapia centrada no cliente*

A concepção da *abordagem centrada na pessoa* como sendo derivada da aplicação da *terapia centrada no cliente* para outros campos de atuação em Psicologia, como educação e grupos, por exemplo, não se sustenta pelo simples fato de que essa iniciativa de Rogers comparece em sua trajetória profissional em 1946, por exemplo, com a proposição de trabalhos de grupo, baseado no *aconselhamento não-diretivo*, voltado para soldados norte-americanos provenientes da finda 2ª Guerra Mundial na Europa (ROGERS; WALLEN, 2000).

³⁷ Diferenciação realizada nos capítulos anteriores.

Da mesma forma, em sua obra *Terapia Centrada no Cliente (Client-Centered Therapy, 1951)*, a 2ª parte da obra é intitulada “A aplicação da terapia centrada no cliente”, cujo conteúdo apresenta as seguintes possibilidades de aplicação do seu sistema psicoterápico: ludoterapia, psicoterapia centrada no grupo, liderança e administração centradas no grupo, ensino centrado no aluno e treinamento de orientadores e terapeutas (ROGERS, 1992). O inconveniente quanto à tentativa de aplicação da *terapia centrada no cliente* em contextos distintos ao psicoterápico deve-se aos objetivos almejados em um contexto específico não se adequar a outros contextos, como o educacional ou grupal. Essa pretensão não partiu da necessidade em conhecer as especificidades desses outros contextos. Na relação psicoterápica baseada na *terapia centrada no cliente*, o facilitador aplica um método (não-diretivo) e desempenha um papel específico (sustentado na constituição de uma relação de ajuda profissional a partir das atitudes facilitadoras vivenciadas no *setting* psicoterápico – autenticidade, consideração positiva incondicional e empatia). Já em um processo grupal, em uma aplicação direta da *terapia centrada no cliente*, o facilitador não tem condições de agir como um psicoterapeuta de cada um dos participantes em cada ação, como se o grupo fosse uma série de encontros um a um (WOOD, 2008).

Conforme Wood et al. (2008), não é possível desvincular a efetividade da *terapia centrada no cliente*, como sistema de mudança da personalidade, do seu contexto cultural próprio, uma vez que foi o primeiro sistema psicoterapêutico postulado e validado por um psicólogo perante a APA no decorrer dos anos 1940 e que, por conta disso, a psicoterapia, antes restrita a médicos de formação analítica, tornou-se um ofício da Psicologia Clínica (ROGERS, 1978; CASTELO BRANCO et al., 2016). Ainda que ambas não tenham relação de causalidade entre si, há uma simultaneidade que me permite melhor compreender o horizonte próprio da *terapia centrada no cliente*. Refiro-me à grande importância, nas décadas de 1940 e 1950, do caráter científico para a sustentação da prática psicoterápica elaborada por Rogers, o que justifica o estabelecimento de um modelo teórico cujos construtos encontram legitimidade a partir de pesquisas, procedimentos metodológicos e linguagem própria. A efetividade da *terapia centrada no cliente* oferece uma proposta segura, baseada nas condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade (ROGERS, 2008a), porém traz consigo, a partir da confiança e identificação daqueles que atestaram a sua efetividade, um padrão de pensamento condicionado para a pretensão de que a sua aplicação em contextos distintos ao psicoterápico também fosse efetiva, em uma espécie de moralidade opressiva voltada unilateralmente ao estabelecimento da *pessoa em funcionamento pleno* (WOOD et al., 2008).

A constatação dessa incompatibilidade da *terapia centrada no cliente* para contextos outros, que não o psicoterápico, provoca em alguns seguidores do legado de Rogers o movimento da necessidade de superar a *terapia* através da supressão de qualquer definição ou sentido identificado como “centrado na pessoa” (KIRSCHENBAUM, 2012). Trata-se de um movimento de atualização não-dialética e linear, cuja tradição (rogeriana) deve ser considerada como ultrapassada, afinal não agrega o respaldo acadêmico que o adjetivo *fenomenológico*, por exemplo, oferece na atualidade (WOOD et al., 2008). Importante resgatar, nesse processo de “fusão de horizontes”, o fato de que a identificação de uma prática como sendo “centrada na pessoa” traz consigo a operacionalização realizada por Rogers a partir de parâmetros instrumentais científicos. Não há como fugir desse horizonte da tradição se quisermos não nos afastar da referência de uma epistemologia de caráter paracientífico sobre o legado rogeriano (PIAGET, 1980).

Nesse sentido, Rogers estruturou instrumentos e escalas de gradação para mensuração dos níveis de empatia, consideração positiva incondicional e congruência na relação psicoterápica, referente aos diferentes pontos de vista envolvidos (psicoterapeuta, observador e pessoa atendida). Essa base científica própria da *terapia centrada no cliente* possui valor limitado no que se refere à *abordagem centrada na pessoa*, pois não é possível estabelecer um “ponto de corte” ou uma espécie de porcentagem mínima em uma pretensa escala de medida para estabelecer quem seja, considerando suas práticas profissionais, “centrado na pessoa”. Corre-se, com isso, o sério risco de lidar com essas pessoas como objetos categorizados e etiquetados em uma classificação prévia. No contexto psicoterápico, é mais adequado identificar a *terapia centrada no cliente* com a vivência das atitudes facilitadoras por parte do psicoterapeuta, em que a pessoa atendida se sinta valorizada e considerada, e perceba que a vivência do psicoterapeuta é real e genuína. Além disso, não é possível utilizar a relação do método não-diretivo presente em uma relação de ajuda profissional como referência para identificá-la como “centrada na pessoa”, uma vez que se trata apenas de um caminho possível para a implementação das atitudes facilitadoras no contexto relacional. Um ótimo exemplo é a reação positiva de Rogers quanto à Terapia Expressiva³⁸ desenvolvida por sua filha, Natalie Rogers (1928-2015), considerando essa proposta uma referência de prática “centrada na pessoa”, apesar de bastante distinta do seu modo de facilitação (KIRSCHENBAUM, 2012; MERRY, 1997). Como a *terapia centrada no*

³⁸ “[...] um desenvolvimento terapêutico da ACP que usa expressões artísticas como a pintura, a dramatização, a música e o movimento, etc. como formas de experienciar sentimentos. Iniciada por Natalie Rogers, ela se refere como sendo o núcleo do trabalho nesse processo a ‘conexão criativa’, em que a expressão através de um meio estimula e alimenta a expressão em outros meios” (TUDOR; MERRY, 2006, p. 53, tradução nossa).

cliente é uma proposta cientificamente sustentada, o próprio Rogers entendia que a sua teoria psicoterápica necessitaria ser substituída em uma década, já que novas descobertas científicas acusariam equívocos, erros e inferências enganosas que precisariam ser revistas (ROGERS, 1959), inclusive para evitar o estabelecimento, que infelizmente veio a ocorrer, de caricaturas de um *rogerianismo* como um método terapêutico radicado absolutamente na prática do reflexo de sentimentos (AMATUZZI, 2010). No entanto, ele próprio se desinteressou pelo desenvolvimento de pesquisas científicas e constituição de novas formulações teóricas relacionadas à psicoterapia individual após a sua saída do contexto acadêmico, em 1963, voltando-se de modo mais integral para outros contextos, como os processos grupais e o âmbito educacional (KIRSCHENBAUM, 2012).

Se pudermos considerar a *terapia centrada no cliente* como um *texto* singular, que surge a partir de determinadas questões disparadoras (relacionadas ao *contexto específico* da psicoterapia individual), que vai demandar hipóteses a serem testadas cientificamente e, por conseguinte, vai possibilitar a construção de teorias fundamentadas empiricamente, é a *abordagem centrada na pessoa* que explicita o horizonte (ou *contexto*) mais amplo, cultural, sob o qual esse *texto* é elaborado. Essa lacuna quanto ao comparecimento, ou mesmo reconhecimento, do *contexto* histórico-cultural norte-americano na Terapia Centrada no Cliente, propiciou a valorização absoluta da unicidade do indivíduo, em detrimento da influência de outros fatores contextuais sobre si.

Aplicações da Abordagem Centrada na Pessoa à educação, pequenos grupos de encontro e *workshops* de grandes grupos foram de grande ajuda para trazer à luz esses desvios, ao mesmo tempo em que expandiram a compreensão do terapeuta (e portanto a do cliente também) tanto sobre o contexto específico (a psicoterapia) quanto sobre o contexto geral (a cultura), na qual ocorre a mudança de personalidade construtiva. A perspectiva mais ampla dos grupos também tornou possível reconhecer que a pessoa é determinada por influências genéticas quanto culturais e também que, por sua própria vontade, ela pode reconhecer seu destino, ser ela mesma. Sua vida influencia o mundo que seus netos irão habitar. (WOOD et al., 2008, p. 228, grifos do autor).

As experiências com grupos de encontros trouxeram para o legado rogeriano a diversidade (acompanhada da complexidade) humana que a *terapia centrada no cliente* mantinha delimitada ao modelo idealizado de *funcionamento pleno* derivado do processo unilateral de atualização da potencialidade humana. Não era possível mais reduzir a vida, em seu caráter de vir-a-ser e autorrealização, ao mundo subjetivo do indivíduo. O *contexto* mais amplo passa a ser considerado de modo mais significativo através da elaboração da *abordagem centrada na pessoa*. Contexto aqui em seus aspectos mais óbvios, como o ambiente, e menos acessíveis, como estados de consciência extraordinários e padrões de pensamento condicionados. A *abordagem* potencializa o texto (*terapia centrada no cliente*)

ao contextualizá-lo para além do seu horizonte imediato. Nesse sentido, a *terapia* sempre foi *abordagem* (ROGERS, 1978; WOOD et al., 2008).

5.2 Compreendendo a *abordagem centrada na pessoa*

De acordo com Rogers (1978), a *abordagem centrada na pessoa* foi a identidade subjacente a todas as suas diferentes possibilidades concretas de atuação (e aplicação). Sem ter ainda elaborado a denominação *abordagem*, é chamada de *estrutura* em importante artigo de 1959, *A theory of therapy, personality, and interpersonal relationships as developed in the client-centered framework*, em que começa a distinguir entre a aplicação da *terapia centrada no cliente* e a *abordagem* subjacente à *terapia* (WOOD, 2008). De maneira mais clara, o autor assim descreve a *abordagem centrada na pessoa*:

[...] Essa perspectiva desenvolveu-se primeiro no aconselhamento e na psicoterapia, em que foi conhecida como centrada-no-cliente, significando que uma pessoa que procurou ajuda não era tratada como um paciente dependente, mas como um cliente responsável. Aplicada à educação, denominada ensino centrado-no-aluno. Na medida em que essa abordagem progrediu em direção a uma ampla variedade de campos, longe de seu ponto de origem – grupos intensivos, casamento, relacionamentos inter-raciais, interculturais e mesmo internacionais – parece melhor adotar-se um termo o mais amplo possível: centrado-na-pessoa. (ROGERS, 1978, p. 14-15).

Algo significativo a ser considerado refere-se ao aspecto sempre presente no decorrer de todas as possibilidades de aplicação da *abordagem*: o *relacionamento*. De acordo com Wood et al. (2008), as primeiras formulações realizadas por Rogers, na fase de constituição da *terapia centrada no cliente*, ainda identificada como *aconselhamento não-diretivo*, reconhece que a eficácia psicoterápica depende do relacionamento construído entre psicoterapeuta e cliente (ROGERS, 2008b). No entanto, no decorrer do desenvolvimento do sistema psicoterápico formulado pelo autor, através do acúmulo de pesquisas e das interpretações de seus resultados, a eficácia da *terapia centrada no cliente* centrou-se, efetiva e normativamente, nas condições facilitadoras criadas pelo psicoterapeuta. Com o abandono, por parte de Rogers, dos estudos e pesquisas voltadas à psicoterapia individual, e o interesse voltado para os grupos de encontro, a partir de 1964, ele rompe com a dependência da eficácia relacionada ao profissional de ajuda (psicoterapeuta ou facilitador de grupo), uma vez que, no contexto grupal, o relacionamento entre os participantes torna-se muito mais significativo para a promoção de crescimento e desenvolvimento pessoal do que a relação um a um entre facilitador e cada um dos participantes individualmente. Promove relações interpessoais mais intensas e reais, em que o facilitador se torna efetivamente provocado a sair do papel

necessariamente mais seguro (ao seguir procedimentos preestabelecidos pela teoria, que lhe garante eficácia) e protegido pelo *setting* psicoterápico (WOOD et al., 2008). A expressão mais espontânea e honesta das emoções no contexto grupal, valorizada pela aplicação da *abordagem*, convida efetivamente os psicoterapeutas a se tornarem mais criativos e expressivos, abertos às possibilidades construídas dentro de um fluxo experiencial da relação intersubjetiva, conforme descrição de Cury (1993) para o que denominou *psicoterapia centrada na pessoa*.

Conforme Wood (2008), a aplicação da *abordagem centrada na pessoa* funciona melhor onde métodos convencionais, incluindo a aplicação da *terapia centrada no cliente*, falham. Em um contexto de relação interpessoal, como o psicoterápico, educacional ou grupal, ao não estabelecer um modo de fazer previamente configurado, o facilitador inspirado pela *abordagem* tem condições mais adequadas para lidar com situações de hostilidade e ceticismo por parte da outra pessoa ou grupo. Tais situações podem ter sido geradas pelo não entendimento, medo ou dúvida com relação à possibilidade de um relacionamento horizontalizado, sem que o facilitador assuma o papel de autoridade ou especialista muitas vezes esperado. Pressupõe-se, assim, por parte do facilitador, uma efetiva disponibilidade de respeito e paciência ativa (ou seja, não deixando de agir de modo autêntico e empático), munido de tolerância quanto às incertezas ou ambiguidades experienciadas, sendo capaz de viver em uma situação caótica até que fatos suficientes se acumulem para ser possível abstrair um sentido deles (WOOD et al., 2008). Para isso, é necessário sempre considerar pessoas e fenômenos específicos, por mais semelhantes que sejam as situações. Rogers e sua equipe aprenderam isso de modo bastante claro ao tentarem replicar em São Paulo (SP), nos dias 20 e 21 de janeiro de 1977, o mesmo modelo exitoso que foi construído junto à plateia de 800 a 1000 pessoas com que trabalharam dias antes (17 e 18 de janeiro de 1977) em Recife (PE) – constituição de um grande grupo, em que os microfones passavam de mão em mão para quem quisesse falar. Acreditaram que o sucesso obtido pela estrutura construída em Pernambuco serviria como justificativa para a imposição da mesma estratégia de sucesso. O resultado, em seu primeiro dia, foi um desastre, com grande desorientação entre as pessoas da plateia e decepção de muitos que não compareceram no dia seguinte. Ao desconsiderarem o contexto cultural específico e a necessidade de encontrarem com as pessoas onde elas estavam, teriam conseguido construir *com elas* aquilo que era significativo *para elas* e só foi possível após a frustração do primeiro dia: o modelo tradicional de perguntas e respostas, com discursos curtos, organização em pequenos grupos e conseqüente organização de uma grande sessão plenária para discussão (WOOD, 2013).

Portanto, o parâmetro sobre o que seja *abordagem centrada na pessoa* precisa desvincular-se do *modus operandi* da *terapia centrada no cliente* e se aproximar daquilo que Rogers, de modo um tanto vago e aproximado denominou *um jeito de ser* próprio, constituído em um contexto específico, diante de demandas singulares. Assim, a proliferação de possibilidades para o que seja a *abordagem*, em sua prática, conforme diferentes “jeitos de ser”, permite que haja uma legitimação ao que seja a *abordagem* tomando por base o que cada um *considera ser a abordagem*. Essa pulverização sobre sua identidade é fortalecida, conforme já descrito, com o desinteresse de Rogers em estabelecer essa definição, sob o risco de fortalecer a constituição de um “clube” fechado formado por aqueles que adquiriram o direito de serem chamados de “acepistas” ou “centrados na pessoa”, pelo simples fato de seguirem absolutamente uma definição-padrão estabelecida sobre o que seja a *abordagem centrada na pessoa*. No entanto, essa falta de clareza tem provocado situações em que o legado rogeriano é tratado de maneira secundária perante outras propostas psicoterápicas, servindo como um conjunto de condições úteis para complementar essas outras propostas, consideradas mais efetivas (VIEIRA, 2017). Nessa perspectiva, valoriza-se mais o *fazer*, em detrimento do *ser*, ao conceber que, por motivo de ignorância ou resistência de Rogers à “necessidade” de apresentar modelos preestabelecidos nos diferentes contextos das práticas psicológicas, a *abordagem* torna-se fonte de frustração por não atender à expectativa de muitos profissionais por “respostas prontas” para demandas específicas atuais. Valoriza-se o tecnicismo em detrimento do atitudinal. Além disso, a *abordagem centrada na pessoa* encontra-se cada vez menos presente em currículos acadêmicos nos cursos de graduação em Psicologia, cujo distanciamento cultivado por intelectuais outrora identificados com a *abordagem*, ao esconderem ou minimizarem a influência das ideias originais de Rogers, tem representado a obtenção de uma pretensa “respeitabilidade” junto à audiência acadêmica para si, que também tende a não considerar o legado rogeriano efetivo e, por conseguinte, alimenta a necessidade de um maior distanciamento quanto às bases da *abordagem*, cujo espaço fica bastante restrito a poucos estudiosos da Psicologia (KIRSCHENBAUM, 2012).

Dessa forma, entendo ser importante resgatar o que o autor considerava como basilar no seu trabalho – a *abordagem centrada na pessoa* para si –, cujo caráter axiológico serve como pressuposição e referência que sustenta todas as suas demais aplicações, inclusive a *terapia centrada no cliente*. De acordo com Kirschenbaum (2012), o primeiro aspecto dessa base estruturante é a *tendência atualizante* ou *tendência à realização*, tendência inerente a todos os organismos vivos, voltada continuamente à sua manutenção, crescimento e reprodução. Para o autor citado, ainda que essa concepção não seja considerada como

elemento central por algumas pessoas identificadas com a *abordagem*, é difícil abdicar dessa noção, uma vez que a absoluta confiança referente à capacidade potencial de a pessoa se autorregular toma por base esse construto. Da mesma forma, a disponibilidade *a priori* de o facilitador não tomar a si próprio como ponto de referência para condução da relação de ajuda profissional, base da noção de *não-diretividade*, também se sustenta nessa confiança de que é a outra pessoa (ou grupo) a melhor referência potencial de condução quanto ao que seja considerado melhor para si mesma (ROGERS, 1992).

Dessa maneira, conforme esses fundamentos e a importância do horizonte psicoterápico próprio da constituição de suas principais ideias, os seguintes aspectos caracterizam a *abordagem centrada na pessoa* para Rogers: a confiança do psicoterapeuta/facilitador na tendência atualizante do cliente/pessoa/grupo, em sua capacidade de crescimento; o psicoterapeuta/facilitador experiencia as atitudes facilitadoras (autenticidade, consideração positiva incondicional e empatia) na relação interpessoal; o psicoterapeuta/facilitador atua de modo não-diretivo sobre a vida do cliente/pessoa/grupo dentro do âmbito da relação de ajuda profissional; e o psicoterapeuta/facilitador age, *na maioria das vezes* (o que não exclui a utilização de recursos ou técnicas, conforme a situação), de modo não-diretivo sobre o processo psicoterápico/grupal, porém colabora com que o cliente/pessoa/grupo implique-se nesse processo, vivenciando-o de modo mais completo possível, aceitando e confiando em sua própria experiência (KIRSCHENBAUM, 2012).

Porém, ao elencar essas características, o autor destaca que nenhuma delas é *pensada* como um procedimento a ser vivenciado no momento em que o profissional está em uma relação de ajuda dessa natureza. Trata-se de um *modo de ser* voltado para sempre favorecer à pessoa ou grupo, com base em uma relação interpessoal sustentada na *abordagem*, quanto ao acesso à sua própria experiência imediata. É necessário que o facilitador, nesse processo, esteja constantemente checando junto ao outro (pessoa ou grupo) para saber se o seu modo de compreensão acerca do que está sendo expresso dentro da relação é coerente com o que está sendo comunicado, para não se afastar do ponto de referência realmente fundamental para uma relação interpessoal sustentada por essa perspectiva: o outro (KIRSCHENBAUM, 2012). Além disso, se a *abordagem* se caracteriza por alguns valores atitudinais (confiança, autenticidade, aceitação e empatia), é preciso desvinculá-la de suas possíveis expressões metodológicas e/ou procedimentais, ou seja, ao *modo de fazer* a *abordagem centrada na pessoa*:

[...] a ACP define-se no campo dos valores, e isso quer dizer no campo das predisposições ou das preferências quanto ao *modo de ser*, não no campo da técnica, no campo do *modo de fazer*. Ora, ter um modo de ser relativiza o modo de fazer,

torna-o menos importante, dá-lhe o seu verdadeiro sentido; não o anula. (AMATUZZI, 2010, p. 36).

Dessa forma, a *abordagem* renuncia modelos preestabelecidos sobre como estar em uma relação interpessoal. A disponibilidade às escolhas sobre recursos e técnicas possíveis de serem utilizadas, assim como linguagem mais adequada e expressiva (verbal ou não-verbal, lógica ou simbólica, discursiva ou poética, por exemplo), depende da abertura do facilitador quanto ao contexto em que o encontro interpessoal ocorre e da(s) pessoa(s), e sua(s) personalidade(s), que constituem esse encontro. Nesse sentido,

[...] a ACP é uma maneira de ser que permite um determinado olhar e gera uma maneira de fazer. Só que esta maneira de fazer não está nela predefinida, a não ser quanto às orientações gerais. Cada maneira de fazer precisa ser gerada, sob influência da abordagem, sim, mas considerando os aspectos concretos das diversas situações. (AMATUZZI, 2010, p. 58).

Tal diversidade de *modos de fazer a abordagem* não significa necessariamente uma falta de legitimação quanto aos profissionais que, com ela identificados, atuam baseados estritamente na *terapia centrada no cliente*, ou seja, cujas práticas psicoterápicas possuem como referência a resposta-reflexo, que pode ser categorizada em três tipos de modalidades: reiteração³⁹, reflexo de sentimento⁴⁰ e elucidação⁴¹. A atuação de psicoterapeutas a partir do modelo clássico da *terapia centrada no cliente* traz consigo um duplo caráter, intrinsecamente ambíguo e próprio da influência da tradição sobre o horizonte constituído em um processo hermenêutico: como mantenedor das suas origens e, ao mesmo tempo, fonte potencial de fundamentalismo. Ou seja, sua importância se apresenta na manutenção das referências originalmente *rogerianas*, o que possibilita a coexistência com outras perspectivas práticas de expressão psicoterápica da *abordagem*, uma vez que a presença efetiva do seu caráter original permite que não ocorra uma perda de parâmetros provenientes das suas fundações (KIRSCHENBAUM, 2012). Trata-se aqui do caráter dinâmico de atualização hermenêutica da *abordagem*, cuja dialética possibilita a superação do seu modelo tradicional da *terapia*, histórico-culturalmente localizado, com a sua conservação efetiva. Não há negação, enquanto aniquilamento ou exclusão da diversidade, uma vez que não há apego a uma unidade imutável, como tanto Rogers tinha pavor (EVANS, 1979). Por outro lado, e esse é um risco que se agrega à importância da tradição enquanto transmissão, o modo de atuação

³⁹ É a forma de resposta-reflexo que se volta ao conteúdo estritamente manifesto da comunicação, geralmente breve e que busca resumir, assinalar algum elemento relevante dela ou mesmo reproduzir as últimas palavras visando facilitar a continuidade da narrativa (ROGERS; KINGET, 1977b).

⁴⁰ Possui caráter mais dinâmico que a reiteração, pois é a forma da resposta-reflexo que busca descobrir a intenção, a atitude ou sentimento inerente às palavras expressas pelo cliente, sem impor essa impressão ao cliente (ROGERS; KINGET, 1977b).

⁴¹ Modalidade de resposta-reflexo que “[...] visa ... tornar evidente sentimentos e atitudes que não decorrem diretamente das palavras do indivíduo, mas que podem ser razoavelmente deduzidos da comunicação ou do seu contexto” (ROGERS; KINGET, 1977b, p. 83).

psicoterápica a partir da *terapia centrada no cliente* pode assumir, para os seus adeptos, mais do que um caráter ortodoxo, que não é um problema em si junto à diversidade de possibilidades, mas um caráter fundamentalista (KIRSCHENBAUM, 2012).

Nesse sentido, há um descrédito quanto à identificação de outros *modos de fazer a abordagem* no âmbito psicoterápico e, mais do que isso, uma restrição do legado rogeriano à psicoterapia. É o aprisionamento da *abordagem centrada na pessoa* aos limites estreitos, ainda que preciosos, da *terapia centrada no cliente*. É a desconsideração da *abordagem* como anterior e estruturante à própria *terapia*. No entanto, como já visto, é próprio da *abordagem* a sua condição de abertura ao vivido imediato em sua especificidade. Assim, toda prática que agrega fatores provenientes dessas experiências próprias, sem excluir os fundamentos originais derivados do legado rogeriano, pode ser considerada como *abordagem centrada na pessoa* (KIRSCHENBAUM, 2017).

Considerando que a *terapia centrada no cliente* é um sistema psicoterápico construído por Rogers, a partir de suas pesquisas científicas realizadas fundamentalmente no período dos anos 1940 e 1950, voltado para a promoção efetiva da *mudança na personalidade* dentro do processo psicoterápico, sendo uma expressão da *abordagem centrada na pessoa*, é possível deduzir que, no momento em que há um maior desenvolvimento de outras formas de expressão da *abordagem*, livre do cientificismo da *terapia*, a promoção da mudança na personalidade das pessoas envolvidas nesses outros processos (comunitários, educativos, interculturais) adquira contornos distintos das características idealizadas no âmbito psicoterápico, representado pela *pessoa em funcionamento pleno*, conforme apresentado anteriormente. De acordo com Wood et al. (2008),

[...] mudança na personalidade é um processo complexo que não depende apenas de se ser compreendido por um terapeuta, como o demonstra o *corpus* de pesquisa sobre psicoterapia e sobre o efeito placebo. O terapeuta precisa fazer sua parte. Ele assume certas atitudes e afere suas intenções. O que acontece depois depende da sua criatividade, com certeza, mas depende principalmente do cliente e do ambiente, que afeta o estado de consciência de ambos, terapeuta e cliente. (WOOD et al., 2008, p. 232, grifo do autor).

No âmbito mais amplo da *abordagem*, superada a unilateralidade preestabelecida por Rogers quanto ao *ótimo funcionamento*, a *complexidade* comparece através da disponibilidade do profissional identificado com esse *modo de ser*, ao experienciar de maneira criativa e dinâmica duas possibilidades expressivas (verbal e/ou não-verbal), aparentemente ambíguas, mas efetivamente complementares: a expressão analítica, relacionada à intenção consciente de realizar a escuta imediata, objetiva e empática do que o outro (pessoa ou grupo) está expressando, e que me permite, enquanto facilitador, compreendê-lo em sua

personalidade, sob o seu ponto de referência; e a expressão holística, referente à perspectiva sistêmica de integração experienciada espontaneamente no encontro imediato entre as personalidades relacionadas e o universal que as envolve, cuja legitimidade é garantida pelo *sentido* que a experiência adquire nesse contexto específico, ainda que extravase os parâmetros lógicos da expressão analítica (WOOD et al., 2008). Ao final de sua existência, tratando sobre o futuro, Rogers propõe ousadamente:

Parece-me que o caminho para o futuro deverá ser o de fundamentar nossas vidas e nosso ensino na suposição de que *existem tantas realidades quanto existem pessoas* e, a meu ver, nossa prioridade suprema está na aceitação de tal hipótese como base para progredirmos. Progredir para onde? Para a *abertura da exploração*, por cada um de nós, das *muitíssimas percepções de realidade que existem*. Acredito que enriqueceríamos nossas próprias vidas num tal processo. Também nos tornaríamos mais capazes de lidar com a realidade em que cada um de nós vive, por nos apercebermos de um número maior de opções. Seria talvez uma vida cheia de perplexidade e escolhas difíceis que exigiriam mais maturidade, mas também seria uma vida empolgante e aventureira. (ROGERS; ROSENBERG, 1977, p. 191, grifos nossos).

O convite claramente é para uma *radical abertura à experiência*, de uma forma que não comparece na sua elaboração da *terapia centrada no cliente*, pois há uma pretensão almejada no horizonte de sua proposta psicoterápica, como já apresentado: alcançar a condição pessoal de *funcionamento pleno*. Porém, conforme Rogers e Rosenberg (1977) e Rogers (1983), as experiências com a multiplicidade de personalidades nos grupos de encontro e nos grandes *workshops* ou encontros de aprendizagem comunitária, possibilitaram a superação desse objetivo em favor de uma dimensão efetivamente mais ampliada, menos afeita a controles prévios e cerceadores da emersão da diversidade em sua efetividade. Sem certezas prévias, a experiência de se lançar ao novo oferece a possibilidade, epistemologicamente, da inserção da *abordagem centrada na pessoa* em um paradigma sistêmico e holístico (CASTELO BRANCO, 2010). Essa referência epistemológica sustenta-se em alguns construtos teóricos e autores estudados e citados por Rogers (1983): a tendência mórfica teorizada pelo epistemólogo Lancelot Whyte; a epistemologia morfogenética⁴² formulada pelo filósofo da ciência Magorah Maruyama; o pensamento científico e místico do físico Fritjof Capra; a teoria das estruturas dissipativas⁴³ do químico Ilya Prigogine; e a sintropia, elaborada pelo biólogo Albert Szent-Gyorgy. Por fim, Rogers (1983) também

⁴² Considera que o código genético, apesar de esclarecer muitas especificações próprias do organismo, não o determina. Isso ocorre pelo fato dele se desenvolver de um modo original, derivado de suas interações mútuas com outros organismos e ambientes, inclusive com a criação de novas informações e padrões genéticos (CASTELO BRANCO, 2010).

⁴³ “[...] elabora a ideia de um caos que responde a uma ordem dentro de uma instabilidade probabilística. Isso ocorre no organismo e a todos os sistemas que trocam energia com o ambiente, demandando maior complexidade interativa para que um não se dissipe do outro, mas enseje novas formas transcendentais, irreversíveis e promovedoras de vida, inclusive por meios de degradação (entropia)” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 137).

sinaliza que as bases dessas ideias já se encontravam na teoria holística⁴⁴ de Jan Christiaan Smuts (1870-1950), utilizada por Alfred Adler em sua psicologia, segundo Castelo Branco (2010).

Essa espécie de “humanismo não antropocêntrico” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 142) decorre da sensibilidade e abertura de Rogers ao se afastar do contexto exclusivo das relações interpessoais e ser mobilizado pelo seu contexto histórico-cultural de crises planetárias de diferentes ordens (política, econômica e ambiental).

Estou tocando violino enquanto Roma se incendia? Que diferença faz uma nova abordagem para a vida familiar ou para a psicoterapia, quando todo o planeta está ameaçado de extinção? Será importante que nossas escolas se tornem mais centradas-na-pessoa, se uma guerra nuclear eliminar *todas* as escolas, *todos* os estudantes, *todos* os professores, *todos* os defensores de qualquer filosofia educacional – de qualquer tendência? Não podemos ignorar o fato de que o mundo – o planeta Terra – está em perigo mortal. (ROGERS, 1978, p. 117).

Por conseguinte, algumas consequências decorreram desse afastamento e repercutem sobre a própria noção de *abordagem centrada na pessoa* na atualidade. Primeiramente, o autor se empenhou em estabelecer a *abordagem* como uma estratégia alternativa para mediação de conflitos entre grupos interculturais e interraciais. A aposta de Rogers, nesse sentido, sustenta-se na concepção de que seja próprio da condição humana a sua capacidade para a convivência, apesar das diferenças culturais. Caso ocorra, como condição básica, a disponibilidade para essa convivência entre os grupos contendores, a *abordagem* promove relacionamentos cujas tensões não só não são ignoradas, mas apresentadas em condição de igualdade. A força argumentativa não é monopolizada por um grupo em detrimento do(s) outro(s). A autorregulação do processo deriva da abertura à escuta e ao diálogo com o seu concorrente, em um clima de respeito e esforço empático, propício à mudança e melhora dos relacionamentos tensionados (ROGERS, 1978). Nesse sentido, para o autor, a *abordagem* evidencia-se, em um contexto ampliado, em seu caráter revolucionário:

Talvez o mais importante de tudo é que tentei apontar a natureza revolucionária dessa abordagem direta e aparentemente simples. Ela ameaça a vida da família como esta existiu no passado. Coloca a educação ‘de pernas para o ar’. Modifica toda a configuração das profissões de ajuda. Ameaça o número, o poder e a importância de supervisores e administradores na indústria ou em qualquer outra organização. É ameaçadora tanto para revolucionários como para conservadores, em problemas sociais, tensões inter-raciais e disputas internacionais. É uma abordagem verdadeiramente nova, embora não necessariamente em suas ideias, as quais podem ser apresentadas como tendo velhas raízes. O que é novo e altamente ameaçador para o *establishment* é que ela prova que *funciona*. Não é uma ideologia piedosa que possa ser ignorada como irrealista. Em todas as áreas que mencionei, ela mostrou-se prática, construtiva e eficiente. É a compreensão de que ela é uma *alternativa viável* para nossa atual maneira de tomar e usar o poder, o que a torna ameaçadora ao

⁴⁴ Tendência evolutiva presente em todos os elementos componentes do universo compreendidos em sua totalidade sempre integrada, o que justifica a crítica quanto à necessidade de romper com a separatividade promovida pela perspectiva mecanicista da ciência moderna (CASTELO BRANCO, 2010).

máximo. Trata-se, não apenas em princípio, mas *de fato*, de uma revolução silenciosa. (ROGERS, 1978, p. 138, grifos do autor).

A *abordagem centrada na pessoa* caracteriza-se pelo seu propósito efetivo em promover relações interpessoais cujos sujeitos se vinculem da maneira mais horizontalizada possível. Essa horizontalidade no relacionamento nunca é absoluta, uma vez que sempre há a interferência do contexto que conforma as pessoas envolvidas nessa relação. E quando o contexto é institucional, como o próprio Rogers se refere acima, a potencialidade de tensionamento é maior. O desafio, efetivamente, é de caráter político, pois a radicalidade da *abordagem* em sua expressão relacional e contextualizada, identifica-se com o convite à constituição de relações verdadeiramente democráticas de respeito e consideração absoluta à dignidade do outro (pessoa e/ou grupo). Por conseguinte, possui caráter *subversivo* perante qualquer estrutura autoritária que fomente opressão dentro da relação interpessoal. Dessa forma, Rogers identifica a *abordagem* como *revolucionária*, não pelo seu caráter ingênuo ou inocente, mas pelo *potencial* de enfrentamento a toda e qualquer forma de ameaça à dignidade e liberdade de expressão (ROGERS, 1978).

Outro aspecto está relacionado à promoção de uma nova perspectiva de conhecimento, e mesmo de ciência, apartada do campo tradicional das pesquisas experimentais para aquisição da validade objetiva. Rogers assume uma postura bastante crítica quanto à Psicologia acadêmica. Suas críticas expressam o quanto, nessa fase – décadas de 1970 e 1980 –, não (mais) se sentia encaixado nesse contexto, apesar de perceber uma ambivalência sobre a sua influência. Em texto de 1974, ao fazer uma análise retrospectiva dos seus 46 anos de experiência profissional, identifica o quanto se tornou uma espécie de “chato respeitado” (ROGERS; ROSENBERG, 1977, p. 33) pois, ao mesmo tempo que foi tão laureado pelo reconhecimento à sua contribuição científica na Psicologia, por outro lado pagou o preço por ter rompido com a postura que se espera de um acadêmico respeitado como ele. De acordo com os autores,

Creio que a Psicologia, como ciência e como profissão, tem sentimentos profundamente ambivalentes em relação a mim e à minha obra. Sou considerado – e neste aspecto devo basear-me predominantemente em rumores – ingênuo, não científico, cultualista, muito condescendente com os alunos, propensos a entusiasmos estranhos e descontrolados por coisas efêmeras como o *self*, as atitudes do terapeuta e os grupos de encontro. Difamei os mistérios mais sagrados do acadêmico – a conferência professoral e todo o sistema de avaliação – desde as notas atribuídas nos cursos até a cobiçada beca que acompanha o doutoramento. Para a maioria dos autores, a melhor maneira de lidar comigo é me considerar, em um parágrafo, como o autor de uma técnica – a ‘técnica não diretiva’. Definitivamente não pertencço ao grupo fechado da academia psicológica. (ROGERS; ROSENBERG, 1977, p. 32-33, grifo do autor).

Entendo, e aqui faço analogia a uma relação conjugal, que esse divórcio anunciado por Rogers com o meio acadêmico repercute até a atualidade, conforme todos os argumentos já apresentados nessa pesquisa. A *abordagem* assume contornos pouco nítidos, uma vez que o seu caráter vivencial e experiencial adquire grande relevância se comparado ao seu aspecto conceitual e epistemológico, relevância derivada desse processo anunciado pelo autor em sua relação com a academia. No entanto, a sustentação da própria noção do que seja a *abordagem* foi construída de forma bastante científica e acadêmica no decorrer dos 34 anos (de 1939 a 1963) de um frutífero casamento! Negar a força da tradição, representada pelo legado derivado dessa fase, marcante na obra de Rogers, é não assumir o compromisso e a responsabilidade com os filhos que surgiram dessa relação exitosa, enquanto durou. Ainda que esses filhos, uma metáfora das teorias da terapia e da personalidade elaboradas como resultados das pesquisas empíricas características da *terapia centrada no cliente*, tenham crescido e assumido seus próprios modos de viver, com práticas estabelecidas para além da relação “se-então” dentro do contexto psicoterápico, o que está em jogo nesse processo de busca da noção de *abordagem centrada na pessoa* é a importância do resgate das raízes dessa árvore genealógica: o crescimento dessa árvore possibilitou o desenvolvimento de diferentes galhos e florações, com perfumes e colorido próprios. No entanto, há um tronco comum que os une às raízes e à terra que sustenta suas práticas. De acordo com Kirschenbaum (2012), a longo prazo, ao separar os galhos das raízes, a árvore não sobreviverá. Se as raízes, nessa grande digressão metafórica, podem estar associadas à obra de Rogers, foi a terra acadêmica que sustentou o crescimento dessa árvore. Ainda que o anúncio do divórcio autorize a algumas pessoas, identificadas em suas práticas profissionais com um vago *jeito de ser* inspirado em Rogers, desprezar a possibilidade de reatar relações com a academia, essa postura apenas provoca a má vontade dessa última com relação à *abordagem centrada na pessoa* como uma perspectiva vinculada a Rogers. Essa árvore requer a terra que a sustenta, por mais críticas que possa ter a esse terreno muitas vezes árido e desprovido do fluxo de vida, na figura da água e dos sais minerais fundamentais à sua vitalidade almejada. Não cabe aqui simplesmente universalizar a posição do brilhante professor septuagenário que foi Rogers ao falar sobre esse divórcio, mas pensar no seu convite, também nessa fase da sua existência, da necessidade de matar o Buda caso o encontrasse pelo caminho (EVANS, 1979).

O prenúncio de uma identidade para a *abordagem centrada na pessoa* surge a partir da inquietação e curiosidade sempre presente em Rogers, para então avançar para além de Rogers, uma vez que a *abordagem* é um convite explícito ao rompimento com a pretensão rogeriana de entendimento universalista da experiência humana (atrelada à sua veia

cientificista), que o acompanhou até o final de sua vida (VIEIRA, 2017). Ao analisar a conferência solicitada pela *American Psychological Association* (APA) e apresentada em sua reunião anual de 1972, encontramos Rogers envolto e estimulado por alguns desafios histórico-culturais que considerava significativos serem tratados no âmbito da Psicologia (ROGERS; ROSENBERG, 1977). Essa análise nos permite uma aproximação mais sistemática da noção de *abordagem centrada na pessoa* sob o parâmetro sistêmico e holístico, de um *humanismo não antropocêntrico*:

a) **Sobre o desenvolvimento de uma ciência humana:** sugere-se a abertura a uma perspectiva de ciência desatrelada do modelo empírico que serviu de base para a constituição da *terapia centrada no cliente*, de forma a apreender uma realidade mais ampla e não limitada às impressões sensoriais;

b) **Sobre a disponibilidade à promoção de novas formas de atuação:** requer a radicalidade do profissional se lançar às experiências sem qualquer modelo preestabelecido, assumindo o compromisso de construir propostas mais criativas e adequadas ao contexto específico da ação;

c) **Sobre o questionamento da expertise do profissional:** vincula-se à valorização da confiança absoluta na capacidade efetiva de autogestão e autorregulação das pessoas e dos grupos, sem a dependência da intervenção diretiva do profissional;

d) **Sobre a integralidade das pessoas:** trata da perspectiva dos sujeitos em sua totalidade, cuja consideração legítima convida à superação do tradicionalismo cultural preestabelecido normativamente e do caráter fracionado de aspectos subjetivos, como a vivência experiencial e a elaboração intelectual, por exemplo; e

e) **Sobre a abertura ao desconhecido:** permite considerar que o que denominamos *realidade* é apenas uma perspectiva, que a nossa subjetividade não se constitui como o centro do universo e que as nossas certezas, por mais fundamentadas que estejam, não se sustentam diante do mistério que se expressa pelo fluxo da vida em seu caráter formativo.

Inspirado no exercício hermenêutico que caracteriza esse percurso, reitero que a identidade da *abordagem centrada na pessoa* aqui apresentada não possui o caráter definitivo e acabado de ser outorgado à condição de conceito universalmente legítimo e válido, como pretensão idealizada por epistemologias naturalistas. É apenas uma compreensão possível. Não há como abdicar do fato de ser um construto derivado de *uma atualização*, conduzida por mim como intérprete. Essa identidade possui o caráter dialético e paradoxal de *superação* do projeto universalista de Rogers quanto à apreensão da experiência humana, acompanhado da proposta de *conservação* do seu legado – como um ressoar da *tradição* que demanda seu naco

de presença –, através do convite de abertura radical à experiência. Por conseguinte, ao propor um sentido próprio sobre essa “passagem”, da *terapia* para *abordagem*, vislumbro considerá-la, de maneira produtiva, para além da mera ampliação das áreas de aplicação do pensamento de Rogers, como algo que se apresenta como *novo* a ser construído de modo singular, em suas diversificadas áreas de aplicação. Ressalto que não perde seu forte vínculo com a *tradição*, proveniente da intenção rogeriana de rompimento com *establishment* das relações de poder verticalizadas e *centradas* na *expertise* do profissional, porém não depende mais de Rogers para ser legitimada em sua efetividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo, ao final dessa caminhada hermenêutica, que a pesquisa realizada sobre a noção de *abordagem centrada na pessoa* me possibilitou estabelecer vínculos significativos junto ao desejo de Carl Rogers quando, em artigo escrito em 1986, um ano antes de sua morte, escreveu sobre o que considerava mais importante para o desenvolvimento futuro da *abordagem*. Logo no início do texto, Rogers (2014) é direto quanto à sua perspectiva idealizada: necessita-se de investigação sólida! Por essa investigação sólida, ainda que haja respeito e aceitação da *abordagem* entre psicoterapeutas e educadores, o autor se refere à relevância de sua presença no meio acadêmico em virtude do seguinte contexto descrito:

[...] sinto que nas universidades estamos sub-representados, muito mal compreendidos e erroneamente considerados como superficiais. Estamos sub-representados porque, de alguma forma, constituímos uma ameaça para a mentalidade acadêmica. Sustentamos que a aprendizagem experiencial é tão importante quanto a cognitiva. A aprendizagem experiencial vai implicar o risco de que a pessoa seja mudada pela experiência e isso pode provocar temor naquela pessoa cujo mundo está estruturado sobre uma base intelectual. Em parte, talvez devido a isso, há poucos membros novos do corpo docente [das universidades] que tenham sido treinados em uma abordagem centrada na pessoa ou, inclusive, a conheça. Outra razão para o reduzido número de docentes centrados na pessoa é que a fascinação pela aprendizagem experiencial tende a afastar os indivíduos promissores da ênfase puramente intelectual do mundo acadêmico. Esses se voltam para a atuação em consultórios particulares ou para outras atividades relacionadas às profissões de ajuda. (ROGERS, 2014, p. 15-16, tradução nossa).

A efetivação dessa pesquisa somente foi possível, conforme a metáfora apresentada ao final do último capítulo, pelo *re-torno*, por esse tornar(-se) novamente a partir da *terra* acadêmica que sustentou a constituição dessa árvore, considerada por Rogers como o corpo que deu sentido a todas as práticas, em diferentes contextos: a *abordagem centrada na pessoa* (ROGERS, 1978). No entanto, esse *re-torno* ocorreu tomando por base os *vetos woodianos*, conforme apresentados no início desta dissertação. Por conseguinte, essa caminhada abdicou da cientificidade empírica, própria da sustentação epistemológica da *terapia centrada no cliente*. Para tanto, sob a necessidade da *solidez* sugerida por Rogers, porém sem a sua pretensão de ordem e universalidade, colocada em questão nessa investigação, optamos por uma fundamentação hermenêutico-filosófica, uma vez que não pretendemos explicar ou descrever, mas sim compreender e produzir, considerando a tradição e o diálogo entre os horizontes constitutivos que resultaram na constituição da *abordagem centrada na pessoa*.

Como resgate de uma caminhada, esse processo investigativo, que sob uma perspectiva epistemológica e historiográfica possuiu uma significativa ênfase internalista (MASSIMI; CAMPOS; BROZEK, 2008), seguiu o seguinte trajeto: na introdução, iniciei

apresentando a origem histórica da terminologia em discussão e a problematização acerca de sua efetivação quanto referência identitária do legado profissional de Carl Rogers, ainda que forjada ao final de sua vida; em seguida, refleti sobre a definição negativa de Wood et al. (2008) sobre *abordagem*, em que estabeleci o que denominei *vetos woodianos* que serviram, inclusive, de demarcação para a escolha da base metodológica – hermenêutica filosófica de Gadamer – que utilizei nessa pesquisa; ainda, a respeito dos critérios elencados, descrevi os parâmetros que delimitaram essa pesquisa bibliográfica, a estrutura do método hermenêutico-filosófico, com suas fases distintas, e os registros de produção acadêmica no país relacionados à aproximação entre Rogers e Gadamer; apresentei a relevância teórica do problema de pesquisa, bem como minha implicação e interesse em realizá-la; e categorizei, através de levantamento bibliográfico realizado com estudos da fase identificada como ACP pós-Rogers (MOREIRA, 2010), três grupos distintos sobre o tema da identidade da *abordagem*.

No primeiro capítulo, procurei situar o leitor quanto ao horizonte de desenvolvimento do pensamento de Rogers, com a finalidade de apreender a concepção dada pelo autor às noções de *terapia* (centrada no cliente) e *abordagem* (centrada na pessoa); para isso, sistematizei as principais classificações existentes em duas grandes categorias: a primeira, formada pelas sistematizações das “fases” cuja referência baseia-se fundamentalmente na prática psicoterápica de Rogers; e a segunda, que se relaciona à inclusão da Abordagem Centrada na Pessoa como um período legítimo da produção teórico-conceitual da obra do autor. Após uma breve apresentação das fases da primeira categoria (HART, 1970; HOLANDA, 1998; MOREIRA, 2010), detive-me na segunda categoria, inspirada em Wood et al. (2008) e Castelo Branco (2010), e suas tendências marcantes: na fase da Terapia Centrada no Cliente, três grandes tendências são explicitadas: a) a ênfase dada ao embasamento empírico para a constituição de uma proposta psicoterápica de natureza científica; b) a busca de formulações teóricas voltadas para sistematizar e explicar o conhecimento acumulado pela prática e pelos dados provenientes do processo de investigação dos atendimentos psicoterápicos; e, c) o interesse demonstrado por colaboradores de Rogers quanto às possibilidades de aplicação das ideias derivadas da psicoterapia para outros campos de atuação. Na fase de transição da Terapia Centrada no Cliente para Abordagem Centrada na Pessoa, destaquei quatro aspectos próprios: a) a constituição da proposta de facilitação de grupos de encontro; b) as considerações sobre o desenvolvimento de aprendizagem significativa no contexto educacional; c) as reflexões sobre relacionamento familiar e conjugal; e, d) o desenvolvimento de trabalhos com grandes grupos de pessoas. E na fase da Abordagem Centrada na Pessoa, observei seis características marcantes: a) vinculação entre a

experiência das comunidades de aprendizagem com a *abordagem*; b) a conscientização e crescente apropriação do potencial político da *abordagem*; c) a aproximação de temas de caráter místico-espiritual; d) a concepção dos *momentos de movimento* como essência da psicoterapia centrada na pessoa; e) a fundamentação hipotética de uma tendência formativa como a base da *abordagem*; e, f) o entendimento da *abordagem* como *um jeito de ser*.

No segundo capítulo, inicialmente, realizei uma discussão conceitual sobre a noção de *cliente*: quanto à sua escolha por Rogers, às implicações relativas à centralidade dentro do seu modelo psicoterápico, aos significados possíveis do vocábulo, e à ambivalência relativa ao tratamento dado à noção, como, ao mesmo tempo, digno de respeito e consideração, e pouco explorado quanto à maneira como contribui para a efetividade de uma terapia bem-sucedida. Em seguida, tratei sobre a noção de *pessoa* nos seguintes aspectos: sua emergência em substituição ao termo *cliente*, as implicações e problemas relacionados a esse processo de mudança contextual e as conseqüentes limitações derivadas da não tematização realizada por Rogers. Por fim, e mobilizado pelas questões suscitadas a partir das reflexões sobre as noções em questão, abordei a ambivalência inerente à teoria rogeriana (ou seja, à construção teórica realizada por Rogers, como consequência de seu esforço de precisão e regularidade), entre o pensamento científico de base lógico positivista, e o pensamento existencial subjetivista de valorização da experiência humana, exigindo, ao final do capítulo, o resgate da definição da *abordagem*, tal qual desenvolvida por Wood et al. (2008), para avançar de forma crítica para além dos interditos presentes de forma velada nos princípios cientificistas da *terapia centrada no cliente* desenvolvida por Rogers. Assim, constatei, além do potencial de interlocução da *abordagem* com uma concepção epistemológica hermenêutico-filosófica de conhecimento, a necessidade do seu desvinculamento de Rogers, como uma espécie de personalidade-modelar a ser tomada como referência a ser replicada pelos seus continuadores, para a própria preservação e efetivação do projeto de uma *abordagem centrada na pessoa*, como desejada por ele. Essa necessidade dialética e paradoxal de *superar* Rogers para *preservá-lo* foi a temática central do último capítulo.

Neste terceiro capítulo, resgatei e aprofundi o debate sobre os riscos envolvidos na falta de clareza quanto ao significado de uma *abordagem centrada na pessoa*: a pulverização de entendimentos, lançando a *abordagem* em um ecletismo amorfo e contraditório, sendo *tudo* e *nada* simultaneamente; a resistência e medo de Rogers quanto a instituições, continuadores e discípulos; a falta de noção quanto aos seus limites e possibilidades; e a confusão com relação à *terapia centrada no cliente*, em que muitos profissionais utilizam *abordagem centrada na pessoa* e *terapia centrada no cliente* como

sinônimos, como se a *abordagem* fosse um método psicoterápico sustentado em um grande número de pesquisas realizadas, ou a *terapia* uma proposta capaz de ser replicada em contextos muito distintos da relação psicoterápica. Esse último aspecto me fez entender a necessidade de delimitar de modo mais sistemático, após o trajeto interpretativo realizado até esse momento, a compreensão elaborada sobre *terapia centrada no cliente* e de *abordagem centrada na pessoa*. Sobre *terapia*, tratei das dificuldades relacionadas à sua ampliação para outros contextos que não os da psicoterapia; da não tematização de sua inserção no contexto histórico-cultural de sua constituição; da delimitação de sua proposta aos parâmetros científicos de sua época de elaboração; e da pretensão idealizada de um modo modelar de funcionamento pleno da pessoa. Sobre a *abordagem centrada na pessoa*, tematizei sua condição de estrutura fundante inclusive da *terapia*, mesmo não tendo sido tematizada por Rogers; a importância do *relacionamento*, inclusive como elemento que sustenta outras propostas psicoterápicas diferentes da *terapia*; a descrição dos elementos basilares da *abordagem* já presentes na *terapia* (a confiança do psicoterapeuta na tendência atualizante do cliente/pessoa, em sua capacidade de crescimento; a vivência por parte do psicoterapeuta das atitudes facilitadoras na relação interpessoal; a atuação de modo não-diretivo do psicoterapeuta sobre a vida do cliente/pessoa dentro do âmbito da relação de ajuda profissional; e a atuação do psicoterapeuta, *na maioria das vezes* – o que não exclui a utilização de recursos ou técnicas, conforme a situação –, de modo não-diretivo sobre o processo psicoterápico, colaborando com que o cliente/pessoa implique-se nesse processo, vivenciando-o de modo mais completo possível, aceitando e confiando em sua própria experiência); a sua referência como um *modo de ser/jeito de ser*, em contraposição ao *modo de fazer* derivado; a sua relação dialética com relação à *terapia centrada no cliente*, de superação e conservação da tradição rogeriana; o rompimento com os modelos idealizados de funcionamento pleno da *terapia* e o convite para uma abertura radical ao inédito e inusitado da experiência; a identificação epistemológica com os paradigmas sistêmico e holístico; a tensa relação com o meio acadêmico; e, conseqüentemente, a sistematização de alguns aspectos que a caracterizam: a) abertura a uma perspectiva de ciência desatrelada do modelo empírico que serviu de base para a constituição da *terapia centrada no cliente*; b) radicalidade do profissional em se lançar às experiências sem qualquer modelo preestabelecido, assumindo o compromisso de construir propostas mais criativas e adequadas ao contexto específico da ação; c) confiança absoluta na capacidade efetiva de autogestão e autorregulação das pessoas e dos grupos, sem a dependência da intervenção diretiva do profissional; d) perspectiva da totalidade dos sujeitos, superando o tradicionalismo cultural preestabelecido normativamente

e o caráter fracionado de aspectos subjetivos, como a vivência experiencial e a elaboração intelectual, por exemplo; e) consideração da *realidade* como uma perspectiva, em que a nossa subjetividade não se constitui como o centro do universo e que as nossas certezas, por mais fundamentadas que estejam, não se sustentam diante do mistério que se expressa pelo fluxo da vida em seu caráter formativo.

A trajetória realizada corresponde à premissa gadameriana sobre a hermenêutica em sua obra: não se trata da aplicação de uma “doutrina da arte” do compreender, como um “sistema de regras artificiais capaz de descrever o procedimento metodológico das ciências do espírito” (GADAMER, 2015, p. 14). Muito pelo contrário! Libertado da tarefa restritiva e ortopédica de um método que estabelece previamente um *como fazer*, considero que foi possível dar corpo ao convite do autor em abrir-se ao que “nos acontece além do nosso querer e fazer”. Compreender hermeneuticamente a noção de *abordagem centrada na pessoa* foi buscar na finitude do próprio ato dessa compreensão aquilo que o percurso, que é processual e dialético, foi me desvelando como verdade, ainda que tênue e profundamente experiencial.

Nesse acontecer do percurso, entendo que foi possível o exercício desse *reconhecimento* produtivo, uma vez que houve abertura e estranhamento por parte desse intérprete quando em extensas conversações com a *tradição*, representada aqui, principalmente, pelos escritos de Carl Rogers e John Wood. O texto resultou desse diálogo em que, necessariamente, o autor desta dissertação se reconhece mudado pelas ideias derivadas desse processo. De modo limitado, ao final desse percurso, compreendo a necessidade para o presente da *abordagem*, em estabelecer de modo cada vez mais consistente e contínuo as pontes de diálogo entre o presente e o passado, entre o antigo e o novo, inclusive com a possibilidade de futuras pesquisas sob um viés mais externalista do contexto das ideias psicológicas em que Rogers afetou e foi afetado (MASSIMI; CAMPOS; BROZEK, 2008). Afinal, é nesse sentido que, do ponto de vista hermenêutico-filosófico, sobressai a relevância da tradição – enquanto transmissão – para a compreensão atualizada de uma questão, de um problema ou mesmo de um paradigma; daí por que a tarefa de compreender é sempre “pré-conceituosa”.

No entanto, o resultado deste percurso não deve ser tratado como uma espécie de verdade acabada e definitiva. Não! Nada mais distante do que Rogers pretendia! A constituição dessa ponte potencializa o valor *atualizante* presente na própria *abordagem* em sua faceta enquanto *terapia centrada no cliente*. Somente esse caráter de *atualização* justifica toda a crítica ao cientificismo e ênfase a uma abertura radical à experiência presente na própria concepção (por vezes paradoxal e ambígua) da própria *abordagem*.

Há, no processo da busca de uma identidade, a emergência de uma *fusão de horizontes* entre *terapia centrada no cliente* e *abordagem centrada na pessoa*, em que a sua melhor expressão seja o texto “Pessoa ou ciência: um problema filosófico” (ROGERS, 2009a). A natureza dialética denunciada por essa *fusão* sugere que, quanto à ACP (e aqui envolvo, mais do que a noção pesquisada, sua expressão efetiva na atualidade), não é possível extremismos radicais: não há como desvincular experiência e reflexão, sentimento e pensamento, vivencial e acadêmico, sob pena de amputarmos algo relevante e significativo de sua expressão no mundo. Considero a predisposição ao diálogo e à interlocução *incondicional* como disponibilidade radical (e, por vezes, fonte de confusão) à complexidade, a sua faceta mais potente à contemporaneidade. É, também, o aspecto que mais frustra e limita os seus adeptos afeitos a reducionismos explicativos, seja de ordem absolutamente intelectual ou vivencial.

Necessário valorizar a aprendizagem experiencial assinalada por Rogers, cujo desconforto não é tratado como algo a ser evitado, mas sim como inerente ao processo. Nesse sentido, cabe ainda acompanhar o autor no mesmo artigo:

Somente há uma maneira pela qual a abordagem centrada na pessoa pode evitar se tornar limitada, dogmática e restritiva. É através de estudos – simultaneamente sagazes e sonhadores – que se abram a novas perspectivas, que tragam novas compreensões, que desafiem novas hipóteses, que enriqueçam nossa teoria, expandam nosso conhecimento e nos comprometam mais profundamente com a compreensão dos fenômenos da transformação humana. (ROGERS, 2014, p. 16, tradução nossa).

Com isso, não me identifico ou me comprometo com o fechamento. Nesse caminho que apenas me sinaliza possibilidades, vislumbro a potencialidade da interlocução conceitual entre a ACP e a hermenêutica filosófica gadameriana, considerando que um possível diálogo entre ambos (Gadamer e Rogers) ganha densidade no horizonte de uma relação de proximidade e diferença. A investigação hermenêutica sobre a identidade da *abordagem centrada na pessoa* permitiu a abertura de tais possibilidades, já que não há riscos à perda de sua identidade, mas apenas encontro e interlocução à margem do referencial empírico-cientificista equivocadamente associado aos pressupostos dessa *abordagem*. Revisitar a noção de *experiência*, pensando-a de modo dialético e não empírico; identificar a ACP com os conceitos básicos do humanismo, considerados como fundamentos epistemológicos às ciências do espírito; retomar a valoração dos *preconceitos* em Psicologia à luz da sua interlocução com a *incondicionalidade*; relacionar a ACP como uma expressão do conhecimento enquanto *phronesis*; e procurar compreender o encontro interpessoal na ACP com as noções de *jogo* e *conversação* proveniente da hermenêutica filosófica gadameriana

(GADAMER, 2015), são alguns convites de continuidade que esse início de diálogo sinalizam. Além dessa interlocução, os questionamentos levantados nessa pesquisa servem de indicação para um futuro estudo empírico sobre as experiências e percepções de psicólogos sobre o que é centrado no cliente e centrado na pessoa, em contraste com as ponderações elencadas nessa dissertação, em uma nova fusão de horizontes. Além disso, o limite já apontado na pesquisa, sobre a falta dos aspectos externalistas na análise hermenêutica realizada, é outra sugestão de futura pesquisa. Penso, assim, ser essa a melhor forma de dar continuidade ao convite de Rogers quanto à *abordagem*: abrir-se a novas perspectivas para melhor compreensão dos fenômenos da transformação humana. Ou, como elaboramos no decorrer desse texto, quanto ao fundador da *abordagem centrada na pessoa*, pela necessidade de superá-lo para conservá-lo.

Sob a perspectiva hermenêutico-filosófica, esta pesquisa permite afirmar que a *abordagem centrada na pessoa* só pode ser compreendida no horizonte de um diálogo vivo com sua tradição, representada pela *terapia centrada no cliente*, porém não apenas no sentido de que a primeira se constitua a partir do rompimento junto ao paradigma empírico-cientificista superado. Trata-se, aqui, da *atualização* de sua apreensão, através da retomada de seu solo original para constituição de um sentido possível. Recorremos, para isso, à fusão dos diferentes horizontes envolvidos, demarcados estrategicamente pelas noções de *cliente* e *pessoa*, cuja amplitude conceitual adquire relevância caso nos dispusermos, de maneira íntima e séria, a pensar e discutir sobre, afinal, o que venha a ser uma *abordagem centrada na pessoa*.

REFERÊNCIAS

AMATUZZI, Mauro M. **O resgate da fala autêntica**: filosofia da psicoterapia e da educação. Campinas: Papirus, 1989.

_____. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 93-100, jan./mar. 2009.

_____. **Rogers**: ética humanista e psicoterapia. Campinas: Alínea, 2010.

BEZERRA, Márcia E. S. **Um estudo crítico das psicoterapias fenomenológico-existenciais**: terapia centrada na pessoa e gestalt-terapia. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BEZERRA, Márcia E. S.; BEZERRA, Edson do N. Aspectos humanistas, existenciais e fenomenológicos presentes na Abordagem Centrada na Pessoa. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 4, n. 2, p. 21-36, jul./dez. 2012.

BILES, Darran Biles. Reapproaching Rogers: looking to the source to show us where we are going wrong. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, Oxfordshire, v. 15, n. 4, p. 318-338, 2016.

BOAINAIN JÚNIOR, Elias. **Tornar-se transpessoal**: transcendência e espiritualidade na obra de Carl Rogers. São Paulo: Summus, 1998.

BOHART, Arthur C. Can you be integrative and a person-centered therapist at the same time? **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, Oxfordshire, v. 11, n. 1, p. 1-13, 2012.

BOZARTH, Jerold D.; RASKIN, Nat. **A history of the Association for the Development of the Person-Centred Approach (ADPCA)**. [201-]. Disponível em: <<http://www.adpca.org/content/history>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BRAZIER, David (Ed.). **Más allá de Carl Rogers**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1997.

CASPARY, William R. Carl Rogers: values, persons and politics: the dialectic of individual and community. **Journal of Humanistic Psychology**, New York, v. 31, n. 4, p. 8-31, 1991.

CASTELO BRANCO, Paulo C. **A noção de organismo no *fieri* teórico de Carl Rogers**: uma investigação epistemológica. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. Revisão dos aspectos monadológicos da teoria de Carl Rogers à luz da fenomenologia social. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 4, n. 2, p. 83-98, jul./dez. 2012.

_____. Da experiência à experiencição no pragmatismo em Rogers: implicações para a tendência formativa da ACP. In: CAVALCANTE JUNIOR, Francisco S.; SOUSA, André F. de (org.). **Humanismo de funcionamento pleno**: tendência formativa na Abordagem Centrada na Pessoa – ACP. Campinas: Alínea, 2008, p. 117-143.

CASTELO BRANCO, Paulo C.; BARROCAS, Ricardo L. L. O método histórico-crítico e a pesquisa epistemológica em psicologia: uma perspectiva de Jean Piaget. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 22, p. 40-51, abr./2012.

CASTELO BRANCO, Paulo C.; CIRINO, Sérgio D. Recepção e circulação da Psicologia Humanista de Carl Rogers no Brasil. **Revista de Psicologia**, Santiago, v. 26, n. 2, p. 1-12, 2017.

CASTELO BRANCO, Paulo C. et al. Influências das Psicanálise neofreudiana na psicoterapia de Carl Rogers. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 279-289, jul./dez. 2016.

CORNELIUS-WHITE, Jeffrey H. D. Reexamination of Rogers' (1959) collection of theories on the person-centered approach. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, Oxfordshire, v. 7, n. 3, p. 201-208, 2011.

COULSON, William R.; ROGERS, Carl R. **O homem e a ciência do homem**. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.

CURY, Vera E. **Abordagem centrada na pessoa**: um estudo sobre as implicações dos trabalhos com grupos intensivos para a terapia centrada no cliente. 1993. 285 f. Tese (Doutorado em Saúde Mental) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 1993.

_____. **Psicoterapia centrada na pessoa**: evolução das formulações sobre a relação terapeuta-cliente. 1987. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

DOXSEY, Jaime R. A educação centrada no aprendiz: novos rumos para a autonomia na aprendizagem à distância – ESAB 2009. In: BACELLAR, Anita (Org.). **A psicologia humanista na prática**: reflexões sobre a prática da abordagem centrada na pessoa. Palhoça: Ed. UNISUL, 2010. v. 1.

EVANS, Richard I. **Carl Rogers**: o homem e suas ideias. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FARSON, Richard. Carl Rogers, revolucionário tranquilo. In: EVANS, Richard I. **Carl Rogers**: o homem e suas ideias. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 25-36.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2008.

FLÔR, Maira de S. As possibilidades de aplicação da abordagem centrada na pessoa. In: BACELLAR, Anita (Org.). **A psicologia humanista na prática**: reflexões sobre a abordagem centrada na pessoa. Palhoça: Ed. UNISUL, 2016. v. 2.

FONSECA, Afonso H. L. da. **O risco e o ônus do rogerismo vulgar**. 2007. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/eksistenciaescola/eksistencia/rogerismo-vulgar>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

FRAZÃO, Lilian M.; FUKUMITSU, Karina O. **Gestat-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas**. São Paulo, Summus, 2013. v. 1.

FREIRE, Elizabeth. A quiet revolution... or swimming against the tide? **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, Oxfordshire, v. 8, n. 3, p. 224-232, 2009.

FROTA, Ana M. M. C. Origens e destinos da abordagem centrada na pessoa no cenário brasileiro contemporâneo: reflexões preliminares. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 168-178, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

_____. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015. v. 1.

GOBBI, Sergio L. et al. **Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa**. São Paulo: Vetor, 2005.

HART, Joseph T. The development of client-centered therapy. In: HART, Joseph T.; TOMLINSON, Tommy M. (Orgs.). **New directions in client-centered therapy**. Tradução Graça Rollemberg, Diva Pieranti e Maria da Penha Camargo. Revisão técnica Márcia Alves Tassinari. New York: Houghton Mifflin, 1970.

HOLANDA, Adriano F. **Diálogo e psicoterapia: correlações entre Carl Rogers e Martin Buber**. São Paulo: Lemos Editorial, 1998.

JOSEPH, Stephen; MURPHY, David. Person-centered approach, positive psychology, and relational helping: building bridges. **Journal of Humanistic Psychology**, New York, v. 53, n. 1, p. 26-51, 2013.

KALMTHOUT, Martin A. V. The future of person-centered therapy: crisis and possibility. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, Oxfordshire, v. 1, n. 1/2, p. 132-143, 2002.

_____. The religious dimension of Rogers's work. **Journal of Humanistic Psychology**, New York, v. 35, n. 4, p. 23-39, 1995.

KINGET, Godelieve M.. A noção-chave. In: ROGERS, Carl R.; KINGET, Godelieve M. **Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977a. v. 1, p. 39-56.

KIRSCHENBAUM, Howard. **The life and work of Carl Rogers**. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2007.

_____. What is "person-centered"? A posthumous conversation with Carl Rogers on the development of the person-centered approach. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, Oxfordshire, v. 11, n. 1, p. 14-30, 2012.

LAWN, Chris. **Comprender Gadamer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katállys**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Número especial.

MASSIMI, Marina; CAMPOS, Regina H. de F.; BROZEK, Josef. Historiografia da Psicologia: métodos. In: FREITAS, Regina H. de (org.). **História da psicologia**: pesquisa, formação, ensino. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/c2248/pdf/freitas-9788599662830.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MAY, Rollo. The problem of evil: an open letter to Carl Rogers. **Journal of Humanistic Psychology**, New York, v. 22, n. 3, p. 10-21, Sum.1982.

MEARNS, Dave; THORNE, Brian. **Person-centered therapy today**: new frontiers in theory and practice. Londres: SAGE Publications, 2000.

MELO, Shirley M. V. de. **Clínica humanista-fenomenológica do trabalho**: a construção de uma ação diferenciada diante do sofrimento no e por causa do trabalho. Curitiba: Juruá, 2015.

MERRY, Tony. Counselling and creativity: an interview with Natalie Rogers. **British Journal of Guidance & Counselling**, Oxfordshire, v. 25, n. 2, p. 263-273, 1997. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03069889708253807>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

MESSIAS, João C. C.; CURY, Vera E. Psicoterapia centrada na pessoa e o impacto do conceito de experiencição. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 355-361, 2006.

MIRANDA, Alberto S. S. Tribus o énfasis: la riqueza de la diversidad teórica del enfoque centrado en las personas. In: BRESCHIGLIARI, Juliana O.; ROCHA, Maria C. **Serviço de aconselhamento psicológico**: 40 anos de história. São Paulo: SAP/IPUSP, 2009. p. 159-178.

MIRANDA, Carmen S. N. de; FREIRE, José C. A comunicação terapêutica na abordagem centrada na pessoa. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 78-94, 2012.

MOREIRA, Virginia. **De Carl Rogers a Merleau-Ponty**: a pessoa mundana em psicoterapia. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 4, p. 537-544, out./dez. 2010.

_____. **Revisitando as psicoterapias humanistas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

MOTSCHNIG, Renate; NYKL, Ladislav. Toward a cognitive-emotional model of rogers's person-centered approach. **Journal of Humanistic Psychology**, New York, v. 43, n. 4, p. 8-45, 2003.

PATTERSON, Thomas G.; JOSEPH, Stephen. Person-centered personality theory: support from self-determination theory and positive psychology. **Journal of Humanistic Psychology**, New York, v. 47, n. 1, p. 117-139, 2007.

PIAGET, Jean. **Lógica e conhecimento científico**. Porto: Livraria Civilização, 1980.

PONTE, Carlos R. S. da. “Indivíduo” e “Pessoa”: semelhanças e diferenças entre Kierkegaard e Rogers. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 1, n. 2, p. 39-68, ago./dez. 2011.

PROCTOR, Carmel; TWEED, Roger; MORRIS, Daniel. The rogerian fully functioning person: a positive psychology perspective. **Journal of Humanistic Psychology**, New York, v. 56, n. 5, p. 503-529, 2016.

ROGERS, Carl R. A essência da psicoterapia: momentos de movimento. In: SANTOS, Antônio M. dos; ROGERS, Carl R.; BOWEN, Maria C. V. B. **Quando fala o coração: a essência da psicoterapia centrada na pessoa**. São Paulo: Vetor, 2004.

ROGERS, Carl R. A theory of therapy, personality, and interpersonal relationships as developed in the client-centered framework. In: KOCH, Sigmund (Org.). **Psychology: a study of a science: study 1: formulations of the person and the social context**. New York: McGraw-Hill, 1959. p. 184-256. v. 3.

_____. Abordagem centrada no cliente ou abordagem centrada na pessoa. In: SANTOS, Antonio M. dos S.; ROGERS, Carl R.; BOWEN, Maria C. V. B. **Quando fala o coração: a essência da psicoterapia centrada na pessoa**. São Paulo: Vetor, 2004.

_____. Algumas reflexões referentes aos pressupostos atuais das ciências do comportamento. In: COULSON, William R.; ROGERS, Carl R. **O homem e a ciência do homem**. Belo Horizonte: Interlivros, 1973. p. 55-70.

_____. As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade. In: WOOD, John K. et al. **Abordagem centrada na pessoa**. Vitória: EDUFES, 2008a. p. 143-162.

_____. Aspectos significativos da terapia centrada no cliente. In: WOOD, John K. et al. **Abordagem centrada na pessoa**. Vitória: EDUFES, 2008b. p. 27-44.

_____. **Grupo de encontro**. São Paulo: Martins Fontes, 2009b.

_____. **Liberdade para aprender**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

_____. Notes on Rollo May. Rollo May: Man and Philosopher. **Perspectives**, v. 2, n. 1, Sum. 1981. Special issue.

_____. **Novas formas do amor: o casamento e suas alternativas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

_____. **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. **Terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009a.

_____. Toward a more human science of the person. **Journal of Humanistic Psychology**, New York, v. 25, n. 4, p. 7-24, 1985.

_____. Toward a science of the person. In: WANN, Thomas W. (Org.). **Behaviorism and phenomenology: contrasting bases for modern psychology**. Chicaco: University of Chicago Press, 1974. p. 109-140.

_____. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983.

_____. Uma nota sobre a “natureza do homem”. **Phenomenological Studies: Revista de Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 137-140, jan./jun. 2014.

ROGERS, Carl R. et al. **Em busca de vida: da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa**. São Paulo: Summus, 1983.

ROGERS, Carl R.; KINGET, Godelieve M. **Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977a. v. 1.

_____; _____. **Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977b. v. 2.

ROGERS, Carl R.; ROSENBERG, Rachel L. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.

ROGERS, Carl R.; WALLEN, John L. **Manual de counselling**. Lisboa: Encontro Editora, 2000.

ROGERS, Carl R.; WOOD, John K. Terapia centrada no cliente: Carl Rogers. In: BURTON, Arthur (Org.). **Teorias da personalidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1978. p. 192-233.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

SANTOS, Antonio M. dos; ROGERS, Carl R.; BOWEN, Maria C. V. B. **Quando fala o coração: a essência da psicoterapia centrada na pessoa**. São Paulo: Vetor, 2004.

SCHMID, Peter F. On becoming a ‘person-centred approach’: a person-centred understanding of the person. In: TORNE, Brian; LAMBERS, Elke. **Person-centred therapy: a european perspective**. Londres: Sage, 1998. p. 38-52.

SCHMIDT, Caroline. Avaliação ludoterápica centrada na criança surda. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 5, n. 1, p. 2-11, jan./jul. 2013.

SENDERS, Pete (Org.). **The tribes of the person-centred nation: an introduction to the schools of therapy related to the person-centred approach**. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2012.

SILVA JÚNIOR, Almir F. da. **Estética e hermenêutica**: a arte como declaração de verdade em Gadamer. 2005. 206 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

STUMM, Gerhard. The person-centered approach from an existential perspective. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, Oxfordshire, v. 4, n. 2, p. 106-123, 2005.

SWILDENS, Hans. Where did we come from and where are we going? The development of person-centered psychotherapy. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, Oxfordshire, v. 1, n. 1/2, p. 118-131, 2002.

TASSINARI, Marcia A.; PORTELA, Yeda R. História da abordagem centrada na pessoa no Brasil. In: GOBBI, Sérgio L. et al. **Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa**. São Paulo: Vetor, 2005. p. 229-259.

TUDOR, Keith; MERRY, Tony. **Dictionary of person-centred psychology**. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2006.

VASCONCELOS, Ticiana P.; CURY, Vera E. Atenção psicológica em situações extremas: compreendendo a experiência de psicólogos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 475-488, abr./jun. 2017.

VIEIRA, Emanuel M. et al. Versão de Sentido na Supervisão Clínica Centrada na Pessoa: alteridade, presença e relação terapêutica. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 63-76, jan./abr. 2018.

VIEIRA, Emanuel M. **Ética e psicologia**: uma investigação sobre os *ethoi* da terapia centrada na pessoa. 2017. 397 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017.

_____. Sobre a proposta de conhecimento presente na teoria rogeriana, ou da sabedoria residente na ignorância. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 1, n. 2, p. 4-19, ago./nov. 2009.

VIEIRA, Emanuel M.; FREIRE, José C. Alteridade e psicologia humanista: uma leitura ética da abordagem centrada na pessoa. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 4, p. 425-432, 2006.

_____; _____. Psicopatologia e terapia centrada no cliente: por uma clínica das paixões. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 23, p. 57-69, 2012.

VIEIRA, Emanuel M.; PINHEIRO, Francisco P. H. A. Person centered psychotherapy: an encounter with oneself or a confrontation with the other? **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 231-238, 2013.

WOOD, John K. Carl Rogers and transpersonal psychology. **The Person-Centered Journal**, Atlanta, v. 5, n. 1, p. 3-14, 1998.

_____. **Carl Rogers' person-centered approach**: toward an understanding of its implications. Ross-on-Wie: PCCS Books, 2008.

_____. **Sete verões entre pessoas**: diário de bordo sobre a abordagem centrada na pessoa em grandes grupos. São Paulo: Via Lettera, 2013.

_____. Terapia de grupo centrada na pessoa. In: ROGERS, Carl R. et al. **Em busca de vida**: da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa. São Paulo: Summus, 1983.

WOOD, John K. et al. **Abordagem centrada na pessoa**. Vitória: EDUFES, 2008.

GLOSSÁRIO

Abordagem Centrada na Pessoa ou ACP (com letras maiúsculas nas iniciais): Fase final da produção de Carl Rogers ou à identificação do seu legado teórico-prático principalmente na Psicologia

Abordagem centrada na pessoa (com letras minúsculas nas iniciais): Terminologia cunhada por Carl Rogers e John Wood em 1975, objeto de análise nesta pesquisa.

Abordagem: Modo abreviado de abordagem centrada na pessoa.

Humanismo não antropocêntrico: Noção sugerida por Paulo Coelho Castelo Branco (CASTELO BRANCO, 2010), dentro de um paradigma sistêmico e holístico de conhecimento, que propõe uma espécie de humanismo que afasta o ser humano do centro absoluto de todas as circunstâncias que o envolve, inserindo-o em um contexto mais amplo, histórico-cultural, cujas influências de diferentes ordens (política, econômica e ambiental) não possui qualquer tipo de controle ou domínio.

Vetos woodianos: Vetos estabelecidos por John Keith Wood (WOOD et al., 2008), colaborador de Rogers e responsável pela elaboração da noção de abordagem centrada na pessoa, ao definir o que a abordagem centrada na pessoa não é.